

MARE NOSTRUM

Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo



Ano 2015

Número 6

ISSN: 2177-4218

Uma publicação do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo - Universidade de São Paulo

MARE NOSTRUM.
ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO
2015, NÚMERO 06

ISSN 2177-4218

SUMÁRIO

I. EDITORIAL.....ii

II. ARTIGOS

1. Do Texto para a Batalha: a Fama e o Rumor nas Guerras Civis (49 a 45 a. C e 68-69 d. C.).

Ygor Klain Belchior.....1

2. Os gauleses de César: a etnografia e a virtus no Bello Gallico

Giovane Vasconcellos Cella.....21

3. Poder e poesia: a imagem de Augusto na literatura do início do Principado

Ana Lucia Santos Coelho.....36

4. A impenetrabilidade do uir: uma análise a partir de Petr. Sat. 9 .

Fabício Sparvoli Godoy.....49

5. A Construção do Espaço e a Caracterização dos Personagens nas Res Gestae de Amiano Marcelino

Cynthia Alves de Oliveira.....61

6. Pode-se falar de revoluções sociais na Antiguidade Tardia?

Uiran Gebara da Silva.....82

III. RESENHAS

1. GUARINELLO, Norberto L. História Antiga.

Por Caroline Morato Martins.....95

2. SMITH, Christopher. The Etruscans: a very short introduction.

Por Márlío Aguiar.....98

3. VEYNE, Paul. Quando o nosso mundo se tornou cristão (312-394).

Por Márlío Aguiar.....103

I- Editorial

A edição de 2015 da revista Mare Nostrum pode ser apontada como o número que interpreta de forma mais literal o nome do laboratório ao qual é vinculada – Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, LEIR . Como se sabe, o LEIR-MA/USP é o representante paulista desse Laboratório de abrangência nacional, mas com a especificidade de também contar com pesquisadores cujos temas estão associados à história de outras sociedades e comunidades do Mediterrâneo Antigo. A Revista *Mare Nostrum* VI traz um conjunto de artigos que analisa, exclusivamente, o Império Romano, dos seus primórdios com as Guerras Civis do século I a.C. aos seus problemas sociais e estruturais no século V d.C.

Organizados em ordem cronológica, começamos com dois textos que abordam as guerras civis em que Júlio César sagrara-se vencedor. O texto de Ygor Klain Belchior, “Do texto para a batalha: a Fama e o Rumor nas Guerras Civis (49-45 a.C. e 68-69 d.C.)”, possui como questão central a possibilidade de pensar historicamente os rumores – neste caso, para analisar as guerras civis (descritas no título) e as estratégias dos seus atores envolvidos. Dividido em três partes, seu artigo, primeiramente, apresenta e justifica as fontes a serem estudadas – tais como as Guerras Gálicas de César, as Farsálias de Lucano, as Histórias de Tácito, As Vidas dos Doze Césares de Suetônio, entre outras –, para, em seguida, analisar o uso dos termos "Rumor" e "Fama" buscando, na última parte, verificar a possibilidade de relacionar suas disseminações com a dinâmica social dos períodos estudados. Este autor entende ser possível pensar as interações sociais de vários dos agentes envolvidos nos conflitos das guerras civis a partir dos rumores, abrindo espaço, inclusive, para uma história “vista por baixo”.

Por outro lado, o texto de Giovane Vasconcellos Cella “Os gauleses de César: a etnografia e a *virtus* no Bello Gallico” procura discutir e articular os escritos de César à tradição etnográfica. O autor propõe um interessante debate acerca da noção de tradição etnográfica, isto é, da manutenção, desde Homero, de uma prática de descrever povos com costumes distintos visando seu reconhecimento. Segundo Cella, os escritos de César podem ser alocados nessa tradição, mas com uma diferencial: César procurava promover seus feitos, e para tanto, achou nesse gênero o caminho ideal.

Procurando analisar os primeiros passos do Principado e seu impacto na sociedade romana, Ana Lúcia Santos Coelho e Fabrício Sparvoli Godoy apresentam dois textos que lidam com fontes do século I d.C., mas analisam aspectos distintos desse período. Coelho lida com a questão do poder imperial, e como ele ressoa na produção poética de alguns autores. São estudados cinco autores: Virgílio, Horácio, Sexto Propércio, Albio Tibulo e Ovídio. Divididos em três blocos, esses autores e suas obras demonstram que, segundo a autora, a figura do imperador deixa de ser central na poesia, dando lugar a entidades mais abstratas, que, ao final, com Ovídio, enaltecem as benesses do Império, e não mais de indivíduos. Já Fabrício S. Godoy apresenta uma detalhada discussão de um trecho da obra *Satyricon* do escritor romano Petronio. Nele – um diálogo entre três homens livres que formam um triângulo amoroso –, Godoy identifica um tratamento entre iguais, com os personagens trocando de papéis constantemente. Para este autor, trata-se de uma demonstração da complexidade das relações sociais na sociedade romana, em que oposições binárias são substituídas por visões mais diversas, neste caso, sobre a da

homossexualidade. Essa análise procura se opor a um modelo interpretativo baseado nas ideias de Michel Foucault sobre a história da sexualidade – o “penetration model”, que via a homossexualidade masculina como sendo binária, entre um agente ativo que penetra (e domina a relação) e um passivo que é penetrado (e é dominado nas relações sociais, como, por exemplo, um escravo). Ao propor essa interpretação, Godoy constrói uma visão que demonstra a complexidade de tais temas, substituindo aquelas que apenas endossam o ponto de vista das fontes.

O último bloco de textos diz respeito aos séculos IV e V, centrais nos estudos sobre a assim chamada crise do Império Romano Ocidental e a Antiguidade Tardia. Assim como acontece nos blocos anteriores, a tensão entre uma narrativa histórica dos donos do poder e uma dos “de baixo” se faz presente, mas, aqui, aparece com mais intensidade. Cynthia Oliveira centra seu artigo na análise das *Res Gestae* de Amiano Marcelino. Apoiada nos conceitos de mapa mental e espaço hodológico, a autora procura apresentar uma leitura dos livros XV e XVI desta obra que lhe permita identificar como Amiano Marcelino constrói os espaços em sua narrativa. A autora traz, primeiramente, uma discussão dos dois conceitos citados, para, em seguida fazer uma apresentação da obra e seu escritor. Oliveira analisa, principalmente, as tensões existentes entre Constâncio II e Juliano dentro da primeira parte das *Res Gestae*, o que lhe permite apontar que estes – em comunhão com seus exércitos e cortes – podem ser considerados centros do poder imperial – em oposição a locais fixos. Uiran Gebara da Silva, por outro lado, nega categoricamente a existência de uma revolução social na Antiguidade, mas busca, por outro lado, valorizar a importância dos movimentos sociais e das insurreições de classes subalternas nas narrativas históricas. Para poder sustentar tal posição, Silva compara dois movimentos sociais (os *Bagaudae* na Gália dos séculos IV e V e os Circunceliões do norte da África no mesmo período) buscando verificar em que medida o contexto social e a experiência de classe (no cotidiano de vida e de trabalho) das comunidades das zonas rurais foram fatores determinantes para a ocorrência dessas revoltas. Um dos seus principais objetivos é se contrapor a correntes que explicam mudanças estruturais no período analisado a partir das teorias hoje contestadas da ausência de escravos ou do pré-feudalismo. Em contrapartida, o autor propõe que, no período analisado, há um reajuste do Império Romano aos padrões de crescimento de sociedades pré-capitalista, o que teria causado uma crise da hegemonia da aristocracia agrária no campo, evidenciada pelos levantes populares analisados. Fossem para garantir as cobranças de impostos, ou para fazerem valer um discurso religioso, as ações do Estado romano são repelidas por esses grupos, transformando-os, assim, em ótimos exemplos para se pensar o aumento de propostas alternativas àquelas impostas pelas classes dominantes.

Ao fim desta edição, apresentamos também três resenhas: do livro de Norberto Luiz Guarinello, *História Antiga* [2014], por Caroline Morato Martins; de *The Etruscans: a very short introduction* [2014], de Christopher Smith, e de *Quando o nosso mundo se tornou cristão* [2010], de Paul Veyne, por Márlcio Aguiar.

DO TEXTO PARA A BATALHA: A *FAMA* E O *RUMOR* NAS GUERRAS CIVIS (49 A 45 A. C E 68-69 D. C.)

Ygor Klain Belchior¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo estudar os rumores evidenciados na literatura latina sobre as guerras civis entre César e Pompeu e o ano dos quatro imperadores. Para tanto, selecionamos dois vocábulos distintos, são eles, a *fama* e o *rumor*, e que pretendemos problematizar e explorar as várias e possíveis conexões entre os rumores com a política e as relações sociais resultantes dessa interação no ambiente da guerra, por meio de uma abordagem teórica que priorize uma nova visão dos rumores dentro da própria literatura clássica. Consideramos que o rumor, por se mostrar um ponto polêmico nas análises das fontes disponíveis sobre o período, já que é entendido apenas como artifício literário, pode ser um tema chave capaz de revelar aspectos importantes a respeito da interação dos agentes envolvidos em Guerras Civis.

PALAVRAS- CHAVE: Literatura Clássica, Retórica, *Rumor*, *Fama* e Guerras Civis.

ABSTRACT: This article aims at studying the rumors that were evidenced in Latin literature during the civil wars between Caesar and Pompey and the Year of the Four Emperors. For this study, I've selected two different words, *fama* and *rumor*, and I hope to discuss and explore all possible connections between them and the political and social relations in the war environment through a theoretical approach that prioritizes a new vision of the rumors inside classical literature. I believe that the rumors, though they could represent a controversial perspective on the available sources, for they are usually understood only as a literary device, they could be a key theme to bring to light aspects that will help us understand the interaction of the agents involved in Civil Wars.

KEYWORDS: Classical Literature, Rhetoric, *Rumor*, *Fama*, Civil Wars.

¹ O autor possui Graduação e Mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Norberto Luiz Guarinello, membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP) e Professor de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto. Para mais informações, acessar o sítio do grupo de pesquisas: <http://leir.fflch.usp.br/> ou o sítio pessoal do autor: <https://usp-br.academia.edu/YgorBelchior>. E-mail: ykbelchi@usp.br.

Introdução ao artigo

*O Rumor (fama) correu de uma só vez através das
grandes cidades da Líbia.*

Vir. Aen. IV, 173.²

*“Nero não foi deposto pelas armas, mas por notícias
(nuntiis) e rumores (rumoribus)”.*

Tac. Hist. I, 89

“A Fama (fama) enganadora em medo verdadeiro se tornou”

Luc. Bell. I, 469 -470

Em minha tese de doutoramento em História Social tenho como objetivo estudar o papel dos rumores que circulavam no ambiente das guerras civis através de uma ótica de que eles eram empregados como forma de obter alimento e apoio para as tropas que se desafiavam no campo (49 a 45 a. C e 68-69 d. C). Com o tempo, e com as evidências traçadas, pois os rumores foram muito bem documentados pelas fontes sobre os períodos, comecei a me deparar com os debates sobre o quão verídicos seriam esses rumores a tal ponto que pudessem sustentar uma pesquisa histórica. No entanto, antes de iniciar esse desafio, outro entrave importante também se apresentava como essencial a ser pensado. Afinal, o que era um rumor? Ou melhor, o que era um rumor para os antigos, ou seja, para aquelas fontes que tenho para sustentá-los como minhas evidências? Perguntas importantes para mim e desafios da minha pesquisa sobre os quais pretendo escrever, não para apenas relatar tudo o que não consegui responder, mas para relatar como posso estudá-los diferentemente daquilo que foi produzido sobre rumores nas guerras civis escolhidas.

Posso afirmar que nesse caminho foi me deparei com um interminável debate sobre como devemos classificar as evidências históricas que temos sobre os rumores antigos, cujas conclusões tendem a vê-los apenas como artifícios literários, brinquedos de um bom orador, que os usava para dar mais vivacidade a sua narrativa ou a si mesmo (Dinter, 2012, p. vii; 186). Por não concordar com essa proposta, afinal, pretendo fazer um trabalho no campo da História, é que me adentro neste debate com o objetivo de pensar o rumor não como uma evidência que deve ser apenas olhada pelo campo da literatura, mas também

² Extemplo Libyae magnas it Fama per urbes. Tradução minha.

pelo campo que pensa historicamente as guerras civis e as estratégias empregadas pelos generais que precisavam manter uma guerra. Esta que não funcionava aos moldes daquelas travadas com os inimigos externos, sempre supridas com as linhas de abastecimento confiáveis e contínuas.

Assim, para atingir meus objetivos com esse artigo, proponho a divisão do meu texto em três partes distintas: Esta introdução, onde apresentarei as evidências literárias que permitem este estudo e quais os vocábulos que selecionei em meu catálogo de fontes, assim como o porquê da minha escolha. Isso será importante para explicar, por exemplo, a minha tradução da epígrafe desta introdução, onde optei por traduzir o vocábulo *fama* por rumor, sendo que, em outra passagem, decidi manter a sua forma latina por considerar que em alguns casos a *fama* pode assumir um sentido e um mecanismo diferente daquele dos rumores. O mesmo vale para a primeira passagem citada na página anterior, onde é possível perceber que existe uma diferenciação clara entre notícias (*nuntius*) – em alguns casos podemos encontrar “carta” (*littera*) - dos rumores (*rumores*). Notícias não são apenas notícias e, sim, os meios em que ela circula alteram todo o resultado final da ação social e a escolha de um procedimento de análise equivocado também nos levará para outro caminho que não aquele que deveríamos ter traçado.

Na segunda parte, pretendo separar e isolar a *fama* e o *rumor* e olhar o estudo deles dentro das mesmas perspectivas literárias que temos disponíveis. Só que ao fazer isso, afirmo que me afastarei da leitura de uma retórica vista pelos olhos pós- modernos, “Hayden Whiteanos”, para os teóricos, ou, para os classicistas, as de Woodman, ambas contaminadas por algo que não é a retórica que minhas fontes aprenderam “na escola”³. Por último, pretendo, mesmo que indiretamente, indicar a importância que as teorias da ação coletiva proporcionaram para uma nova leitura das fontes, não só destacando a presença do meu objeto histórico, mas também evidenciando o processo de disseminação desses rumores, seus resultados e a dinâmica social que pode ser estudada por um historiador a partir deles.

E é com esse diálogo que me distanciarei de tudo aquilo que foi produzido sobre os rumores no período escolhido para minha tese. Sendo

³ Isso não significa dizer que esta visão não tenha seus méritos e as suas contribuições aos debates. Cf. Belchior(2011).

assim, antes de prosseguir cabe dizer que, como recorte temporal do meu trabalho, escolhi duas guerras distintas que também foram travadas com palavras, uma na República moribunda e outra no Principado. Ambas, porém, possuem uma boa literatura que nos foi legada sobre os acontecimentos vivenciados durante a deflagração desses conflitos. São elas, as guerras civis travadas por César e Pompeu, entre 49 a 45 a. C, e as que tiveram lugar durante o ano de 69 d. C, também conhecido como o ano dos quatro imperadores. Sobre os relatos desses acontecimentos cabe dizer que temos uma rica literatura grafada em diversos gêneros, como os discursos em terceira pessoa escritos por Júlio César, a exemplo das *Guerras Civis*, a *Farsália*, de Lucano, uma poesia que relata o conflito entre César e Pompeu e as *Histórias*, que relatam o ano dos quatro imperadores, de Tácito. Além destas obras, cabe destacar outras contribuições importantes, que não tocam diretamente na questão dos rumores, mas que são relatos preciosos para entendermos os contextos que pretendemos estudar. São elas, as biografias intituladas *A vida dos doze Césares*, de Suetônio, e a *Vida de Galba e Otão*, de Plutarco, além da historiografia legada por Dião Cássio, em sua *História de Roma*, e Flávio Josefo, na obra *Guerras Judaicas*.

Cabe também afirmar que junto a essa documentação também procurei inserir outras contribuições que também são importantes para entendermos não só o contexto temporal estudado, mas também os diferentes sentidos empregados pelos autores latinos para os rumores. Para tanto, também utilizarei em minha análise obras produzidas próximas ao contexto por mim estudado, como as *Guerras Gálicas*, de César, os relatos sobre as *Guerras alexandrinas, africanas e espanholas*⁴, atribuídas a César, a *Eneida*, do poeta Virgílio, as *Metamorfoses*, do também poeta Ovídio, e a *História de Alexandre Magno* de Quinto Cúrcio (como exemplo - VI, 2, 15 - 5, 32), além das obras de Tácito, Plínio, o jovem e Marcial. Todas essas obras tocam em diversos aspectos dos rumores, nos dando uma ótima diretriz para diferenciarmos os dois vocábulos que até agora empregamos: *fama* e *rumor*, que vamos estudar dentro dos preceitos de composição retórica disponíveis na antiguidade clássica.

⁴ Optei por traduzir o título dessa obra e de citar a sua atribuição a César porque utilizo a tradução para o inglês feita pela LOEB. Cf. CAESAR, Julio. *Alexandrian, African and Spanish wars*. With an English Translation by A. G Way. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 1988.

Na verdade, esse caminho será o próximo a ser trilhado, pois, e aqui passando para a conclusão de minha introdução, pretendo realizar na sequência deste texto uma discussão sobre a *fama* e o *rumor* na literatura por mim selecionada. E, como vamos falar de literatura latina, principalmente de diversos gêneros, creio que uma discussão sobre a retórica clássica também será necessária e inevitável. Afinal, uma leitura mais sociológica da retórica clássica pode proporcionar aos estudiosos outra visão para além do colorido e do drama construído por bons oradores. Ela pode revelar mecanismos sociais estudados e reavivar, ou até mesmo criar, uma nova memória sobre os funestos acontecimentos decorrentes de uma guerra civil.

O “ambiente” da guerra civil.

*“Eu vejo guerras, guerras horríveis, e o Tibre
espumando com muito sangue”⁵.*

Virg. *Aen.* VI, 86- 87.

*“Correu sangue fraterno nos primeiros
muros”⁶.*

Luc. *Bell.* I, 95

Confesso que, quando menino, nunca fui um adepto de círculos literários e nem de leituras públicas de poesia, principalmente aquelas que haviam sido escritas e proclamadas bem antes da sociedade que eu vivia à época. De certo, isso se dava porque realmente nunca tinha compreendido que o ato de fazer um texto ou um discurso era algo muito mais complexo do que simplesmente olhar para um papel ou para uma tela de computador e dizer as palavras que com certeza viriam à mente. Na verdade, essa minha compreensão pode ser justificada pela minha pequena pretensão de outrora em ler romances históricos que me colocassem diretamente no mundo romano, seja através da narrativa das inúmeras batalhas e de seus generais ou até mesmo as que se prendessem em personagens cotidianos, como os “exóticos” gladiadores e as

⁵ Tradução minha.

⁶ Tradução de Brunno V. G Vieira

mulheres que desafiavam uma sociedade que pouco dava espaço para elas. Era uma leitura infantil de um mundo desconhecido e que muito me interessava.

Mas, com o passar da idade, a minha compreensão sobre “um outro” mundo, o das palavras escritas e faladas, que antes acompanhava minhas poucas ambições nesse campo restrito ao lazer, começou a mudar e a se ampliar. Talvez o maior culpado dessa minha nova visão sobre aquele mundo, e há de se confessar, também do meu, seja algo muito conhecido por todos: a literatura greco-romana e seus mais diversos e ricos gêneros discursivos. Os mesmos que ficaram cada vez mais ricos, pelo menos para mim, quando passei a estudá-los através dos manuais discursivos que nos foram legados pelos antigos. A saber, a *Retórica*, de Aristóteles, o *Sobre o Orador*, de Cícero, *Educação Oratória*, de Quintiliano, o *Diálogo dos Oradores*, de Tácito, *Como se deve escrever a História*, de Luciano de Samósata, e, principalmente, *Retórica a Herênio*, um manual retórico atribuído a Cícero. Faço aqui uma breve referência a esta obra:

Visto, então, que desejamos ter um ouvinte dócil, benevolente e atento, explicaremos o que se pode fazer e de que modo. Poderemos fazer dóceis os ouvintes se expusermos brevemente a súpula da causa e se os tornarmos atentos, pois é dócil aquele que deseja ouvir atentamente. Teremos ouvintes atentos se prometermos falar da matéria importante, nova e extraordinária ou que diz respeito à República, ou aos próprios ouvintes, ou ao culto dos deuses imortais; se pedirmos que ouçam atentamente e se enumerarmos o que vamos dizer. Podemos tornar os ouvintes benevolentes de quatro maneiras: baseados em nossa pessoa, na de nossos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria ([Cic.] *Rhet.* I, 7 e 8)⁷.

Transformar o ouvinte em dócil e benevolente. Essas palavras de fato mexeram com minha cabeça. Afinal, um texto não é só aquilo que você escreve, mas é algo feito também para quem você escreve. E para tal, é preciso que um orador, que neste caso pode ser um poeta, um historiador e até mesmo um general contando suas façanhas, se embrenhe entre mais diversos exercícios de execução discursiva. Esse processo, também conhecido e apresentado por Antônio Martinez de Resende como o momento do *silêncio*⁸, era composto de

⁷ Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra.

⁸ Sobre o momento do silêncio, Antônio Martinez de Resende se apoia na recomendação de Quintiliano: (*Inst.* X, 7, 29) – “É preciso escrever, sempre que for possível, mas quando não é preciso meditar”. Cf. Resende (2010).

inúmeros *exemplae* e *topoi* que poderiam ser imitados (*imitatio*) não só para escrever melhor, mas também para aprender técnicas que atuem diretamente no seu receptor, ou seja, que o faça mover para determinada ação (*mouere*). Uma dessas estratégias, a saber, era através da exposição de elementos que atuassem fornecendo uma imagem sobre aquilo que estava sendo proclamado. Ou, seguindo a recomendação de Tácito, cabe ao orador antigo à elaboração de um discurso tão bem trabalhado e formulado “que deleite a visão e os olhos” dos seus ouvintes (Diálogo dos Oradores, XXII). Afinal, era preciso ver o que estava sendo falado⁹.

Um bom exemplo desta preocupação pode ser extraído desta mesma obra citada anteriormente. Em *Diálogo dos oradores* é possível perceber que o *auctor* nos apresenta elementos críticos e textuais interessantes, principalmente quando se refere ao gênero “Anais” como sendo composto por frases de “tardia e deselegante estrutura” (Tácito. Dial. XII), completamente desvinculado da vividez que é proporcionada pelas ornamentações e licenças poéticas. A culpa disso, segundo o *auctor*, recairia nos ouvidos exigentes da plateia que ansiavam por composições que fossem retiradas “do santuário de Horácio, de Virgílio e de Lucano” (Tácito. Dial. XX). Para tanto, era necessário que os oradores de seu tempo dialogassem com os poetas no intuito de que seus discursos pudessem ser mais visíveis e, portanto, mais convincentes.

Esse processo retórico era feito basicamente através de dois mecanismos discursivos: a *enargeia* e a *ékphrasis* (Ginzburg, 1989, p. 215-232; 2002). Tal como a *enargeia* (ou *evidentia*), a *ékphrasis* tinha a função de colocar diante dos olhos dos ouvintes as palavras que eram proferidas pelo orador - (Retórica a Herênio, IV, 59) – gerando, assim, um efeito de “visibilidade” do discurso proferido. Dessa maneira, a *ékphrasis* aparecia então com uma dupla condição: como o objetivo das narrativas historiográficas e como geradora da *enargeia*, ou seja, do “efeito de verdade”. Essa reflexão também pode ser evidenciada pela seguinte passagem da *Retórica* de Aristóteles:

⁹ Realizo uma discussão maior sobre essa temática no capítulo dois da minha dissertação de mestrado, onde discuto o papel das guerras civis como *evidentia*, na historiografia Taciteana. Cf. Belchior (2012).

Se o temor é isto, forçoso é admitir que as coisas temíveis são as que parecem ter um enorme poder de destruir ou de provocar danos que levem a grandes tristezas. É por isso que os sinais dessas eventualidades inspiram medo, pois mostram que o que tememos está próximo. O perigo consiste nisso mesmo: na proximidade do que é temível (Aris. *Reth.* II, 1382a)¹⁰.

Como também, posso apresentar as palavras de Pseudo-Longino,

Quando representas como acontecendo no presente fatos ocorridos no passado, farás do discurso não mais uma narrativa, mas um drama real (L. *Subl.* XXV)¹¹.

No caso da leitura e da poesia sobre as guerras civis, nada melhor do que ambientar o ouvinte em uma cidade sitiada em seus muros sagrados, com seus templos profanados e saqueados, e com o seu rio, que também era uma divindade, se enchendo de sangue de fratricídios. Assim, também aproveito para justificar por que tive o cuidado de citar algumas passagens, até certo ponto extensas, como a de Virgílio, em partes posteriores do meu texto. A minha ideia, como tal, foi a de situar o leitor em duas descrições que considero sublimes, para usar o tom deixado por Longino, e que criam o ambiente ideal para falarmos sobre a *fama* e o *rumor* nas guerras civis romanas. O rumor derruba imperadores mais do que as armas. A *fama*, que nesse contexto é a de César e seu exército de enormes e cruéis cavaleiros bárbaros (Luc. *Bell.* I, 469 – 479), mesmo sendo falsa, transforma tudo em medo e facilita a entrada do general em Roma. O Senado foge com Pompeu. A fuga teve que ser às pressas, afinal, nem levaram o ouro de Saturno. Os bárbaros inimigos estão a caminho e vão profanar os nossos templos em busca de ouro – “ó fome de ouro! As leis, desprezadas, perecem rodas sem distinção” (Luc. *Bell.* III, 118- 120). Medo, perigo e profanação! Bem, acho que nem é preciso comentar que a besta de olhos e penas, tal como descrita por Virgílio, não assustaria ao gritar pelas cidades as inverdades que serão tomadas como notícias verdadeiras. A *fama* e o *rumor* são elementos discursivos fortes e assustadores e que vão atingir a *fides* dos ouvintes.

¹⁰ Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

¹¹ Tradução de Jaime Bruna.

Dentro dessa mesma leitura literária da guerra civil, podemos encontrar autores que demonstram uma preocupação bem semelhante àquela que estamos trilhando até o momento. Essa abordagem posta em prática pode ser ilustrada pelas reflexões contidas na obra de Philip Hardie, intitulada *Rumour and Renown: Representations of 'Fama' in Western Literature*. Nesta obra, o autor apresenta uma reflexão bem centrada em estudar a aplicação da *fama* e do *rumor* na literatura ocidental através da ótica de que esse emprego nada mais era do que uma estratégia retórica para dar mais *fama* (importância, ressonância e até veracidade) ao próprio discurso. No caso, por exemplo, do capítulo sétimo, onde analisa historiadores como Tito Lívio e Tácito, Hardie procura analisar a *fama* como uma forma de dar veracidade (*facta*) aquilo que estava sendo narrado, mas também, como no caso dos *Anais*, como uma forma de dizer que os rumores e a *fama* (entendida aqui como reputação) eram sempre manipulados para servir as necessidades do *princeps*, isso dentro de um ambiente, de complôs, fofocas e muito medo. Outro exemplo interessante, e que vai ao encontro da passagem do Canto IV de Virgílio, já mencionada, é como Hardie observa a descrição monstruosa da *fama*, ou do rumor, antes de falar sobre o relacionamento de Eneias com Dido. Para ele, essa criatura personificada serviria para criar o enredo, uma trama que seria travada pelo protagonista ao longo de todo o Canto IV (Hardie, 2012).

O Rumor correu de uma só vez através das grandes
cidades da Líbia. Rumor, nenhum mal é mais
rápido. Ele floresce velozmente e ganha força com o
seu movimento: primeiro limitado pelo medo, ele
logo atinge o céu, anda no chão, e esconde a cabeça
nas nuvens. A Deusa Terra, incitada a ira contra os
deuses, é o que dizem, deu seu último, um monstro,
grande e terrível, de asas rápidas e de pés rápidos,
irmão de *Coeus* e *Enceladus*, que para cada pena em
seu corpo tem a mesma quantidade em olhos
atentos (conto maravilhoso), como em muitas
línguas que falam, como em muitos ouvidos para
escutar.

Ele voa, gritando, de noite pelas sombras entre a terra e o céu, nunca fechando as pálpebras em doce sono: por dia, ele fica de guarda em telhados ou torres altas, e assusta grandes cidades, tenaz como um mensageiro da verdade.

Agora em deleite ele encheu os ouvidos dos países com fofocas sem fim, cantando fato e ficção de igual maneira: Enéias chegou, nascido de sangue de Troiano, um homem a quem a bela Dido se digna a se unir: agora eles estão gastando todo o inverno juntos em indulgência, esquecendo sua realeza, presos pela paixão sem vergonha” (Virg. *Aen.* IV, 173- 194)¹².

Ver o perigo e esperar algo dele, se prevenir. Mas também criar o perigo e mobilizar a ação desejada pelo discurso. O observador agora tenta agir sobre os agentes outrora observados. O ambiente é a *pólis*, é a *urbs*, é a cidade e seu centro: os homens políticos. É uma dinâmica até certo ponto complexa e racional que a meu ver necessita de um orador com bom conhecimento sobre a experiência humana, seja através de sua história ou da memória construída a respeito dela. Assim sendo, algo bem próximo ao que o *retor* Quintiliano, em sua *Educação Oratória*, descreve quando afirma que “a história, por sua vez pode também alimentar o orador, como se fosse por uma qualidade de seiva ricamente nutritiva e saborosa” (Quint. *Inst.* X, 1, 31, 1). A história nutre aquele que irá para uma batalha de palavras. Ela o deixa mais forte!

Mas seria só isso? O quão difícil era para um orador, neste caso um historiador, ornamentar uma guerra civil? Fazer sentir o perigo de ter a sua cidade sitiada por tropas romanas compostas por “bárbaros”? Seria essa ornamentação apenas recurso literário? Apenas para dar veracidade? Seria apenas uma licença dada aos poetas? Enfim, creio que estas são perguntas importantes e necessárias para trazermos nosso objeto para outro campo que até então foi pouco abordado: a História. E, para tal, nada melhor do que deixar um grande historiador responder nossas inquietações. Cito as palavras de Tácito

¹² Tradução minha.

contidas em seu proêmio sobre a narrativa dos acontecimentos das guerras civis de 69:

Estou entrando na história de um período rico em desastres, assustado em suas guerras, dilacerado por conflitos civis, e até mesmo na paz cheio de horrores. Quatro imperadores pereceram pela espada. Houve três guerras civis, mais que contra os inimigos estrangeiros, embora havia também muitas vezes guerras que tinham os dois caracteres ao mesmo tempo (Tac. *Ann.* I, 2)¹³.

Nessa matéria rica em desventuras não cabe ao orador um exercício que exija a aplicação de grandes técnicas retóricas e nem muitos ornamentos. Tácito justifica isso ao afirmar que o período por si só já seria de grande valia para conquistar a atenção dos ouvintes, e que a instabilidade à qual estavam sujeitas aquelas pessoas que vivenciaram três guerras civis, servia para captar a benevolência de sua plateia por diversas vias: através da amplitude dos fatos e da importância atribuída aos exemplos narrados. Nesse intuito, nada melhor ao bom orador do que recorrer à verossimilhança das ações humanas, do comportamento humano, e das vicissitudes que derivaram da interação entre eles. Ou seja, seria algo parecido com “eu vejo porque já vi, ou pelo menos, imagino que poderia ser assim ou se passado desta maneira”. Nesse sentido, o que podemos apontar em matéria discursiva, principalmente em se tratando de discursos sobre as guerras civis romanas, é que presente (ação sublime de um discurso), passado (a experiência humana que ambienta esse discurso) e o futuro (ação provocada pelo discurso)¹⁴, estão muito presentes e atuantes nas fontes que analisaremos ao longo deste trabalho. Isso fica mais evidente se atentarmos para a seguinte passagem de Lucano quando o poeta se refere aos sentimentos que os idosos traziam das guerras civis entre Mário e Sula:

fere a um tempo dois chefes
e os partidos rivais, enquanto o não merecem.
Com tanta profusão de crimes jamais vistos
ambos disputam quem na urbe imperará?

¹³ Tradução minha.

¹⁴ Traduzido para o latim como *delectare* (deleitar), *docere* (ensinar) e *mouere* (mobilizar para uma ação).

Guerras civis mover só tinha um valor
se contra os dois. Assim caduca a piedade
reclamou. Mas os pais dor própria lhes tocava,
a tarda hora fatal os idosos odeiam,
à outra proscricção civil sobreviventes.
Um deles lembrando as fontes de seu pânico
'Não outros transes', diz, 'os fados preparavam
quando Líbios e Teutões já vencedor,
Mário, no exílio, abrigo teve em limbo.
(Luc. *Bell.* II, 59 – 70)¹⁵.

Essa passagem de Lucano, extraída da obra *Farsália*, publicada em 65 d. C, sob o governo de Nero, talvez seja extraordinária para amarrarmos o nosso argumento até aqui. Sobre o poema em questão, ele é classificado como pertencente ao gênero épico e é composto por dez livros que descrevem a disputa entre César e o Senado. Sua obra chegou até os dias de hoje inacabada. Para alguns pesquisadores e tradutores da obra¹⁶, é possível afirmar que a ideia de Lucano era a de terminar a sua obra com a morte de César, em Março de 44 a.C. Contudo sua narrativa é interrompida abruptamente no contexto das operações militares de César em Alexandria, no inverno de 48-47 a.C. Nesta obra, é possível perceber claramente o emprego da memória de como a guerra civil era avassaladora e também como os mesmos mecanismos de combates, de proteção e de busca por informações continuavam a ser os mesmos em temporalidades distintas. Afinal, a guerra entre Mário e Sila está presente nas guerras entre César e Pompeu, ao mesmo tempo em que estas são utilizadas pelo orador para atuar no presente e também no futuro. Afinal, é de se esperar que o colorido e a memória deixada pela poesia de Lucano tenha tido ao menos um pequeno lugar nos acontecimentos das guerras civis de 69.

A guerra civil, portanto, possui uma história e um mecanismo que pode ser atestado pelo passado e pelas ações humanas no presente, inclusive em sua forma narrativa. Isso também pode ser justificado demonstrando que a guerra civil, como um mecanismo literário, também poderia ser empregada, e assim o foi, como uma metáfora para descrever e até mesmo ampliar com conflitos

¹⁵ Tradução de Brunno V. G. Viera.

¹⁶ Dentre eles Brunno V. G. Viera. Cf. sua edição da obra de Lucano (2011).

políticos durante o Principado. Um exemplo disso também pode ser extraído de Tácito quando, em *Anais*. IV, 17, 3, afirma que: “a isso dava todo motivo Sejano, que lhe afirmava estar já Roma dividida em partidos como nos tempos das guerras civis”. Ou seja, ao lermos todas as fontes utilizadas nesta pesquisa é possível estudar os acontecimentos narrados, a situação das províncias, os medos em Roma, mas, principalmente, os rumores, como objetos históricos que possuem um mecanismo de ação que também pode ser encontrado e atestado. Como este exemplo trazido por César:

Aqueles Estados que consideram organizar as coisas públicas mais judiciosamente, têm prescrito por leis que qualquer pessoa que tenha aprendido algo importante para a comunidade com os seus vizinhos, seja pelo *rumor* ou pela *fama*, deverá transmiti-lo ao magistrado, e não comunicá-lo a qualquer outro comum, pois os homens imprudentes e inexperientes foram por muitas vezes alarmados com falsos rumores e assim foram impelidos a cometer crimes e medidas precipitadas em assuntos da mais alta importância. É da função do Magistrado esconder as coisas que necessitam ser mantidas desconhecidas da multidão. Não é lícito falar sobre a comunidade, exceto em assembleia (Caes. *BG*. VI, 20)¹⁷.

Mesmo não falando especificamente de nenhuma guerra civil por nós escolhida, esta passagem de César foi trazida para este trabalho justamente por trazer elementos muito importantes para a nossa análise. Em uma guerra, as palavras são muito importantes, já que a busca por informações é intensa. Os exércitos se movem e necessitam de apoio, de suprimentos e de água. As cidades se fecham. Deliberam. Qual candidato apoiaremos? Nos rendemos ou defendemos? Quanto de suprimento temos? Quanto aguentaremos? Já, as informações são restritas, são colocadas apenas no nível de rumores. Porém, estes têm pouca amplitude, já que são colhidos em comunidades vizinhas ou são internos a própria comunidade de origem. Quem escolherá a informação certa? Pois, se não fiscalizados pelas autoridades, podem atingir níveis alarmantes. E, dentro de uma guerra, com toda aquela retórica descritiva de seu clima de tensão, medo e instabilidade, uma convulsão interna contra as autoridades ou qualquer pânico que atrapalhe as defesas e as vigias, todos podem ser funestos.

¹⁷ Tradução minha.

Nesse sentido, a retórica mais uma vez é reveladora, já que descreve essas comoções e esses eventos de uma forma bem detalhista, quase que no nível de um estudo sociológico e psicológico dos personagens envolvidos. Pois, correr para determinado templo, inquirir comerciantes e viajantes, buscar informações no Campo de Marte, mesmo local que iam para as eleições, se proteger, deliberar e até mesmo agir em prol de determinado partido espalhando rumores não são apenas elementos empregados para o deleite ou para se criar um ambiente da guerra. Pois, todas as essas ações, a meu ver, são mais do que simples ornamentações, elas revelam práticas do cotidiano destas guerras, como a interação entre os seus agentes, seus mecanismos de ação, quais eram os tipos de rumores que circulavam, qual a sua amplitude, como eram recebidos, por quem e, principalmente, seus resultados: a ação social dos agentes. Sendo assim, em minha tese de doutoramento em História Social tenho como objetivo estudar o papel dos rumores que circulavam no ambiente das guerras civis através de uma ótica de que eles eram empregados como forma de obter alimento e apoio para as tropas que se desafiavam no campo. O rumor, como tal, passa a ser um instrumento muito importante para vencer seus inimigos!

Finalmente, do texto para a batalha: “o nosso modelo”.

Segundo os renomados *The Oxford Latin dictionary* e o *A Latin Dictionary*, editado por Charlton T. Lewis e Charles Short, e mesmo com as diferenças claras entre eles no emprego das fontes, os vocábulos *fama* e *rumor* possuem basicamente o mesmo significado. Ou seja, justificando até a livre tradução de uma pela outra. Cito os verbetes: *Fama*: “the talk of the multitude, like rumor, either as relating or as judging”. Por outro lado, o significado de *rumor* também aparece nesse mesmo sentido, ou seja, como “the talk of the many, whether relating facts or expressing opinions”¹⁸. Como se vê, nossa preocupação em apresentar a *fama* e o *rumor* como uma dificuldade inicial deste artigo foi justificável. Afinal, apesar das diferenças expressas nas fontes, eles possuem basicamente o mesmo tratamento: são rumores. E até então, como tal, foram tratados no campo literário.

¹⁸ Os verbetes citados foram extraídos do *A Latin Dictionary*. Founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary. revised, enlarged, and in great part rewritten by. Charlton T. Lewis, Ph.D. and Charles Short, LL.D. Oxford. Clarendon Press. 1879.

Sendo assim, o maior exemplo aplicado da metodologia que estou tentando adotar é a obra “El gran panico de 1789: La revolución Francesa y los campesinos”, de Georges Lefebvre, que viveu entre 1874 a 1959. Por exemplo, o primeiro capítulo de “O Grande Medo de 1789” é intitulado “A Fome” e inicia-se com uma citação de Taine da obra *O Antigo Regime*: “O povo assemelha-se a um homem que caminha dentro de um lago com água até a boca; à menor depressão do solo, à menor flutuação, perde o pé, afunda e se afoga” (Lefebvre, 1979, p. 28.). É o materialismo histórico expresso na consciência do terceiro Estado. Mas não é somente um terceiro Estado, uno, mas uma coletânea de diversas mentalidades, que eram influenciadas por grandes estruturas históricas, como economia, o antigo regime, a situação camponesa, os errantes e até mesmo os motins, mas que serão estudados em sua localidade específica, sua regionalidade geográfica e até mesmo psicológica, através de objetos históricos nada convencionais para o historicismo alemão, como os rumores.

O “grande medo”, neste caso, passa a ser visto por ele de uma maneira diferente, bem distante da ideia dissolutiva e até certo ponto irracional, tal como apresentado pelas discussões contidas na obra entre Lefebvre e Taine, por exemplo (Lefebvre, 1979, p. 25). Pois, através da análise de sua obra é possível perceber que os alertas e os rumores que circulavam sobre um possível “complô aristocrático” não provocavam caos, violência e dissolução social. Ao contrário. Eles nos auxiliam a compreender as diferentes causas de insatisfação dos agentes envolvidos e quais tipos de manifestações que eles tomavam a partir delas, seja nas cidades ou nas diversas regiões do campo. Pois, e talvez a conclusão mais impressionante deste estudo, foi possível perceber que na medida em que os rumores se alastravam, as cidades passavam a reforçar as suas defesas e a atenuar a paz, inclusive expondo redes de solidariedade internas e até mesmo esboços de recrutamento em massa para proteger as suas comunidades (Lefebvre, 1979, p. 281-291).

Em suma, o que foi possível perceber ao longo desta exposição é que existe uma preocupação muito focada em entender os movimentos sociais, como as ações de massa decorrentes de rumores, através de uma ótica que varia entre o entendimento dos conflitos como algo natural da sociedade e que é expresso dentro das normalidades impostas pelos mecanismos de controle

social. Sendo assim, como apontado pela obra de Lefebvre, é possível observar a ação social e os movimentos decorrentes dela, principalmente os impulsionados pelos rumores, através dessa ótica. Portanto, nosso interesse aqui residirá em uma Guerra Civil “vista por baixo”, ou seja, para além das batalhas, dos grandes eventos e dos grandes nomes, mas focada no estudo das interações sociais entre os agentes envolvidos em relação com as estruturas históricas de cada período escolhido. E, é claro, empregando um assunto de “pouca importância”, como os rumores.

Bibliografia

Obras de Referência

A Latin Dictionary. Founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary. Revised, enlarged, and in great part rewritten by. Charlton T. Lewis, Ph.D. and Charles Short, LL.D. Oxford. Clarendon Press. 1879.

Oxford Latin Dictionary. Second edition (April 1, 2012). New York: Oxford University Press, USA, 2012

Fontes

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Biblioteca de autores clássicos, 2005.

CÍCERO. *De oratore*. In: SCATOLIN, Adriano. A invenção no Do Orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

[CÍCERO] *Rethorica ad Herenium*. Translated by Harry Caplan. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999. (Col. The Loeb Classical Library)

[CÍCERO] *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

CAESAR, Julio. *Alexandrian, African and Spanish wars*. With an English Translation by A. G Way. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 1988.

CESAR, Julio. *The civil wars*. With an English Translation by A. G Peskett. Edited by G. P Gool. Edinburgh: St Edmundsbury Press Ltd. 1990.

CAESAR. *The Gallic War*. With an English translations by H. J. Edwards. Bungay: Richard Clay. 1986.

CÉSAR, JÚLIO. *Comentários sobre as guerras civis*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1999.

Dio's Roman History. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. (The Loeb Classical Library).

JOSEPHUS. *The Jewish war*. Translated by H, ST. J. Thackeray. University Press: Loeb Classical Library, 1927.

LONGINO. *Do Sublime*. Introdução Roberto de Oliveira Brandão; Tradução do grego e do latim de Jaime Bruna. 7ª edição. São Paulo: Cultrix, 1997.

LUCAN. *The civil war* (pharsália). Translated by J. D. Duff. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1928. (Col. The Loeb Classical Library).

LUCANO. *Farsália*: Cantos I a V. Introdução, tradução e notas de Bruno V. G. Vieira. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

PLUTARCO. *Vidas de Galba e Otão*. Tradução do Grego, Introdução e Notas de José Luís Lopes Brandão. 1ª Edição. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. 2010.

QUINTILIANO. “Educação oratória” (Livro X). In: RESENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso em Quintiliano*. Tradução de Antônio Martinez de Resende. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

SUETONIO. *Vida dos Doze Césares*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. (Coleção Universidade de Bolso).

VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TACITE. *Annales*. Texte établi et traduit par Henri Goelzer. Paris: Société d'édition “Les Belles Lettres”, 1953. 3vv.

TACITUS. *The Annals*. Translated by A.J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.

TÁCITO. *Anais*. Tradução de J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952 (Clássicos Jackson, Vol XXV).

TÁCITO. *Obras Menores*. Tradução de Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

TÁCITO. *As Histórias*. Tradução de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1937.

TACITUS. *The Histories*. Translated by Kenneth Wellesley. London: Penguin, 1995.

TÁCITO, Cornelio. *Agrícola, Germania, Diálogo sobre Los Oradores*. Traducción J.M. Requejo. Madrid: Editorial Gredos, 2008.

Referências Bibliográficas

BATSTONE, William W. Postmodern historiographical theory and the Roman Historians. In: FELDHERR, Andrew (org.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 24 – 41.

BELCHIOR, Ygor Klain. A história como um romance? Uma discussão da contribuição teórica da vertente pós-modernista para os estudos sobre a historiografia Taciteana. *Revista Ágora* (Vitória), v. 7, p. 1-22, 2011.

_____. *Tácito e o principado de Nero*. 2012. 156 f. (Dissertação de Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

_____. “Aquele único e longo ano de Galba, Otho e Vitélio” (TÁC. Dial., 17): as guerras civis de 69. *Romanitas: Revista de Estudos GrecoLatinos*, v.1, p.170 - 187, 2013.

BENTLEY, Michael. *Companion to Historiography*. London: Routledge, 1997.

BUZZI, Stéphane. Georges Lefebvre (1874-1959), ou une histoire sociale possible. *L'histoire sociale en mouvement*, France, n. 200, Mar. 2002.

COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

DINTER, Martin. *Anatomizing Civil Wars: studies on Lucan's Epic Technic*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2012. Pp. viii – 186.

ERSKINE, Andrew. *A companion to Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

GINZBURG, Carlo. “Ekphrasis e citação”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, pp. 215-232;

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, Retórica e Prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

HARDIE, Philip. *Rumour and Renown: Representations of 'Fama' in Western Literature*. *Cambridge Classical Studies*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2012.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

WHITE, Hayden. “The Modernist Event”. In: *Figural Realism: studies in the mimesis effect*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2000, pp. 66 – 86.

WHITE, Hayden. *Meta- História: a Imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in Classical Historiography*. Taylor & Francis Library, 2004.

_____. *The Cambridge Companion to Tacitus*. Edited by A. J. Woodman. New York: Cambridge University Press, 2009.

_____. *History and Alternative Histories: Tacitus*. In: *Rhetoric in Classical Historiography*. London and New York: Routledge, 1988, pp. 160-196.

OS GAULESES DE CÉSAR: A ETNOGRAFIA E A *VIRTUS* NO *BELLO GALLICO*

Giovane Vasconcellos Cella¹

RESUMO: A obra intitulada *Comentarii de Bello Gallico* foi produzida por Caio Júlio César durante os seus pro-consulados na Ilíria e na Gália Cisalpina (59-50 A.E.C.) e trata das campanhas por este empreendidas na Gália, com os objetivos de subjugar-la e conquistá-la. Pretendemos analisar no presente artigo de que forma César estrutura sua etnografia da Gália como metonímia da região pelos habitantes e, portanto, excluindo as etnografias da Germania e da Britânia presente no *Bello Gallico*. Ademais, exploraremos como o autor constrói a imagem de um inimigo ideal ao articular a construção dessa etnografia com o conceito de *virtus*, criando um oponente valoroso o suficiente que por vezes é passível de comparação com os romanos, mas que ainda assim fora derrotado e conquistado por ele, César.

PALAVRAS-CHAVE: Júlio César; Etnografia Antiga; Gália.

ABSTRACT: The work usually entitled *Commentarii de Bello Gallico* was written by Gaius Julius Caesar while he was proconsul at the provinces of Illyricum and Cisalpine Gaul (59-50 b.C.E.) and narrates his campaigns in Gaul, with its conquest and subjection as his major aims. The present article intends to analyze how Caesar presents his ethnography of Gaul in the *Bello Gallico* as a metonymy of the region by the inhabitants, thus excluding the ethnographies of Germania and Britannia. Furthermore, we will explore how the author constructs the image of an ideal enemy through the articulation of that ethnography with the concept of *virtus*, creating an opponent so valorous that he could even sometimes be compared with the Romans, but who, nevertheless, was subdued and conquered by him, Caesar.

KEYWORDS: Julius Caesar; Ancient Ethnography; Gaul.

Os chamados *Comentários sobre a Guerra Gálica*, ou *Comentarii de Bello Gallico*, tratam do conjunto de incursões executadas por Caio Júlio César na região denominada como Gália (diferenciada das províncias romanas da Gália Cisalpina e Transalpina), que compreende aproximadamente a região correspondente hoje à França e cercanias, dos anos 58 a 50 A.E.C. Composto por

¹ Graduando do curso de História e bolsista PIBIC/CNPq da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

sete livros escritos por César (dos anos 58 a 52) e um oitavo livro escrito por Aulo Hircio, o *De Bello Gallico*, doravante *BG*, constitui o único relato contemporâneo a essas campanhas².

Entretanto, a contemporaneidade aos acontecimentos não faz com que as descrições etnográficas apresentadas por César correspondam necessariamente a uma realidade observada pelo autor, pois, como aponta Fornara, a “etnografia permitia a publicação do relato não confirmado mesmo daquilo improvável”, mas que também “seria errado supor que o costume se formou por uma deficiência no senso histórico dos antigos. Era parte do gênero da etnografia, mesmo quando casado à História.” (Fornara, 1988: 15)³.

Por esse motivo, para além do ambiente político romano e demais particularidades nas quais a obra fora produzida, é necessário pensar o *BG* como uma obra inserida em uma tradição literária greco-romana. Analisaremos neste artigo primariamente a etnografia existente na obra de César, ou seja, a representação que César dá a um “outro” diferente de si mesmo, neste estudo, especificamente, os povos gauleses por ele encontrados ao longo de suas campanhas. Entretanto, apesar de aqui analisarmos apenas a etnografia em detrimento do restante da obra, esta não deve ser pensada como gênero existente autônomo⁴, ou seja, como um gênero narrativo do qual a escrita de outros gêneros possa ser em grande parte dissociada. Como colocado por Emma Dench,

Até certo ponto, a categoria de ‘escrita etnográfica’, distinta de, por exemplo, ‘História’ ou ‘Geografia’, foi criada por estudiosos modernos. [...] ‘Etnografia’ – escritos sobre

² Para uma discussão sobre as circunstâncias de produção desse relato, cf. Rambaud (2011: 9-12, 365 e 403-405) e Wiseman(1998). A discussão é analisada ainda por Riggsby (2006: 9-11). Em resumo, Rambaud afirma que as contradições internas não necessariamente seriam provas de uma produção contínua dos comentários (ano a ano), e que julgá-las como tal seria confundir a metodologia da história com a da crítica literária, pois a contradição no plano literário não necessariamente significaria o erro de uma ou das duas informações, podendo ser uma característica de estilo e objetivo. Wiseman se contrapõe dizendo que a publicação contínua seria uma estratégia política para manter seu prestígio junto ao povo, de quem teria recebido seus proconsulados. Já Riggsby afirma que “*the question of the timing of composition of De Bello Gallico is one where we are left assessing comparative probability, not established fact*” (11).

³ “*Ethnography permitted the publication of the unconfirmed report of even the improbable*”; “*But it would be wrong to suppose that the custom was shaped by some deficiency in the historical sense of the ancients. It was part of the genre of ethnography, even when wedded to history.*”

⁴ Apesar de Fornara falar da etnografia como um gênero, ele não a trata em momento algum como autossuficiente.

outros povos, [é] uma subdivisão que tem alguma base no pensamento antigo. (Dench, 2005, p. 41-42)⁵

Duas informações importantes se depreendem desse trecho. Etnografia é essencialmente o escrito sobre outros povos. E não pode existir autonomamente. Ela se encontra sempre inserida dentro do texto - como colocado por Dench, apenas sendo uma subdivisão com *alguma* base no pensamento antigo. As preocupações das obras que conteriam relatos etnográficos seriam as mais diversas, e.g.: Heródoto se preocupava em escrever suas Histórias, ou seja, o gênero histórico; Hipócrates, desenvolver um tratado médico.

O interesse original em tais relatos sobre “outros povos” se estabelece através dos relatos gregos da “volta ao mundo” (*periegesis* ou *periodos ges*) ou relatos sobre genealogias de determinados povos (*Persika*, *Indika* etc)⁶. Suas raízes, entretanto, seriam ainda mais profundas, remontando em última instância à épica, em particular a *Odisséia* de Homero. Em todos os casos, os relatos etnográficos e geográficos sobrevivem na literatura antiga como aspecto integral de diversos escritos históricos, bem como de outros tipos de literatura. Considerando a característica de mesmo as narrativas históricas serem pensadas para leitura em voz alta⁷, esses relatos comporiam um conhecimento comum. Como colocado por François Hartog, “Entre o narrador e o destinatário existe, como condição para tornar possível a comunicação, um conjunto de saberes semântico, enciclopédico e simbólico que lhes é comum” (Hartog, 2014, p. 48). Ou seja, a mera existência da etnografia em César remete a uma inserção em uma tradição de escrita. Portanto, essa etnografia se volta para o passado quando se desenvolve, ao mesmo tempo perpetuando e ressignificando os elementos dessa tradição⁸, independente de uma necessidade de constatar se determinado autor teria ou não referenciado determinado relato ou obra.

⁵ “To a considerable extent, the category of ‘ethnographical writing’, as distinct from, for example, ‘history’ or ‘geography’, was created by modern scholars. [...] ‘Ethnographie’—writings about other peoples, a subdivision that has some basis in ancient thought.”

⁶ Marincola, 2007, p. 5

⁷ “From the beginning, history had been written to be read aloud. [...] Publication was the public performance; the written text was for ‘consultation by the educated.’” (Wiseman, 1998, p. 4-5).

⁸ Como colocaria J.J. Tierney, é uma “*deformation of the truth through continuous transference and stylisation*” (Tierney, 1960, p. 121).

Dois alicerces claros do que Dench chama de subdivisão etnográfica se edificam no tratado *Ares, Águas e Lugares* do grego Hipócrates⁹, e nas *Histórias*, de Heródoto. No primeiro caso, quando Hipócrates afirma que

Os que habitam em uma região montanhosa, apical, elevada [...] nestes casos, é normal que tenham aparência de grandes e sejam naturalmente propícios para o esforço e para a virilidade; e tais naturezas não têm menos selvageria e animalidade. (AAL, XXIV.2)¹⁰,

Em César vemos uma construção de raiz semelhante:

[...] de todos os lados se vêm os helvécios estreitos pela natureza do lugar; de uma parte, pelo Rim, mui largo e profundo rio, que os extrema dos germanos; de outra, pelo Jura, monte altíssimo, que se interpõe entre eles e os sequanos; de outra enfim, pelo lago Lemano e rio Ródano, que deles extrema a nossa província. Originava-se daí poderem estender-se menos, e menos facilmente fazer guerra aos vizinhos; o que, para gente tão belicosa, era ocasião de grande mágoa. (BG, I.2)¹¹.

Hipócrates descreve um tipo de região geograficamente restrita por ser montanhosa. Já César singulariza que os helvécios se encontrariam com o lago Lemano e rio Ródano cercando-os ao sul, o rio Rim (Reno) ao nordeste e a cordilheira do Jura ao noroeste até o encontro com o Reno, fechando completamente também o norte da região. Seria, portanto também uma região fisicamente restrita, também montanhosa. César aponta a belicosidade dos helvécios como característica natural daqueles que habitavam tal ambiente, assim como Hipócrates explica que os habitantes de geografias semelhantes seriam propensos à selvageria e animalidade¹². Temos ainda que, como aponta Hester Schadee,

⁹ Doravante AAL. Apesar de não ser este o primeiro a tratar a etnografia. Como dito anteriormente, muito desta se encontrava já na épica de Homero e na *Periodos Ges* de Hecateu de Mileto. Cf. Fornara (1988, p. 12-16) para uma breve descrição do desenvolvimento da escrita etnográfica na Antiguidade.

¹⁰ Tradução do grego por Henrique F. Cairus.

¹¹ Tradução de Francisco Soeiro dos Reis, assim como as demais, a não ser que assinalado de forma diferente.

¹² A ligação aparentemente óbvia e lógica entre as duas descrições é o que argumentamos como presença da tradição. Por si só, o discurso da propensão à guerra por parte dos helvécios em específico e dos gauleses em geral poderia advir do saque de 390 A.E.C.. Cf. Otis (1914, p. 246): “*Since the sack of the city by the Gauls in 390 B.C., a quiet but progressive apprehension had been invading the minds of the Romans. In 295 the Gauls had aided the Samnites and later the*

a distância intelectual é facilmente lida como um paralelo à distância física e o ato de inquirido coincide com o resultado: em ambos os pontos o afastamento é o tema (em termos de distância física através do estereótipo hipocrático que iguala povos ferozes e moradas no extremo norte). (Schadee, 2008, p. 164)¹³.

Se voltarmos a César, ainda no primeiro capítulo do primeiro livro, constatamos ao que Schadee se refere:

De todos esses povos os belgas são os mais fortes, por eles serem os mais distantes da cultura e da civilização da província romana, e não vão lá amiúde mercadores, nem lhes levam coisa que lhes enerve o vigor.” (BG, I.1)¹⁴

Podemos perceber essa distância como um ambiente hostil, bem como as constantes batalhas entre tribos e contra germanos e a topografia e clima das regiões habitadas onde há a necessidade de ação do homem para atingir seus objetivos em contínua luta contra a natureza. César, ao apontar tais características como vitais para distinguir a proeminência bélica de determinadas tribos sobre outras (nos exemplos dados, dos helvécios e belgas), dá continuidade ao pensamento hipocrático, quando este diz que:

Por isso, considero que os habitantes da Europa são mais animosos que os da Ásia; pois em (climas) quase iguais, há indolência; em (climas) que se modificam, há vivacidade no corpo e na alma, e, a partir da tranquilidade e da indolência, aumenta a covardia; a partir da vivacidade e dos esforços aumenta a virilidade. (AAL, XXIII.3)¹⁵

Etruscans. The Semones and Boii had been ejected from Italy only by a hard struggle in 282. In 225-223, the Romans, on reaching the Po, had to wrest every inch of the land by force from Gallic tribes. The dread of the Gauls had not been allayed by the alliance of some of their tribes with Hannibal when he invaded the peninsula.”.

¹³ “Intellectual distance is easily read as a parallel to physical distance and the act of inquiry tallies with the outcome: on both scores remoteness is the theme (in terms of physical distance through the Hippocratic stereotype that equals fierce people and far-north abodes).”

¹⁴ Optamos aqui por aliar a tradução no inglês de H.J. Edwards com a em português de Francisco Sotero dos Reis, por nos parecer confusa quando este nos informa “por isso mesmo que não estão mais longe da cultura e polícia da província romana” devido a negativa presente. Ainda que concordemos, ainda mais tendo em vista o apontado posteriormente por Tácito em *Agricola*, 21, com a tradução por *polícia de humanitate* (no latim, e utilizado por Tácito como *humanitas*), preferimos *civilization* por se encaixar melhor em um eixo lógico em ambos os casos. Apesar de termos utilizado o *vigor* proposto por Sotero, ressalvamos a presença no texto em latim do termo *effeminandos animos*, mais compatível com a leitura de Edwards de *commodities that make for effeminacy*, o que entraria em diálogo direto com a masculinidade da *virtus*, como veremos adiante.

¹⁵ Tradução do grego por Henrique F. Cairus.

A questão bélica se torna ainda mais central quando lembramos a importância da guerra na tradição etnográfica romana; afinal, o conhecimento de outros povos e culturas no mundo romano se dá através da guerra, e a representação desses povos (e de seus ambientes), ou seja, uma demonstração de conquista intelectual, constitui importante passo para uma conquista *de facto*¹⁶. Como coloca Ellen O’Gorman,

a função da guerra em um contexto etnográfico, portanto, é tanto descobrir quanto confirmar; tanto encontrar quanto manter distinto: uma série de papéis altamente complexa. (O’Gorman, 2012, p. 102)¹⁷

O alicerce herodoteano, por outro lado, é visível em uma questão mais estrutural: assim como nas *Histórias* de Heródoto onde, a partir do livro II, capítulo 5, um longo trecho é dedicado à descrição geográfica do Egito, logo seguido pela etnografia de seu povo¹⁸, recorrendo novamente à descrição geográfica sempre que necessário, César insere já nos dois primeiros capítulos do primeiro livro do *BG* uma delimitação e especificação do espaço da Gália¹⁹, e retoma a descrição geográfica por todas as vezes em que julga necessário ou para propósitos etnográficos ou de demonstração do alcance de seus feitos²⁰. Baseado nas tradições, em escritos anteriores e na própria averiguação dos fatos durante as campanhas (que, combinados, fez com que Francis Kelsey afirmasse à César uma “*perfeita compreensão de seu assunto que ninguém mais possuía ou poderia obter*”, Kelsey (1905: 218)²¹, César define e situa seus inimigos não apenas como um desconhecido “outro”, mas como um “outro” primitivo, definitivamente bárbaro, como vemos em sua descrição dos nérvios:

¹⁶ Cf. Krebs (2006, principalmente p. 113-119) e Schadee (2008, principalmente p. 164).

¹⁷ “*The function of war in an ethnographic context, therefore, is both to discover and to confirm; to encounter and to keep distinct: a highly complex series of roles.*”

¹⁸ Esta estrutura também se insere na tradição, remontando a Homero e Hecateu de Mileto. Para exemplos em César, Cf. *BG*. I.1-4, II.1-4, III. 7-8. Em V.12-14, entretanto, inicia-se com uma descrição geral dos povos da Britânia (12), para depois descrever a geografia da ilha (13), e por último retomar uma descrição de povos, mas dessa vez de um povo em específico (no caso, os habitantes do Cântio, em 14). Tal estrutura é adotada por César também nas outras passagens citadas em maior ou menor grau (i.e. uma menor descrição geral no início, ou permeada esta descrição na descrição geográfica), mas parece-nos mais bem exposta neste caso.

¹⁹ Cf. Krebs (2006) e Schadee (2008) para uma análise dos propósitos dessa delimitação.

²⁰ Cf. *BG* II.9 e II.18, III.1 e IV.10, por exemplo.

²¹ “*he had that perfect understanding of his subject which no one else had or could ever attain.*”

[...] Os nervios, de cuja índole e costumes informando-se, colhe em resultado: 'Não terem com eles entrada alguma mercadores, pois não consentiam lhes levassem vinho nem outros objetos de luxo com que julgavam entorpecerem-se os ânimos e enervar-se o vigor; - serem mui rudes e bravos; - censurarem e acusarem os mais belgas por se haverem submetido aos romanos, renegando o pátrio valor; - e blasonarem de que não haviam mandar embaixadores a César, nem aceitar composição alguma. (BG II.15)

Ao definir seu oponente como primitivo, César, entretanto, se vê em um constante dilema: ao mesmo tempo em que, como vimos, ele os representa como bárbaros não civilizados, ele busca mostrá-los como “nobres selvagens”, através, principalmente, de seu valor na batalha. Entretanto, tal ato também estaria inserido ainda nessa tradição de escrita etnográfica, como coloca O’Gorman, ainda que tratando de Tácito:

Esse papel do bárbaro, como ‘nobre selvagem’, em oposição ao do bárbaro como o repositório de tudo aquilo não civilizado e socialmente indesejável, é uma sempre presente tensão em qualquer representação do estrangeiro, particularmente o estrangeiro primitivo. (O’Gorman, 2012, p. 111-112)²²

Logo, tal dilema não se apresenta como problema, pois é recorrente na tradição etnográfica, presente tanto antes quanto após César.²³ Contudo, ele não nos apresenta apenas um bárbaro, o gaulês, mas também descreve na obra os germanos. Para articular a existência de bárbaros de naturezas diferentes entre si, e também apresentar o gaulês como conquistável e romanizável, César mais uma vez se volta para a tradição. O’Gorman aponta que

O discurso da representação bárbara no mundo antigo é em muito um discurso de dualidade, polaridade, de ser ou um ou outro, apesar disto ser por vezes mascarado pela

²² “*This role of the barbarian, as ‘noble savage’, in opposition to the barbarian as the repository of all that is uncivilized and socially undesirable, is an ever-present tension in any portrayal of the foreigner, particularly the primitive foreigner.*”

²³ Como pode ser visto nas *Histórias* de Heródoto. Hingley acrescenta que “*The classical authors recorded the names of various ethnic groups in Italy, the Western Empire and elsewhere, including Etruscans, Iberians, Gauls, Batavians, Germans, Britons and Dacians. Although sometimes developed in very dismissive terms, at other times these accounts glorified indigenous peoples, arguing that they represented the pristine virtues that had been lost in Rome.*” (Hingley, 2005, p. 22).

atribuição de alteridade a elementos de sua própria sociedade. Uma divisão tripartite, na prática, não ocorre. Em outras palavras, se dois tipos de barbarismo são representados, um será assimilado ao Romano. (O’Gorman, 2012, p. 112)²⁴

Hartog demonstra os precedentes da afirmação de O’Gorman na comparação de Heródoto entre citas e amazonas. Como colocado por ele,

A história das amazonas utiliza, no ponto de partida, uma disposição cênica triangular, com os gregos, os citas e as amazonas. Mas, insensivelmente, para fazer realçar a alteridade das amazonas, a narrativa transforma os citas em “gregos”. Com efeito, vê-se que os citas raciocinam como gregos (contra mulheres não se faz guerra), valendo para eles também a polaridade guerra/matrimônio. [...]

A retórica da alteridade tende, pois, a ser dual - ou, dito de outro modo: como seria de esperar, *alter, na narrativa, significa bem o outro (de dois).*” (Hartog, 2014, p. 289)

Assim, para fazer então essa aproximação do gaulês a Roma, César utiliza o conceito romano de *virtus*. Essa *virtus* não comporia meramente o (aparente) sentido etimológico de masculinidade (Riggsby, 2006, p. 83), mas teria como uso corrente o sentido de

excelência demonstrada ao servir o estado, especialmente a coragem e a resistência de um soldado ideal.... A *virtus* de um soldado é, brevemente, tudo aquilo que leva ao sucesso na batalha, com a notável exceção da habilidade e sabedoria.” (MOORE, 1989: 5-6 apud RIGGSBY, 2006: 83) ²⁵

²⁴ “*The discourse of barbarian representation in the ancient world is very much a discourse of duality, polarity, of being either one or the other, although this is often masked by the assignation of otherness to elements of one’s own society. Three-way splitting does not, in practice, occur. In other words, if two types of barbarianism are represented, one will be assimilated to the Roman.*” É importante delinear que a divisão tripartite a qual O’Gorman se refere e diz ser impossível é a entre Roma e dois tipos diferentes de bárbaros.

²⁵ “*excellence shown in serving the state, especially the courage and endurance of an ideal soldier. . . . A soldier’s virtue is, in short, all that leads to success in battle, with the notable exceptions of skill and wisdom.*” Mark Toher (2009) apresenta *virtus* como “*manly spirit and excellence of character*”, indo contra a apresentação de Jeremy Patterson (2009), que a afirma como “*manliness*”, ou seja, meramente como masculinidade, e ligeiramente ao encontro da posição de Christina S. Kraus (2009), que a coloca como “*unbelievable courage*”, mas ainda com uma nítida diferença, pois uma “coragem inacreditável” parece ser ainda diminuta se comparada ao sentido dado por Toher de “excelência de caráter”. Parece-nos, entretanto, que a definição de *virtus* apresentada por Moore, ainda que mais antiga do que as aqui citadas, é não obstante a mais “completa”, ou satisfatória, a qual tivemos acesso. Para um contexto além de César, cf. PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica: II Volume - Cultura Romana*. 3ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

César não se limita a simplesmente atribuir às ações gaulesas e aos próprios gauleses a detenção de *virtus*²⁶, como o faz já no primeiro capítulo do primeiro livro ao afirmar que “excedem também os helvécios em **valor** aos mais gauleses” (*Helvetii quoque reliquos Gallos virtute praecedunt*)²⁷. Ainda, ele insere o conceito dentro do mundo gaulês, ao ponto deste ser utilizado em discursos por seus líderes, como o faz já no primeiro livro, através da fala de Divicão a César:

mas, se persistisse em guerreá-los, tivesse em lembrança o antigo desastre do povo romano, e o **valor** dos helvécios [...] que mais haviam aprendido de seus passados a combater com **denodo**, que a armar ciladas e traições. (*BG*, I.13)²⁸

e, posteriormente, no sétimo livro, com Vercingetórix, quando este diz, após o bem sucedido cerco romano a Avarico,

Que, não por **bravura**, nem em batalha tinham os Romanos vencido, mas por estratégia de guerra e ciência da arte dos assédios, coisas de que eles Gauleses não tinham conhecimento. (*BG*, VII.29)²⁹.

Além da já dita necessidade de aproximação dos gauleses à realidade romana para estes serem considerados passíveis de uma “romanização”³⁰, os

²⁶ Cf. Erickson (2002) para uma análise da presença de *virtus* na descrição de César do poderio naval do venécios.

²⁷ Grifo nosso.

²⁸ “*sin bello persequi perseveraret, reminisceretur et veteris incommodi populi Romani et pristinae virtutis Helvetiorum. [...] ne ob eam rem aut suae magnopere virtuti tribueret aut ipsos despiceret.*”

²⁹ “*Non virtute neque in acie vicisse Romanos, sed artificio quodam et scientia oppugnationis, cuius rei fuerint ipsi imperiti*”

³⁰ Enquanto a romanização é constantemente abordada da forma colocada por Kathryn Lomas, ou seja, “*The transition [to] a characteristically Roman set of cultural attributes and assumptions, assuming that the speed and mode of transmission and the nature of their reception vary according to the nature of the recipient and the social and economic level at which the transmission operates at any given moment.*” (Lomas, 1995, p. 109), e, possivelmente, fosse essa a percepção que César poderia querer transparecer (deixando claro que, obviamente, César jamais utilizou ou utilizaria este termo, tendo em vista sua concepção ter sido feita contemporaneamente (Webster, 2001, p. 211), é importante salientar que estudos mais recentes não se comportam de tal maneira. A definição demonstrada por Lomas sugere uma total passividade ante a assimilação por parte dos povos assimilados. Termos como “creolização”, proposto por Jane Webster (2001), englobam a possibilidade de uma troca cultural entre dominador e dominado. Ainda assim, esse termo está ligado à ideia de romanização. Nesse âmbito, é importante colocar a ressalva de Richard Hingley: “*Romanization has been reinvented*

objetivos de César ao desenvolver a sua criação gaulesa podem ser identificados em três pontos:

1) Justificar e diminuir as derrotas sofridas e erros estratégicos cometidos durante as campanhas. Contra inimigos tão valorosos, a derrota deveria ser incluída nas possibilidades de resultados das batalhas, ainda que “não tinham os inimigos motivo para alegria duradoura, nem os nossos, para dor mais prolongada” (*BG*, V.52). César aponta isso após um grave erro de estratégia por parte de Sabino ao confiar cegamente em Ambiórrix, o que acarretou na morte de um grande número de tribunos militares e centuriões graduados e na morte do próprio Sabino. Podemos também observar isso, por exemplo, em *BG* II.25, onde César nos informa de enormes perdas romanas

[...]os soldados da duodécima legião, mortos todos os centuriões da quarta coorte juntamente com o alferes, tomado o estandarte, mortos ou feridos quase todos os centuriões das demais coortes [...] (*BG*, II.25)

Tal relato se repete em termos em IV.12, ainda com a ressalva da bravura dos soldados romanos exemplificados em Pisão o Aquitânio e seu irmão

Foram mortos neste combate setenta e quatro dos nossos, e entre eles um varão esforçadíssimo, Pisão o Aquitânio, de preclaríssima linhagem, cujo avô, honrado com o título de amigo pelo Senado, havia sido rei na sua cidade. Socorrendo este ao irmão envolvido pelos inimigos, conseguiu salvá-lo; mas, derribado do cavalo ferido, e defendendo-se valorosíssimamente, caiu por fim no meio da multidão hostil transpassado de muitas feridas. Ao observá-lo de longe, o irmão que já estava fora da refrega correu a toda brida, e oferecendo-se aos inimigos foi igualmente morto. (*BG*, IV.12)

2) Justificar a invasão de terras alheias e o início de guerras potencialmente desnecessárias e incertas, ainda que contra povos considerados hostis, como eram os gauleses desde o saque de 390 A.E.C. Diversas justificativas são dadas no decorrer da obra. Por exemplo, em I.31, César apresenta os gauleses pedindo seu auxílio para findar o domínio de Ariovisto, germano que havia sido

in each age to reflect upon contemporary situation. It is a cultural construct and not a self-evident entity” (2005, p. 15).

chamado à Gália com suas tropas para auxiliar em guerras internas mas que acabou por dominar a região. Em III.10, César aponta a necessidade da guerra como represália às ações dos gauleses

O escândalo da prisão dos cavaleiros romanos, a rebelião depois da submissão e entrega dos reféns, a conjuração de tantas cidades, o receio principalmente que deixando impune esta parte, a exemplo dela, se rebelassem todas as demais cidades da Gália.(BG, III.10)

Outro exemplo pode ser visto ainda em VI.2, quando o número de justificativas para a guerra se dá na mesma quantidade que em III.10,

Sabido isto, e vendo preparar-se guerra por toda parte, acharem-se em armas os nérvios, aduatucos e menápios, com todos os germanos daquém Rim, não acudirem os senones ao chamado sobre entrarem na conjuração com os carnutes e cidades comarcas, e serem os germanos solicitados com frequentes embaixadas pelos tréviros, resolveu César fazer a guerra mais cedo. (BG, VI.2)

É interessante notar, ainda, a presença também como justificativa a mera prerrogativa de Roma à região, como visto, por exemplo, em I.45 em resposta a Ariovisto: “se convinha atender à antiguidade, o império³¹ romano era o mais justo na Gália; se à autoridade do Senado, a Gália a quem permitira vencida reger-se por suas leis, devia ser livre.” (BG, I.45)

E em IV. 16, partindo de uma fala dos germanos sugambros:

Que era o Rim limite do império do povo romano; - e se César não julgava justo passarem-se os germanos à Gália contra a vontade dele, com que direito queria exercer jurisdição e soberania além Rim?” (BG, IV.16)

³¹ A tradução de Sotero não demonstra o complicado termo latino *imperium*. No verbete da edição de 2003 do OCD (751-752), feito por Peter Sidney Derrow, a definição seria “*the supreme power, involving command in war and the interpretation and execution of law (including the infliction of the death penalty), which belonged at Rome to the kings and, after their expulsion, to consuls, military tribunes with consular power (from 445 to 367 BC), praetors, dictators, and masters of the horse. Viewed generally, imperium represents the supreme authority of the community in its dealings with the individual, and the magistrate in whom imperium is vested represents the community in all its dealings. In practical terms, imperium may be seen as the power to give orders and to exact obedience to them. [...] Later in the republic imperium was held also by proconsuls and propraetors, who were either ex-magistrates or private individuals upon whom a special command had been conferred (privati cum imperio), and by members of certain commissions.*”.

3) Engrandecer seu nome através do embate contra um “inimigo ideal”, tão valoroso que por vezes pudesse ser comparado aos próprios romanos, mas que ainda assim foram derrotados e conquistados por ele, César. Esse terceiro objetivo está intimamente ligado ao segundo, tendo em vista que César vai diretamente ao encontro da alta perícia em batalha dos gauleses, sua sagacidade e sua *virtus* pela necessidade de justificar seus erros. Logo, ao derrotar tão valorosos oponentes, que causaram tantas perdas e problemas a Roma - problemas estes que não poderiam ser ignorados ante a possibilidade de uma mais ampla ação (como visto no segundo ponto na questão da guerra em represália, independentemente dessa ampla ação ter ocorrido sob Vercingetórix), - César seria ainda mais valoroso que a “*coalizão de toda a Gália, a qual nem ainda o poder do mundo resistiria*”, como exposto na fala de Vercingetórix em VII.29.

Ou seja, o objetivo textual de César poderia ser resumido, brevemente, em uma necessidade de articulação da tradição etnográfica em proveito próprio.

As etnografias presentes no *BG* constituem, portanto, peculiares construções dentre a miríade de etnografias legadas a nós pelas chamadas sociedades clássicas; peculiares por se tratarem, de certa forma, de uma ressignificação da tradição em “propaganda”³². Mesmo não compondo representações diretas de uma pretensa realidade observada devido à própria tradição na qual estão inseridas (como apontado por Fornara e citado no início do presente artigo), elas não são de todo uma ficção - afinal “*César não pode ter passado todo seu tempo na Gália com os olhos fechados*”³³ (Rawlings, 1988: 173). Como coloca Alexa Jervis,

O *BG* enfatiza a bravura, a coragem e o valor moral gaulês a um nível que poucas vezes é visto nas fontes escritas mais antigas. As vitórias romanas são duramente conquistadas, e os gauleses por vezes demonstram uma invejável resistência nas derrotas. César enfatiza que seus oponentes gauleses são devotadamente primitivos, em contraste com

³² Cf. Rambaud(2011) e Beltrão (2007).

³³ “*Caesar cannot have spent his whole time in Gaul with his eyes closed.*” Rawlings está na verdade parafraseando Nash, D. ‘Reconsidering Poseidonios’ Celtic ethnography: some considerations’, *Britannia* 7. 1976, pp. 111-126.

seus vizinhos mais romanizados, cuja *virtus* fora erodida pelos bens da província.” (Jervis, 2001, p. 5)³⁴

Logo, essas etnografias são ainda aspectos de concepções de César: o *topos* da valorização da *virtus* e sua posição decisiva para o êxito militar; a sociedade e cultura, a *humanitas*³⁵, como representante de Roma e, ao mesmo tempo, alienadora da *virtus*³⁶ primitiva; e, como assinalado acima, a articulação da tradição em proveito próprio. E é um dos frutos da mentalidade de César, seus gauleses, que se perpetuam e se ressignificam no imaginário ocidental, de reis a quadrinhos, até os dias de hoje.

Abreviações:

BG: *Bello Gallico*

AAL: *Ares, Águas e Lugares*

³⁴ “The BG emphasises Gallic valor, bravery, and moral worth to a degree that is little seen in the earlier written sources. The Roman victories are hard-won, and the Gauls often display admirable endurance in defeat. Caesar emphasises that his Gallic opponents are ascetic primitives, in contrast to their more Romanized neighbours, whose *virtus* has been eroded by goods from the province.” Agradecimentos especiais à autora por ter disponibilizado seu trabalho.

³⁵ Como o próprio César coloca em BG, I.1, “*cultu atque humanitas*” no sentido de cultura e civilização, conforme discutido na nota 12. Hingley ainda denota que “*Humanitas is usually translated to mean ‘civilization’ but it stood for a complex range of ideas which all served a role in contributing to the definition of the Roman self. Classical Rome, in the company of many other peoples, defined its identity in contrast to a concept of ‘otherness’.* *Humanitas was a significant aspect of what it was to be ‘Roman’*” (HINGLEY, 2005: 62).

³⁶ Vide o já citado caso dos Nérvios, em BG, II.15, e dos Suevos, em BG IV.2, por exemplo.

Bibliografia:

Fontes primárias

CAESAR, Julius. *The Gallic War*, translated by HJ Edwards. Cambridge: The Loeb Classical Library, 1917; edição de 2006.

CÉSAR, Júlio. *Comentários sobre a Guerra Gálica*, tradução de Francisco Sotero dos Reis. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.

HIPÓCRATES. Ares, Águas e Lugares. In CAIRUS, Henrique F.; RIBEIRO JR, Wilson A. *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005; pp. 91-130.

Fontes secundárias

BELTRÃO, C. Campos de Batalha, Espaços de Guerra: Os Comentarii de Bello Gallico de Caio Júlio César. *Brathair*, Edição Especial, nº1, p. 38-45, 2007.

DENCH, Emma. *Romulus' asylum: Roman identities from the age of Alexander to the age of Hadrian*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DIETLER, Michael. "Our ancestors the Gauls": archaeology, ethnic nationalism, and the manipulation of Celtic identity in modern Europe. *American Anthropologist*, v. 96, n. 3, p. 584-605, 1994

ERICKSON, Brice. Falling masts, rising masters: The ethnography of virtue in Caesar's account of the Veneti. *American journal of philology*, v. 123, n. 4. 2002; pp. 601-622.

FORNARA, Charles W. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. University of California Press, 1988.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HINGLEY, Richard. *Globalizing Roman Culture*. London and New York: Routledge, 2005.

HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony (eds.). *The Oxford classical dictionary*. Oxford University Press, 2003.

JERVIS, Alexa. *Gallia scripta: Images of Gauls and Romans in Caesar's "Bellum Gallicum"*. Dissertação de Mestrado. University of Pennsylvania, 2001.

KELSEY, Francis W. The Title of Caesar's Work on the Gallic and Civil Wars. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. The Johns Hopkins University Press, 1905; pp. 211-238.

KRAUS, Christina S. *Bellum Gallicum*. GRIFFIN, M. (ed.) *A Companion to Julius Caesar*. Oxford: Wiley Blackwell, 2009.

LOMAS, Kathryn. 'Urban elites and cultural definition: Romanization in southern Italy'. In CORNELL, T.J.; LOMAS, Kathryn (eds). *Urban Society in Roman Italy*. London: UCL Press, 1995; p. 109 spud HINGLEY, 2005: 18.

MARINCOLA, John (Ed.). *A companion to Greek and Roman historiography*. Blackwell Publishing: Oxford, 2007.

MOORE, T. *Artistry and Ideology: Livy's Vocabulary of Virtue*. Athenäum Monografien, Altertumswissenschaft 192, Frankfurt: 1989; pp. 5-6 apud RIGGSBY, 2006: 83.

O'GORMAN, Ellen. No Place Like Rome: Identity and Difference. In: *Oxford Readings in Tacitus*. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 95-118.

OTIS, Alvah Talbot. The Helvetian Campaign. Was Caesar Wise or Wilful? An Examination of the Hypothesis of Ferrero. Part I. *The Classical Journal*, v. 9, n. 6. 1914, pp. 241-250.

PATTERSON, Jeremy. Caesar the Man. in: GRIFFIN, M. (ed.) *A Companion to Julius Caesar*. Oxford: Wiley Blackwell, 2009.

RAMBAUD, Michel. *L'art de la déformation historique dans les Commentaires de César*. Terceira tiragem. Paris: Les Belles lettres, 2011. Primeira edição de 1952.

RAWLINGS, Louis. Caesar's portrayal of Gauls as warriors. In WELSH, K.; POWELL, A. *Julius Caesar as artful reporter: The war commentaries as political instruments*. London: Classical Press of Wales, 1998; pp. 171-92.

RIGGSBY, Andrew M. *Caesar in Gaul and Rome: War in Words*. Austin: University of Texas Press, 2006.

SCHADEE, Hester. Caesar's Construction of Northern Europe: Inquiry, Contact and Corruption in De Bello Gallico. *The Classical Quarterly (New Series)*, 58. 2008; pp. 158-180.

TOHER, Mark. Augustan and Tiberian literature. in: GRIFFIN, M. (ed.) *A Companion to Julius Caesar*. Oxford: Wiley Blackwell, 2009.

WEBSTER, Jane. Creolizing The Roman Provinces. *American Journal Of Archaeology*, 2001; pp. 209-225.

WISEMAN, T. P. The Publication of De Bello Gallico. In WELSH, K.; POWELL, A. *Julius Caesar as artful reporter: The war commentaries as political instruments*. London: Classical Press of Wales, 1998; pp. 1-9.

PODER E POESIA: A IMAGEM DE AUGUSTO NA LITERATURA DO INÍCIO DO PRINCIPADO

Ana Lucia Santos Coelho¹

RESUMO: Ao longo de seu governo, o imperador Augusto concentrou títulos e poderes que lhe permitiram controlar a vida pública romana. O consulado, a aura religiosa advinda do título de *Augustus*, o comando supremo dos exércitos, entre outros, contribuíram para elevar sua autoridade acima das instituições republicanas. Porém, a legitimação do poder do *princeps* não pautou-se somente na concentração de poderes e títulos republicanos. De fato, o soberano também utilizou um sistema cultural capaz de auxiliar na consolidação de seu poder e na edificação de um consenso positivo acerca do seu governo. Nesse sentido, estimulou a produção literária de sua época, entendendo que as obras de determinados poetas latinos seriam de grande valia na obtenção de tal consenso. Assim, o objetivo desse artigo é analisar de que modo Vírgilio, Horácio, Propércio, Tibulo e Ovídio representaram o poder imperial em seus versos.

PALAVRAS-CHAVE: Principado romano; Augusto; Literatura; Poder, Representação.

ABSTRACT: Throughout his rule, the Emperor Augustus accumulated honors and powers that allowed him to control the Roman public life. The consulship, the almost religious aura arising from the Augustan rank, the total command of the armies, among others, helped increase his authority over the republican institutions. However, the legitimacy of the *princeps's* might did not rely solely on the concentration of republican powers and titles. In fact, the sovereign also used a cultural system capable of assisting in the consolidation of his power and in building a positive consensus about his government. In this sense, he stimulated the literary production of his own times, bearing in mind that the works of Latin poets would be of great value in achieving that consensus. That said, the aim of this work is to analyze the ways in which Virgil, Horace, Propertius, Tibullus and Ovid depicted the imperial power in their verses.

KEYWORDS: Roman Principate; August; Literature; Power, Representation.

A construção de um novo sistema político por Augusto não foi resultado apenas de um processo de concentração de poderes e títulos republicanos em suas mãos. De fato, o Principado, como afirma Gilvan V. Silva (2001, p. 49), implicou

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail para contato: ana.scoelho@hotmail.com

também a criação de um sistema cultural capaz de nortear as ações políticas desenvolvidas pelo *princeps*, visando a quatro objetivos: conquistar partidários para a sua causa, debelar os focos de oposição ao novo regime, justificar tais ações perante a sociedade e permitir aos envolvidos no processo a compreensão daquilo que se passava.

Para alcançar tais objetivos, Augusto atuou em quatro frentes, a saber: a arquitetura, com a reforma dos monumentos da cidade de Roma; a moralidade, com o investimento numa legislação visando à reforma dos costumes; a religião, com uma política de revitalização dos rituais e cultos tradicionais, e a literatura, com a canalização das obras literárias para a consolidação de seu poder. Ao nos debruçarmos, especificamente, sobre esta última frente, observamos a existência de uma categorização baseada na cronologia dos governos imperiais, destacando-se, por exemplo, uma literatura “do” período de Augusto, “do” período de Nero, ou “do” governo de Vespasiano. Como desdobramento dessa perspectiva temos, então, o surgimento de uma “literatura augustana”.

Ora, sabemos que classificar é uma operação delicada em que o classificador se defronta com muitos riscos, entre os quais um obscurecimento da continuidade da literatura e das características próprias de cada segmento literário e uma padronização das relações entre literatura e poder político. Quanto a isso, cabe aqui um questionamento inicial: o que, de fato, queremos dizer quando falamos de uma “literatura augustana”? Seria aquela constituída a partir de uma abordagem apologética do governo de Augusto? Aquela que estaria inserida nos marcos temporais do Principado? Ou, ainda, aquela que somente registraria as ações do *princeps*? Escolha difícil de realizar.

Ainda assim, acreditamos que a expressão “literatura augustana” remeta, de certa forma, a um período de maturidade literária de vários poetas que trabalharam temas como o amor, as festividades cívicas e a religião com engenho e originalidade. Nesse sentido, Citroni (2009, p. 8) defende que, nos últimos séculos, os estudiosos de literatura latina consideraram Virgílio, Horácio e Ovídio os principais exemplos de grandeza e maturidade da poesia romana. O fato de as obras desses três poetas terem sido compostas durante o governo de Augusto – que também testemunhou a emergência de outros poetas importantes, como Tibulo e Propércio – contribuiu para uma visão diferenciada desse período como uma época de esplendor poético. O autor discute a possibilidade de haver uma conexão entre a excelência da produção poética

daqueles anos e o sucesso político de Augusto, pois a relação entre literatura e poder político parece ser uma das chaves de compreensão da poesia augustana:

Augusto mantinha um contato pessoal com Virgílio, com Horácio, e com outros poetas, e seu colaborador próximo, Mecenas, foi um amigo generoso e patrono de muitos dos poetas líderes do período. É claro que havia a intenção de estimular a produção poética, e orientá-la adequadamente, de modo a criar e consolidar a imagem de Augusto como o fundador de um novo período de esplendor ainda maior para Roma, depois dos desastres das guerras civis (Citroni, 2009, p. 8).

Ao desenvolver suas ideias, Augusto tinha em mente a importância da criação de uma imagem de si como o defensor das tradições cívicas e morais romanas bem como da consolidação de um consenso positivo acerca do seu governo. Nesse sentido, concordamos com Citroni (2009, p. 14) quando afirma que o imperador percebeu que os poetas, ao escreverem suas obras, seriam de grande valia na obtenção desse consenso, ajudando-o a consolidar a sua posição perante a sociedade romana.

Para Wallace-Hadrill (2008, p. 292-293), a partir de Augusto, a literatura latina se tornou cada vez mais atrelada ao domínio do imperador e de outros aristocratas patronos das letras, como, por exemplo, Valério Messala e Caio Cílnio Mecenas.² Assim, os escritores deveriam atentar para o fato de que, agora, escreviam sob o regime de um imperador e, apesar de este nem sempre “encomendar” textos aos autores, com certeza exercia influência sobre a produção literária da época. E mais importante que isso: os escritores precisavam ter consciência de que o imperador sempre estaria presente como um potencial leitor.

Sobre a influência do imperador, Myers (2006, p. 439) defende que o *princeps*, atento à importância da literatura para a construção de sua imagem, criou várias oportunidades para a produção literária, resultando no volume e na diversidade de obras elaboradas por Virgílio, Horácio, Propércio, Tibulo e Ovídio. De todos esses poetas, Públio Virgílio Maro (70 a.C. – 19 a.C.) foi um dos mais próximos a Augusto. Autor de diversas obras, três, em especial, o consagraram como um grande poeta da Antiguidade: *Bucólicas*, escrita entre 40 e 30 a.C., *Geórgicas*, em 29 a.C., e *Eneida*, composta entre 29 e 19 a.C. (Conte, 1999, p. 250-263). Entre as três, a última é aquela que domina “[...] o século de Augusto e o exprime, uma obra que, mal foi publicada, era já um clássico, que os estudantes aprendiam de cor e da qual mãos

² Conte (1999, p. 258-259) esclarece que Mecenas integrou não apenas o círculo literário do Principado, mas também, durante muitos anos, o círculo político do imperador, assumindo o cargo de conselheiro de Augusto.

inábeis rabiscaram versos em todos os muros, mesmo nas cidades mais remotas do Império [...]” (GRIMAL, 2008, p. 72).

Não há consenso entre os historiadores se a *Eneida* foi escrita espontaneamente por Virgílio ou composta a pedido do próprio imperador. De qualquer forma, Syme (2002, p. 466) sustenta: “Augusto foi afortunado singularmente em descobrir [...] um homem cujos versos e sentimentos harmonizavam tão facilmente com suas próprias ideias e políticas”. A consciência dessa harmonia por parte do imperador pode ser observada em sua impaciência diante da finalização da obra virgiliana:

Augusto interessava-se pelos progressos do poema. Quando se encontrava na Hispânia, escrevia a Virgílio a pedir-lhe que lhe enviasse notícias do seu *Eneias*. Virgílio desculpava-se, alegando a enormidade da tarefa empreendida. Mas Augusto impacientava-se e pedia-lhe que se apressasse, como se a sorte do regime dependesse da diligência do poeta (Grimal, 2008, p. 73).

O *princeps*, de acordo com Grimal, parecia contar com a *Eneida* para auxiliá-lo na exposição dos valores que fundamentariam uma nova era. A nosso ver, Augusto ansiava pela obra na medida em que, por se tratar de um poema mitológico e enaltecedor das tradições romanas, poderia celebrar seus feitos pretéritos e recentes bem como o regime imperial que então se constituía.

A *Eneida* é um poema épico escrito em versos hexâmetros, composto por doze livros e 9.826 versos que narram a história de Eneias, príncipe troiano egresso da guerra com a missão de fundar uma nova Troia. Nos quatro primeiros livros, Virgílio mostra Eneias recebendo dos deuses sua missão; nos livros V-VIII, apresenta os ritos que tornarão Eneias o pai da pátria, e nos últimos, IX-XII, apresenta o Magno Eneias unindo-se ao arcádio Evandro e ao etrusco Tarcão e triunfando diante de Turno, rei dos rútuos (Cardoso, 2011, p. 11-13). É no Livro VIII, segundo Albrecht (1997, v. 1, p. 672), que Evandro apresenta a Eneias as futuras terras onde se ergueria Roma e lhe entrega as armas forjadas por Vulcano, a pedido de Vênus – mãe de Eneias. Entre as armas, há um escudo em que estão desenhadas cenas da futura história romana. Justamente na parte central desse escudo está representada a batalha de Ácio, momento de vitória decisiva para a consolidação do poder de Otávio, futuro Augusto:

No meio, dava para ver as armadas de bronze, a guerra de Ácio, e via-se que todo o Leucates fervia, Marte instruindo-o, e as ondas resplandecerem de ouro. De um lado César Augusto, conduzindo os ítalos para a batalha com os senadores, o povo, os deuses Penates e os grandes deuses, de pé sobre a popa elevada, a que o seu rosto alegre lança chamas duplas e a constelação do seu pai abre-se sobre sua cabeça (*Aeneid*, VIII, 675-679).³

De acordo com Marinho (2010, p. 79-80), “a descrição [desse] escudo conta uma narrativa da história romana vista pelos olhos do poeta e intencionalmente construída a fim de enaltecer a figura de Augusto [...]”. Não somente a descrição do escudo mostra a valorização da figura imperial por parte de Virgílio, mas também a própria escolha da personagem principal. No poema, o filho de Vênus pertence à *gens Iulia* (da qual também descendiam Júlio César e Augusto), o que demonstra a vinculação entre o príncipe troiano e o *princeps* romano, forjando-se, portanto uma linhagem divina.

Contemporâneo de Virgílio, o poeta Quinto Horácio Flaco, nascido em 65 a.C., também contribuiu para a legitimação política de Augusto, “[...] e talvez, tanto mais eficazmente quanto pareceu, durante muito tempo, não querer colaborar [...]” (Grimal, 2009, p. 163).

Em 38 a.C., quando contava com aproximadamente 27 anos, Virgílio e o poeta Varro apresentaram Horácio a Mecenas, homem das letras e patrono dos escritores. Nove meses depois, este último o admitiu em seu círculo de amigos, presenteando-o, mais tarde, com uma propriedade rural na região da Sabina, que proporcionou a Horácio segurança e distanciamento das inconveniências da vida em Roma. Dessa data em diante, sua carreira foi marcada pela publicação de vários trabalhos que aludiam, em alguns momentos, à sua amizade com Mecenas ou aos feitos do imperador (Conte, 1999, p. 292-293). Entre as obras mais conhecidas de Horácio, temos os *Epodos*, escritos entre 41 e 30 a.C., as *Sátiras*, em 35 a.C., as *Odes*, no ano 23 a.C., e o hino *Carmen Saeculare*, em 17 a.C. Foram estes dois últimos trabalhos que revelaram, mais especificamente, a tendência apologética em relação ao governo de Augusto (Albrecht, 1997, p. 715).

³ *In medio classis aeratas, Actia bella, cernete erat, totumque instructo Marte uideres feruere Leucaten auroque effulgere fluctus. Hinc Augustus agens Italos in proelia Caesar cum patribus populoque, penatibus et magnis dis, stans celsa in puppi, geminas cui tempora flammis laeta uomunt patriumque aperitur uertice sidus. Parte alia uentis et dis Agrippa secundis arduos agmen agens; cui, belli insigne superbum, tempora nauali fulgent rostrata corona.*

A respeito das *Odes*, Cardoso (2011, p. 66-68) comenta que são agrupadas em quatro livros, variando quanto a métrica, extensão, assunto, estilo e tema. Com essa obra, Horácio discorre sobre o amor, os prazeres do vinho, a alegria da vida, as lendas mitológicas e o poder do *princeps*. Nesse sentido, o livro IV das *Odes* é aquele no qual vemos Horácio enaltecer abertamente a pessoa do imperador: “Você irá cantar sobre os dias alegres e sobre os jogos públicos da cidade para homenagear o retorno do bravo Augusto” (*Odes*, IV, 2, 41-44);⁴ “Restaure a luz para a sua terra, líder gentil. Desde que a presença tua, qual primavera, resplendeu ao povo, se vai mais grato o dia e brilham mais os sóis” (*Od.*, IV, 5-8).⁵ Adiante, Horácio declara ainda: “Augusto, com atenção pelo Senado e povo romano, oferecendo títulos nobres listados em inscrições ou nos anais, pode sempre immortalizar seus méritos, grande líder [...]” (*Od.*, IV, 14, 1-5).⁶

Sobre as referências horacianas a Augusto, Gilvan V. Silva (2001, p. 37) comenta que são, o mais das vezes, esparsas e não constituem um sistema coerente. Em diversas ocasiões, afirma o autor, Horácio negou os pedidos de Mecenas ou mesmo do imperador para que realizasse uma exaltação irrestrita do regime, defendendo, para tanto, que preferia manter a sua autonomia na eleição dos temas dignos de celebração. A constatação de tal autonomia artística, porém,

[...] não invalida o fato de o poeta ter se mostrado, em diversas ocasiões, suficientemente motivado para tratar de assuntos que diziam respeito à situação política vigente em sua época, e pelo menos em uma oportunidade, quando da celebração dos Jogos Seculares, foi encarregado por Augusto de elaborar uma composição laudatória e edificante. (Silva, 2001, p. 37)

De fato, em 17 a.C. Horácio compôs um hino para celebrar os *Ludi Saeculares* (Jogos Seculares) – festividade religiosa de origem etrusca, que aconteceu poucas vezes na história de Roma e cuja realização marcava o começo de uma nova era, um novo século, em que toda a tradição seria reabilitada. O hino composto pelo poeta recebeu o nome de *Carmen Saeculare* e foi cantado, segundo Frank (1921, p. 324), por um coro de 27 moças e 27 rapazes, em frente ao templo de Apolo, no monte

⁴ *Concines laetosque dies et urbis publicum ludum super impetrato fortis Augusti reditu forumque litibus orbum.*

⁵ *Lucem redde tuae, dux bone, patriae; instar ueris enim uoltus ubi tuus adfulsit populo, gratior it dies et soles melius nitent.*

⁶ *Quae cura patrum quaeue Quiritium plenis honorum muneribus tuas, Auguste, uirtutes in aeuum per titulos memoresque fastus aeternet, o qua sol habitabilis.*

Palatino. Várias das estrofes desse hino foram destinadas ao *princeps*, citado como o mais “ilustre descendente de Vênus e Anquises” (*Carmen Saeculare*, 50).⁷ Para avaliar a importância do *Carmen Saeculare* é necessário compreender que se trata de um hino religioso, uma vez que suas personagens principais são os deuses Apolo e Diana. Nesse sentido, o canto apresenta as virtudes desses deuses, como *pax*, *fides*, *pudor*, *honor*, enfatizando que todo cidadão romano deveria cultivá-las em acordo com o exemplo divino. Horácio, no entanto, traz uma novidade: a conversão de Augusto em um líder divinizado capaz de inaugurar uma nova era em Roma (Martino, 2005-2006, p. 217-228).

Outro poeta que contribuiu para a consolidação da imagem imperial foi Sexto Propércio. Nascido na Úmbria entre os anos 49 e 47 a.C., ele também integrou o círculo de Mecenas, “[...] provavelmente em 28 a.C., após a publicação do seu primeiro livro de poemas, e sua familiaridade com outros poetas que já faziam parte do [grupo], especialmente Virgílio [...]” (Conte, 1999, p. 331). Cardoso (2011, p. 75-76) comenta que Propércio compôs, sobretudo, elegias amorosas, produzindo um retrato feminino rico em detalhes a partir da figura de uma liberta de nome Cíntia. São quatro os livros de *Elegias* escritos pelo poeta, provavelmente entre 28 e 22 a.C. Nesse conjunto, 73 elegias se ocupam do amor e, na maioria delas, sua musa Cíntia se faz presente.

Acredita-se que Mecenas tenha insistido com Propércio para que, a exemplo de Virgílio e de Horácio, colocasse sua inspiração a serviço da política imperial, escrevendo também sobre temas patrióticos ou cívicos (Griffin, 2005, p. 316). O poeta, todavia, parecia preocupar-se apenas em cantar o seu amor por Cíntia, afirmando: “[...] a Virgílio agrade poder cantar sobre Ácio, litoral guardado por Febo e pela poderosa frota de César” (*Elegias*, II, XXXIVb, 61-62).⁸ Além disso, argumentava que “[...] se todos os homens levassem uma vida como esta e permanecessem com o corpo saciado de vinho, não haveria o ferro cruel e nem o navio de guerra, nem o mar de Ácio agitaria os nossos ossos” (*Eleg.*, II, XV, 40-44).⁹

Farrell (2005, p. 49), contudo, observa que a partir do segundo livro das *Elegias*, Propércio “[...] encontra em Augusto um tema digno da sua atenção”. Na

⁷ [...] *clarus Anchisae Venerisque sanguis*.

⁸ *Actia Vergilium custodis litora Phoebi, Caesaris et fortis dicere posse ratis*.

⁹ *Qualem si cuncti cuperent decurrere vitamet pressi multo membra iacere mero, non ferrum crudele neque esset bellica navis, nec nostra Actiacum verteret ossa mare*.

segunda elegia, o poeta descreve a beleza e a suntuosidade do templo de Apolo, construído no contexto das reformas religiosas e políticas do *princeps*:

O pórtico dourado de Apolo foi inaugurado pelo grande César. Em suas colunas fenícias várias imagens se exibiam aos olhos e, entre elas, as das numerosas filhas do velho Dânao. A estátua marmórea de Febo, mais bela que o próprio Febo, me pareceu como se entoasse uma canção [...]. No meio de tudo erguia-se o templo, de mármore brilhante e mais caro ao deus que sua pátria [...] (*Eleg.*, II, XXXI, 1-11).¹⁰

Mais adiante, no livro III, a temática começa a variar. As elegias de amor ainda estão presentes, porém, ao lado delas, surgem as primeiras elegias de teor político. Propércio, agora, envereda por um novo rumo, escrevendo poemas sobre os triunfos imperiais e, saudando o imperador pela sua vitória na batalha de Ácio, “[...] celebra, Roma, o triunfo e, a salvo, suplica vida longa para Augusto!” (*Eleg.*, III, XXXI, 49-50).¹¹ Conforme Cardoso (2011, p. 78), no entanto, a “[...] adesão à causa de Augusto [...] só vai patentear-se no livro IV, concluído, supostamente, em 16 a.C.”. Na sexta elegia, Propércio oferece louvores ao imperador que remetem mais uma vez à vitória em Ácio: “[...] ó salvador do mundo desde os tempos de Alba Longa, Augusto, reconhecido como maior que os seus antepassados troianos, venceu no mar, e [agora] a terra é tua: o meu arco está do teu lado e cada flecha carregada em meu alforje te favorece” (*Eleg.*, IV, VI, 37-40).¹²

Tal exaltação imperial não é percebida nas obras de Álbio Tibulo, poeta nascido entre 54 e 50 a.C., pertencente ao círculo do patrono Valério Messala. Ao contrário dos outros autores, Tibulo manteve-se mais distante em sua relação com o imperador. “César” e “Augusto” são nomes que raramente aparecem nas suas elegias e as únicas delas em que questões políticas desempenham um papel importante são as endereçadas a Messala, aos deuses rústicos, à vida campestre e a Marco Aurélio Messalino, filho de Messala. E Tibulo também não faz alusão à história de Eneias ou mesmo ao *princeps* como seu descendente, tampouco sobre os prodígios da batalha de Ácio (Albrecht, 1997, p. 760).

¹⁰ [...] *aurea Phoebiporticus a magno Caesare aperta fuit. Tantam erat in speciem Poenis digesta columnis, inter quas Danaï femina turba senis. Hic equidem Phoebus visus mihi pulchrior ipsomarmoreus tacita carmen hiare lyra; [...] tum medium claro surgebat marmore templum, et patria Phoebus carius [...].*

¹¹ [...] *cane, Roma, triumphum longum Augusto salva precare diem!*

¹² [...] *o Longa mundi seruator ab Alba, Auguste, Hectoreis cognite maior auis, uince mari: iam terra tua est: tibi militat arcuset fauet ex umeris hoc onus omne meis.*

O *Corpus Tibullianum* é considerado pelos classicistas como uma antologia de poemas escritos por autores do círculo de Messala publicada após a morte deste. Luck (1982, p. 411-413) explica que o *Corpus* é composto por três livros de elegias: os dois primeiros atribuídos diretamente a Tibulo, devido à uniformidade de sua escrita, e o terceiro, composto por vinte poemas de estilos diferenciados, como, por exemplo, seis elegias de um poeta que se autodenominava Lígdamo e um panegírico anônimo em versos hexâmetros dedicado a Messala.

Para além dos autores até aqui tratados, um em especial mantém uma relação diferenciada e peculiar com o regime, o elegíaco Públio Ovídio Naso. Sua poesia não teve como foco central a exaltação das vitórias do imperador ou a gratidão ao “restaurador” da República. O propósito do poeta era desfrutar dos benefícios de uma Roma já pacificada, e não necessariamente relembrar o passado augustano, como o próprio afirma: “Que outros – não eu – exaltem o passado! Alegro-me por ter vindo ao mundo agora. Esta idade meu gosto satisfaz” (*Ars Am.*, III, 121-122).¹³

A figura imperial, todavia, não deixará de comparecer nos versos ovidianos, mas não como a de um salvador e sim como a de alguém responsável por adornar Roma com teatros e pórticos – os quais o poeta menciona como lugares perfeitos para se buscar a mulher amada (FARRELL, 2005, p. 54). A *Ars Amatoria*, publicada entre os anos I a.C. e I d.C., é justamente a obra que alude a tais construções – erigidas antes e durante a época de Augusto. Logo no primeiro livro dessa obra, Ovídio se refere ao Teatro de Pompeu, ao Teatro de Marcelo, ao *Circus Maximus*, ao Fórum Romano e ao Pórtico de Lúlia: “O Pórtico igualmente não evites, de pinturas antigas adornado, a que chamam o Pórtico de Lúlia por ter sido a Lúlia consagrado” (*Ars Am.*, I, 71-72).¹⁴ Ao citar esses lugares, o poeta não se furta a mencionar que alguns monumentos comemoram vitórias de Augusto, ou foram erguidos para homenagear a esposa ou filha do soberano: “No Palatino debes visitar o templo do deus Febo [...] e os monumentos que ali edificaram a irmã e a mulher do imperador” (*Ars Am.*, III, 389-391).¹⁵

É muito interessante, contudo, que essa relação entre os edifícios e os seus evergetas não apareça em outra obra elegíaca de Ovídio, a saber, *Amores*. Neste trabalho, muitas oportunidades de celebrar o *princeps* são deixadas de lado pelo

¹³ *Prisca iuuent alios; ego me nunc denique natum Gratulor; haec aetas moribus apta meis.*

¹⁴ *Nec tibi uitetur quae, priscis sparsa tabellis, Porticus auctoris Liuia nomen habet.*

¹⁵ *Visite laurigero sacrata Palatia Phoebos [...] Quaque soror coniunxque ducis monumenta.*

poeta, cabendo a Augusto o foco em apenas vinte das 2.400 linhas existentes na coleção de versos elegíacos (White, 2002, p. 10).

Ovídio, ao citar uma pintura famosa no templo de César (*Am.*, I, 14, 33-34), não menciona o próprio soberano, e, ao comentar sobre o Templo de Apolo (*Am.*, II, 2, 3-4), não cita o nome daquele que mandou construí-lo. Pelo contrário, ao aludir ao templo de César, parece que o faz de forma depreciativa, pois zomba da vaidade humana em transfigurar alguns indivíduos em deuses:

Teu próprio gênio, ó espécie humana, tem sido o teu inimigo, e a tua inteligência tão superior a tua própria ruína. [...] Por que não aspiras aos céus, também, visando a um terceiro domínio? Onde tu possas, proceder aos céus bem como – Quirino [que] já tem seu templo, e Líber, e Alcides, e César agora (*Am.*, III, 8, 45-52).¹⁶

Do conjunto da obra ovidiana, é, porém, nos *Fasti* que mais claramente emerge a figura imperial. Ao trabalhar com as festas romanas, o poeta pôde, de diversas maneiras, prestar sua homenagem a Augusto. Logo no próêmio do livro anuncia que irá cantar “[...] os ritos sagrados e feriados acrescentados ao calendário [por César]” (*F.*, II, 7).¹⁷ Tais ritos e feriados, contudo, não são mencionados em sua totalidade. Segundo White (2002, p. 20-22), devido talvez ao grande número de festas dedicadas ao *princeps*, Ovídio tenha ocultado, ou simplesmente ignorado, a ligação de Augusto com uma determinada festividade. Desse modo, o poeta parece ter continuado com a estratégia adotada nos *Amores*: associar o imperador ao conjunto de seu projeto poético, sem colocá-lo, todavia, no centro das atenções.

Vale a pena mencionar, enfim, uma distinção significativa no posicionamento político dos autores integrantes da assim denominada “literatura augustana”. Um primeiro grupo, como vimos, pode ser caracterizado pela exaltação das conquistas e da imagem do soberano. Nesse sentido, Virgílio foi o poeta que mais se aproximou do governo imperial. Sua contribuição literária é percebida quando, na *Eneida*, articula o lendário e o real para representar o soberano como divino. Horácio, por sua vez, também demonstra claramente seu apoio ao regime quando, no *Carmem Saeculare*, por exemplo, revela aos leitores que as virtudes dos deuses também poderiam ser buscadas no “bravo Augusto”. Um segundo grupo, composto por Propércio e Tibulo,

¹⁶ *Contra te sollers, hominum natura, fuisti et nimirum damnis ingeniosa tuis. [...] Cur non et caelum, tertia regna, petis? Qua licet, adfectas caelum quoque templa Quirinus, Liber et Alcides et modo Caesar habent.*

¹⁷ *Idem sacra cano signataque tempora fastis.*

produziu uma modulação na ênfase das homenagens ao *princeps*, não o elegendo como tema central de suas obras. Aliás, Propércio foi o primeiro poeta a advertir acerca da necessidade de haver em Roma mais indivíduos interessados em saciar seus corpos com vinho do que tê-los consumidos pela guerra. Tibulo, por seu turno, também seguiu o mesmo caminho, celebrando os prazeres da vida frugal do campo. Por fim, temos Ovídio, em cujos versos a Roma Imperial parecer ser maior e mais importante que o imperador. No que tange ao vínculo entre poder e literatura, propôs uma abordagem diversa de todos os seus predecessores. Sua intenção foi a de narrar, principalmente, os prazeres oferecidos pela cidade bem como as possibilidades de encontros amorosos nos monumentos e nas festividades da *Urbs*. Em outras palavras, sua intenção foi traduzir como as diversas camadas sociais se organizavam não somente em termos políticos, mas também em termos de sexualidade.

Bibliografia

Fontes

HORATIUS. *Carmen Saeculare*. Disponível em: <<http://www.uvm.edu/~classics/latindays/latinday2000/translation.html>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

_____. *Carmen Saeculare*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/horace/carmsaec.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

_____. *Odes*. Trans. by Jeffrey H. Kaimowitz. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2008.

OVÍDIO. *Arte de amar*. Trad. de Antônio Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1862.

_____. *Arte de amar*. Trad. de Natália Correia e David M. Ferreira. 2. ed. São Paulo: *Ars Poetica*, 1992.

_____. *Fasti*. Trans. by James George Frazer. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

_____. *Heroides and Amores*. Trans. by Grant Showerman. London: The Loeb Classical Library, 1931.

PROPERTIUS, S. *Elegias*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/97268006/Propertio-Sexto-Elegias-bilingue>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

_____. *Elegies*. Trans. by David R Slavitt. Berkeley: University of California Press, 2002.

VIRGIL. *Eclogues, Georgics and Aeneid*. Trans. by H. Rushton Fairclough. London: The Loeb Classical Library, 1950.

Livros e artigos

ALBRECHT, M. V. *A history of Roman literature: from Livius Andronicus to Boethius*. Leiden: E. J. Brill, 1997. v. 1.

CARDOSO, Z. L. V. de A. *A literatura latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CITRONI, M. Poetry in augustan Rome. In: KNOX, P. E. (Ed.). *A Companion to Ovid*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009. p. 8-25.

CONTE, G. B. *Latin literature: a history*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

FARRELL, J. The augustan period: 40 BC - AD 14. In: HARRISON, S. (Ed.). *A Companion to Latin Literature*. Oxford: Blackwell, 2005. p. 44-57

FRANK, T. The Carmen Saeculare of Horace. *The American Journal of Philology*, v. 42, p. 324-329, 1921.

GRIFFIN, J. Augustan poetry and augustanism. GALINSKY, K. (Ed.). *The Cambridge Companion to the age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 306-320.

GRIMAL, P. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. *O século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 2008.

LUCK, G. Love elegy. In: KENNET, J. E; CLAUSEN, W. V. (Eds.). *The Cambridge history of classical literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 405-419.

MARINHO, L. A. F. *O escudo de Eneias como representação do discurso político de Augusto*. 2010. 90 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MARTINO, L. M. Augusto y el “mos maiorum” en el “Carmen Saeculare” de Horacio. *Circe*, n. 10, p. 217-228, 2005-2006.

MYERS, K. S. Imperial poetry. In: POTTER, D. S. (Ed.). *A Companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell, 2006. p. 439-452.

SILVA, G. V. Política, ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do Principado. *Politeia, Vitória da Conquista*, v. 1, p. 29-52, 2001.

SYME, R. *Roman revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WALLACE-HADRILL, A. The imperial court. In: K. BOWNMAN, A. K.; CHAMPLIM, E.; LINTOTT, A. (Eds.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 283-308. vol X.

WHITE, P. Ovid and the augustan milieu. In: BOYD, B. W. (Ed.). *Brill's Companion to Ovid*. Leiden: Brill, 2002. p. 1-25.

A IMPENETRABILIDADE DO *UIR*: UMA ANÁLISE A PARTIR DE *PETR. SAT. 9*¹.

Fabrizio Sparvoli Godoy²

RESUMO: o presente texto enseja criticar a ideia da impenetrabilidade do corpo do *uir* romano, defendida sobretudo pela História da Sexualidade foucaultiana. Dessa maneira, comentarei, em primeiro lugar, acerca do surgimento da História da Sexualidade e sobre sua vertente historiográfica foucaultiana. Em seguida, sugerirei uma possível análise da nona seção do *Satyricon*, de Petrônio, contrapondo-a à vertente foucaultiana. Desta maneira, almejo sugerir outro viés de análise, mais complexo, menos centrado nas normatizações do *uir*, sobre a homossexualidade masculina em Roma.

PALAVRAS-CHAVE: História Antiga; Roma; História da Sexualidade; Literatura Latina; *Satyricon*, de Petrônio.

ABSTRACT: this paper aims to criticize the notion of body impenetrability of Roman *uir*, predominantly stated by the Foucauldian History of Sexuality. Therefore, firstly, I will comment on the emergence of the History of Sexuality and its Foucauldian historiography. Furthermore, I will suggest a possible analysis to Petronius's *Satyricon* ninth section, confronting it against the Foucauldian point of view. Hence, I intend to suggest another interpretation of Roman Male Homosexuality, a more complex one, not focused on *uir* normative discourses.

KEYWORDS: Ancient History; Rome; History of Sexuality; Latin Literature; Petronius's *Satyricon*.

“Ciência da diversidade” – eis uma das máximas que Marc Bloch utiliza para caracterizar a História (2002, p. 54), em seu célebre livro escrito em 1944, e que se ajusta bem à História que tiver por objeto o estudo das sexualidades.

¹ Uma versão do presente texto foi apresentada no 23º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP (SIICUSP), em 08 de outubro de 2015, tendo sido indicada como destaque pela Comissão Organizadora do evento. Agradeço ao Prof. Norberto Luiz Guarinello por sua leitura e comentários prévios; à Profa. Amy Richlin (UCLA, EUA), por sua orientação presente, mesmo que à distância; à parecerista anônima, por suas sugestões; a todos os membros do LEIR-MA/USP; e aos que estiveram presentes no evento e comigo debateram as ideias que agora publico. *uobis cano, et Musis*.

² Graduando em História pela FFLCH/USP e membro do LEIR-MA/USP. Desenvolvo o projeto de Iniciação Científica “Homossexualidades masculinas romanas: um estudo do *Satyricon*, de Petrônio”, orientado pelo Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello (DH-FFLCH/USP) e financiado pela FAPESP (processo nº 2015/12101-1). E-mail: fabrizio.godoy@usp.br.

Contudo, desde que Bloch assim chamou a História, mais duas ou três décadas haveriam de passar-se até que se incluísse nesta máxima um adjetivo: *sexual*.

A História da Sexualidade é um recorte temático e analítico do passado bastante recente. Sua origem está na influência que os movimentos contestatórios feministas e de liberalização da sexualidade, que explodem a partir dos anos 1960 e 1970, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, têm sobre jovens historiadores e historiadoras³. Tais historiadores e historiadoras passaram, então, a buscar seus passados enquanto mulheres, homossexuais, lésbicas, o que significou produzir uma História que fosse não apenas *um* “estudo *dos homens* no tempo” (Bloch, 2002, p. 24, grifo meu), mas também como um estudo de mulheres, homossexuais, lésbicas no tempo⁴.

O estudo dos homossexuais na Antiguidade Clássica⁵ tem sido, desde então, grandemente influenciado pelo primeiro volume, de 1976, da *Histoire de la Sexualité*, do filósofo francês Michel Foucault. Pode-se dizer que esta é a primeira obra a teorizar a História da Sexualidade, e a que tem tido mais influência no campo (Richlin, 2013). Três de suas formulações são aqui importantes: 1 – de que a sexualidade é uma construção do século XIX, fruto da convergência de discursos científicos, que são perpassados por jogos discursivos de poder; 2 – de que, desta maneira, com a criação no campo científico da categoria homossexual, o que ocorre em 1870, surgem a homossexualidade e o homossexual (o sujeito que se reconhece enquanto participante desta categoria); 3 – de que, portanto, falar em homossexualidade ou homossexuais antes do século XIX é um anacronismo a ser evitado. (Foucault, 2012, p. 29 e 50-53).

O primeiro ponto, que diz que a sexualidade é perpassada por jogos discursivos de poder, é o que por ora importa. Pretendo mostrar como ele tem

³ Ainda assim, a interação entre a busca por um passado, sobretudo “clássico”, que servisse de instrumento de afirmação aos homossexuais pode ser rastreada antes destes anos, até mesmo o início do século XIX. Tal interação, no século XIX, deu-se devido à valorização da Antiguidade Clássica enquanto o suposto berço fundacional da Civilização Ocidental, uma época, portanto, que por ser valorizada, poderia trazer legitimidade aos homossexuais. É importante ressaltar que grande parte dos pressupostos contemporâneos da historiografia da homossexualidade na Antiguidade Clássica (e.g., a sobrevalorização da Grécia Antiga sobre Roma) vem deste período. Cf. Matzner(2010) e Richlin (2005).

⁴ Para a História da História da Sexualidade, cf. Crompton (2003), Garton(2004,) Richlin (2013) Skinner (2014).

⁵ Há um debate sobre a validade, ou não, em falar-se em homossexualidade em períodos pré-modernos, o qual não aprofundarei aqui. Para exemplo de trabalhos que defendem tal possibilidade, cf. Richlin (1993a; 1993b) e Boswell (1980; 1991); para exemplo de trabalhos que negam tal possibilidade, cf. Williams (2010) e Halperin (1989). Este texto concorda com a primeira vertente indicada.

sido retomado por alguns historiadores da Antiguidade, que o associam a dicotomias como ativo/passivo, em favor do parceiro dito ativo, i.e., o homem supostamente pleno em poder e cidadania, o *uir* romano, impenetrável⁶. Para isso, farei referênci a três dos autores mais influentes, localizados no âmbito da historiografia foucaultiana: Paul Veyne, Géraldine Puccini-Delbey, e Jonathan Walters.

Inicio por Paul Veyne, que, em seu famoso artigo *L'Homosexualité à Rome*, originalmente publicado em 1981, precursor das reflexões acerca da homossexualidade na Roma Antiga, afirma ser “*monstruoso* por parte de um cidadão [*uir*] ter prazeres servilmente passivos” (Veyne, 2010, p. 230, grifo meu). Assim, “de acordo com seu gosto pessoal, cada um optava pelas mulheres, pelos rapazes, ou por umas e por outros” (*idem*, p. 231). Conclui ele, portanto, que

nesse mundo, a conduta de cada um *não era classificada segundo o sexo*, amor das mulheres ou dos rapazes, *mas em atividade ou passividade*: ser ativo era ser um macho, qualquer que fosse o sexo do parceiro dito passivo. *Ter prazer virilmente ou dar-se servilmente era tudo* (*idem*, p. 233, grifos meus).

Já Puccini-Delbey, autora de *La vie sexuelle à Rome*, originalmente publicado em 2007, afirma que

em Roma, a diferença [sexual entre as pessoas] baseia-se não no sexo biológico; mas sim nos *estatutos sociais* e nas *classes etárias*, que *implicam em um papel sexual a adoptar, ativo ou passivo*. (Puccini-Delbey, 2010, p. 13, grifos meus).

Ela prossegue pontuando que “*a sociedade romana é feita para e pelo cidadão livre [uir]*. Assim, *a noção de masculinidade é central*” (*idem*, p. 14, grifos meus). Finalmente, Puccini-Delbey conclui que

A identidade masculina assenta[-se] numa oposição binária: por um lado, os homens, os machos (*uir*), aqueles que em Roma detêm o poder, os que penetram; por outro lado, todos os outros, aqueles que não possuem o poder, os que são penetrados – as mulheres,

⁶ Para o debate com o Foucault, no campo dos Estudos Clássicos, cf. Boswell (1991), Ormand (2014), Rabinowitz & Richlin (1993), Richlin (1993a; 1993b; 2013) e Skinner (2014).

os rapazes, os escravos. *Roma não possui um modelo igualitário no domínio das relações sexuais.* (*ibidem*, grifos meus).

Jonathan Walters, por sua vez, em um artigo de 1999, *Invading the Roman Body: Manliness and Impenetrability in Roman Thought*, cujo objetivo é pensar o corpo do romano, sua masculinidade e impenetrabilidade, pontua que o protocolo sexual romano que definia os homens como *penetradores impenetráveis* pode ser mais bem entendido dentro do contexto de *um padrão conceitual mais amplo que caracterizava os detentores de alto estatuto social* como capazes de defender as fronteiras de seus corpos de assaltos invasivos de todos os tipos [inclusive a penetração sexual] (Walters, 1999, p. 30, grifos meus)⁷

Isto indica que o âmbito do gênero e sexualidade, na cultura romana, estaria relacionado com o do status social, sendo que o emprego de uma

retórica do gênero (ela mesma dependente de um uso metafórico do sexo biológico), portanto, parece ser *parte de um padrão cultural mais amplo* no qual o estatuto social seria caracterizado a partir de uma percepção da integridade corporal e da imunidade, ou sua ausência, contra invasões exteriores (*ibidem*, grifos meus).⁸

Esta interpretação da sexualidade em Roma constitui-se em um “penetration model” (Skinner, 2014, p. 7), ou também um “subject-verb-object model” (Richlin, 1993a, p. xviii), que têm sido majoritariamente tomados pela historiografia foucaultiana como sendo paradigmáticos da homossexualidade masculina em Roma. Contudo, tal vertente historiográfica erra ao endossar o ponto de vista das fontes que utiliza – “ao adotar o ponto de vista de suas fontes, Foucault acaba por reproduzir suas omissões”⁹ (Richlin, 1993a, p. xiv), como também a historiografia foucaultiana da História da Sexualidade na Antiguidade o faz, eu diria.

⁷ (...) *the Roman sexual protocol that defined men as impenetrable penetrators can most usefully be seen in the context of a wider conceptual pattern that characterized those of high social status as being able to defend the boundaries of their body from invasive assaults of all kinds.*

⁸ *rhetoric of gender (itself dependent on a metaphorical use of biological sex) thus appears to be part of a wider cultural pattern whereby social status was characterized on the basis of a perceived bodily integrity and freedom, or the lack of it, from invasion from the outside.*

⁹ *by adopting the point of view of his sources, Foucault ends by replicating their omissions*

É interessante notar, por exemplo, que o mesmo Jonathan Walters que escreve sobre o “impenetrable penetrator” romano, anteriormente mencionado, começa o referido artigo dizendo que

Este ensaio não examina como outros poderiam pensar ou falar, ou escrever se pudessem, nem mesmo como um membro individual qualquer daquela elite masculina poderia pensar na privacidade de sua própria mente, nem a forma com a qual indivíduos desviantes ou subculturas sociais poderiam pensar e falar; ele enfatiza apenas a ideologia dominante, hegemônica da sociedade romana, expressa ou implícita nas formas centrais de discurso público (WALTERS, 1999, p. 29, grifos meus).¹⁰

Ou seja, mesmo consciente desta possibilidade, a de buscar-se o que outros podem ter pensado ou falado, fossem indivíduos desviantes ou subculturas sociais, o autor escolhe, conscientemente, centrar-se apenas na ideologia dominante, hegemônica. Tal escolha é determinante, não livre de consequências ideológicas e interpretativas, que deve ser ponderada. Reconhecê-lo, portanto, é de suma importância.

Tal *penetration model*, assim, é uma visão rígida, monolítica, assimétrica, da sexualidade entre os romanos, baseada na leitura acrítica, subserviente, dos textos antigos. Por leitura acrítica e subserviente penso naquela que não considera o espaço em que os textos foram produzidos, o público ao qual direcionavam-se, e suas finalidades. Assim lê-los, sem se considerar tais questões, leva-se a enfatizar, e concordar com, uma figura que se representa a si mesma como superior às demais, atitude que, inclusive, condiz com a longa tradição elitista e machista dos Estudos Clássicos (Rabinowitz, 1993, p. 4-5). Desta forma, tais demais figuras são preconceituosamente, ainda hoje, pensadas enquanto submissas, inferiores e passivas em sua História.

No entanto, “atitudes sexuais de quem? Quando? As pessoas levavam isso a sério? Que pessoas? Que outro tipo de informação estava disponível? Essas questões ficam de fora dos limites definidos do projeto de Foulcaut” (Richlin,

¹⁰ *this essay does not examine how others might think or talk, or write if they could, nor even how any individual member of this male elite might think in the privacy of his own mind, nor the way in which deviant individuals or social subcultures might think and talk; it stresses only the dominant, hegemonic ideology of Roman society, expressed or implied in its central forms of public discourse*

1993a, p. xv, grifo da autora)¹¹, e também dos de seus seguidores, eu diria. Tais são as questões que balizam o presente texto, no sentido de repensar e criticar tal historiografia foucaultiana, e fugir deste ponto de vista acerca da impenetrabilidade do *uir*. Se há uma hierarquia sexual romana enfatizada pela documentação antiga, que diferencia os sujeitos nela envolvidos, a ênfase da historiografia, no entanto, depende apenas do historiador. Neste contexto de crítica documental e historiográfica, de busca por uma sexualidade subalterna, vista de baixo¹², insere-se o presente texto.

O *Satyricon*, obra trabalhada na presente pesquisa em andamento, é uma sátira, que chegou à modernidade em estado fragmentário. Desde sua redescoberta no século XVI, o *Satyricon* vem gerando inúmeros e infundáveis debates, e “se há alguma característica que podemos atribuir ao *Satyricon* com absoluta certeza é a de obra polêmica” (Faversani, 1998, p. 15). Embora não pretenda me aprofundar, aqui, nestes debates, é necessário dizer que, recentemente, chegou-se a relativa concordância quanto aos seguintes pontos: o estabelecimento atual do texto; a sua datação, o século I d.C.; o seu autor, o Petrônio descrito nos *Anais* de Tácito¹³; e seu título original, *Satyrice*, tradicionalmente não adotado no Brasil¹⁴.

Trabalhar com literatura, principalmente satírica, impõe algumas dificuldades metodológicas ao historiador, e constitui outro infundável debate o qual também não aprofundarei aqui. Assumo apenas que: o discurso historiográfico pode ser pensado como um movimento que tende à realidade, mesmo que nunca a toque (Richlin, 1993a, p. xx); que, por trás da documentação antiga há materialidade de práticas que podem ser deduzidas dos textos, o que garante ao discurso historiográfico a sua tendência ao real (*ibidem*); que o Petrônio de Tácito, mesmo sendo um homem de elite, ao produzir literatura satírica, que possui matéria baixa, insere nela uma sexualidade, e personagens que a praticam, de modo que condiz com a baixeza da matéria (*ibidem*); que a sátira, para ser engraçada, expõe dissensos, exagerando-os; que, finalmente, a construção literária antiga, mesmo que ficcional, tem por pressuposto, para que

¹¹ “whose sexual attitudes? When? Did people take this seriously? What people? What other information is available? These questions lie outside the defined limits of Foucault’s project”

¹² Para reflexão sobre a História vista de baixo, maneira de produzir a História que aqui me influencia, cf. Sharpe (1992).

¹³ Cf. Tácito, *Annales*, XVI, 18-20.

¹⁴ Para uma visão de conjunto e mais aprofundada de tais debates, cf. Prag & Repath, 2009.

seja bem recebida pelo público, uma construção a partir da verossimilhança, ou seja, a partir da representação daquilo que, mesmo não sendo factualmente verídico, é veridicamente factível (Reboul, 2004, p. 95-96).

Tratarei apenas da nona seção do *Satyricon*, das cento e quarenta e uma totais¹⁵. Tal seção é o encontro entre Encólpio, o narrador, e um de seus parceiros, Gitão, que chora. Após perguntar insistentemente o motivo das lágrimas, Encólpio descobre que Ascilto, o outro membro do trio amoroso, tentara forçar Gitão a fazer sexo com ele (Petr. *Sat.* 9.1-3). Ao saber disso, Encólpio, ensandecido com a situação, aponta para Ascilto e grita: “O que você me diz, sua bicha prostituta [*muliebris patientiae scortum*], de quem nem o hálito é puro [*ne spiritus purus est*]?” (Petr. *Sat.* 9.6). Ascilto finge estar indignado (*inhorrescere se finxit*), ergue suas mãos com mais força e começa a gritar ainda mais alto do que Encólpio (Petr. *Sat.* 9.7):

Você ainda tem coragem de dizer alguma coisa, seu gladiador indecente [*gladiator obscene*], a quem a arena salvou da ruína? Você não vai calar a boca, seu assassino noturno, que nem quando gozava de todo o vigor chegou aos pés de uma mulher pura [*ne ... cum pura muliere pugnavisti*], você, de quem fui companheiro no parque [*in uiridario frater fui*] nesta mesma situação em que agora está esse garoto na hospedaria [*in diuersorio puer est*]?” (Petr. *Sat.* 9.8-9)

É importante dizer que Encólpio, Ascilto e Gitão são, provavelmente, libertos e pobres (Petr. *Sat.* 107). Gitão tem cerca de 16 anos (Petr. *Sat.* 97.2), enquanto Encólpio e Ascilto têm idades desconhecidas, mas certamente são da mesma faixa etária, porém mais velhos que Gitão (Richlin, 2009, p. 87-88).

É importante notar, inicialmente, que segundo a moral do *uir*, dizer que alguém não tem o hálito puro equivale a afirmar que o sujeito é praticante de sexo oral, uma atividade considerada passiva, posto que dá prazer àquele que é felado (Veyne, 2008, p. 235). Ascilto, portanto, é visto por Encólpio como passivo, o que é reforçado pela expressão *muliebris patientiae scortum* (Petr. *Sat.* 9.6), traduzida por Bianchet como “bicha prostituta”, mas que literalmente estaria

¹⁵ Utilizo-me da tradução feita por S. M. B. Bianchet, em 2004. Quando necessário, faço referência ao original latino e crítico a tradução proposta.

mais próximo de “prostituto de sofrimento igual ao das mulheres”, i.e., sujeito penetrado sexualmente, passivo¹⁶.

No entanto, Ascilto, mesmo sendo considerado passivo por Encólpio, quer penetrar Gitão a força, ou seja, quer ser ativo. Isso fica claro no trecho em que é narrado que ele, Ascilto, empunhou sua espada (*gladium*) e disse: “Se você é Lucrécia, então encontrou um Tarquínio” (Petr. *Sat.* 9.5). A palavra latina *gladius*, que significa espada, aqui é sinônimo de *mentula*, palavra de baixo calão para pênis (Adams, 1983, p. 21). Além disso, ao nomear-se Tarquínio, Ascilto faz referência à história do estupro de Lucrécia, uma mulher pura, o que teria causado o fim do período monárquico romano¹⁷. Gitão é Lucrécia, o passivo; Ascilto, que é Tarquínio, e é tido como passivo por Encólpio, e nesse momento deseja penetrar¹⁸. Deve-se notar, também, que Gitão, mesmo sendo o passivo, não tem de necessariamente submeter-se à vontade e poder de Ascilto, o ativo.

Quanto a ofensa que Encólpio dirige a Ascilto, a de ser chamado sujeito sexualmente passivo (Petr. *Sat.* 9.6), é importante notar que o supostamente ofendido não se faz verdadeiramente indignado, mas, ao contrário, finge-se ofendido (*inhorrescere se finxit*, Petr. *Sat.* 9.7) e passa a ofender Encólpio, chamando-o de obsceno (*obscene*, Petr. *Sat.* 9.8) e mais fraco que uma mulher (*ne ... cum pura muliere pugnasti*, Petr. *Sat.* 9.9). Ao fazer isso, Ascilto subverte a ofensa: o passivo, que deveria ser o ofendido, passa a ofender o ativo, que era para ser o ofensor. Não contente, Ascilto, ainda fingindo-se indignado, continua e relembra que ele próprio fora companheiro de Encólpio, em um parque (*in uiridario frater fui*, Petr. *Sat.* 9.9), na mesma situação que agora encontra-se Gitão, na hospedaria (*in deuersorio puer est*, Petr. *Sat.* 9.9), i.e., sendo o companheiro que é penetrado passivamente.

Temos aqui uma cena curta, mas plena de significados e reconfigurações: Ascilto transita entre atividade e passividade; Encólpio, mesmo mostrando-se como ativo, tem menos poder que Ascilto, o passivo, e o mesmo que uma mulher, segundo o texto; Gitão, mesmo sendo passivo, pode recusar-se a ser penetrado. E mesmo com todos estes rearranjos de papéis sexuais, e, portanto, de

¹⁶ Esta expressão é uma derivação de *muliebria pati*, lit. sofrer, aguentar como uma mulher, i.e., ser penetrado sexualmente, um termo pejorativo recorrente na literatura, cf. Puccini-Delbey (2010, p. 110), Walters (1999, p. 30).

¹⁷ Cf. Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, I, 57-58.

¹⁸ A Monarquia acaba após o estupro de Lucrécia. No *Satyricon*, o triângulo amoroso desfaz-se após esta tentativa de estupro, cf. Petr. *Sat.* 10.6-7 e 80.4-7.

caracterização daqueles que praticam tais papeis, Encópio, Ascilto e Gitão referem-se entre si com os mesmos termos, sobretudo *frater* (que significa, literalmente, irmão, mas é utilizado aqui no sentido de companheiro amoroso, sexual¹⁹), o que os equipara em uma hierarquia moral e sexual²⁰. Tal trecho, por conseguinte, contradiz o *penetration model* da historiografia foucaultiana e o *subject-verb-object model*, criticado por Amy Richlin, enquanto modelos únicos; ignora a suposta perversidade do ser passivo, que defende Paul Veyne; elimina a ênfase nas oposições binárias, afirmadas por Géraldine Puccini-Delbey; finalmente, centra-se no discurso hegemônico romano, de Jonathan Walters, apenas com a finalidade de subvertê-lo.

As relações sexuais entre homens na Roma Antiga podem ser mais complexas do que defende muitos historiadores. Em um único e curto trecho, como visto acima, a moral viril é subvertida e esvaziada de efetividade, estando Ascilto no cerne destas reconfigurações, ele que deveria ser o ofendido. Fizéssemos um exercício criativo de imaginar os personagens do *Satyricon* como se tivessem sido reais, não meros construtos ficcionais, produzindo suas biografias, como outrora já fora feito para Trimalquião (Veyne, 1961), e as questões que coloca Amy Richlin (“*whose sexual attitudes? When? Did people take this seriously? What people? What other information is available?*”), anteriormente mencionadas, quando respondidas, poderiam criar outras visões possíveis acerca da homossexualidade masculina em Roma. E assim, desviando-se do *uir*, seria possível ter uma visão mais complexa da questão tratada, que compreenda não apenas aqueles que produzem e vivem sob a norma, mas também aqueles que vivem em sua inadequação, ou mesmo sua negação. Para isto, que o historiador escolha ser participante da História, não mero espectador, e procure aquilo que, por exemplo, Jonathan Walters tinha consciência da possível existência, mas não quis procurar. O que se achará em Roma, provavelmente, são homossexualidades masculinas diversas, complexas, não necessariamente assimétricas. Finalmente, “ter prazer virilmente ou dar-se

¹⁹ Ocorre quatro vezes: Petr. Sat. 9.2, 3, 4 e 9.

²⁰ Também são utilizados outros termos *comes* (companheiro, cf. 9.4) e *puer* (utilizado aqui para Gitão, por ser ele mais jovem, cf. Petr. Sat. 9.2 e 9). Note-se que *puer* possui ao menos três significados: pode referir-se a um jovem do sexo masculino, a um escravo de qualquer idade, ou mesmo àquele que é tido como objeto sexual (Richlin, 2015, p. 353). No entanto, Gitão também é referido como *frater* (*habitu fratris*, Petr. Sat. 9.3).

servilmente” (Veyne, 2010, p. 233) talvez, na realidade, para muitos não fosse *tudo*.

Bibliografia

Fontes:

PETRÔNIO. *Satyricon*. Edição bilingue: latim-português. Tradução: Sandra Maria Braga Bianchet. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

TACITUS. *The Annals*. Tradução: J. C. Yardley. Oxford: Oxford University Press, 2008.

TITO LÍVIO. *História de Roma*. Vol. I. Tradução: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1990.

Livros e artigos:

ADAMS, J. N. *The Latin Sexual Vocabulary*. Londres: Duckworth, 1982.

BLOCH, M. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Tradução: A. Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 [1944].

BOSWELL, J. "Revolutions, Universals, and Sexual Categories." In: CHAUNCEY JR., G.; DUBERMAN, M.; VICINUS, M. (Orgs.) *Hidden From History: Reclaiming the Gay and Lesbian Past*. Londres: Penguin, 1991 [1989].

_____. *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality*. Chicago e Londres: The Chicago University Press, 1980.

CROMPTON, L. *Homosexuality and Civilization*. Cambridge e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2003.

FAVERSANI, F. *A pobreza no Satyricon, de Petrónio*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1998.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2012 [1978].

GARTON, S. *Histories of Sexuality*. Londres: Equinox, 2004.

HALPERIN, D. *One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on Greek Homosexuality*. Nova York: Routledge, 1989.

MATZNER, S. "From Uranians to Homosexuals: Philhellenism, Greek Homoeroticism, and Gay Emancipation in Germany: 1835-1915". In: *Classical Receptions Journal*, vol. 2, Iss. 1, 2010, p. 60-91.

ORMAND, K. "Foucault's *History of Sexuality* and the Discipline of Classics". In: HUBBARD, T. K. (Org.) *A Companion to Greek and Roman Sexualities*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.

PRAG, J.; REPATH, I. *Petronius: A Handbook*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

PUCCINI-DELBAY, G. *A vida sexual na Roma Antiga*. Tradução: T. Albuquerque Marques. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010 [2007].

RABINOWITZ, N. S. "Introduction". In: _____.; RICHLIN, A. (Orgs.) *Feminist Theory and the Classics*. Nova York: Routledge, 1993, p. 1-20.

RABINOWITZ, N. S.; RICHLIN, A. (Orgs.) *Feminist Theory and the Classics*. Nova York: Routledge, 1993.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução: I. C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1998].

RICHLIN, A. "Reading Boy-Love and Child-Love in the Greco-Roman World." In: MASTERSON, M.; SORKIN, N.; RABINOWITZ, N.; ROBSON, J. (Orgs.). *Sex in Antiquity: Exploring Gender and Sexuality in the Ancient World*. Londres: Routledge, 2015.

_____. "Sexuality and History." In: PARTNER, N.; FOOT, S. (Orgs.) *The SAGE Handbook of Historical Theory*. Londres: SAGE, 2013.

_____. "Sex in the *Satyrica*: Outlaws in the Literatureland." In: PRAG, J.; REPATH, I. (Orgs.) *Petronius: A Handbook*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

_____. "Eros Underground: Greece and Rome in Gay Print Culture, 1953-1965". In: *Journal of Homosexuality*, 49.3-4, 2005, p. 421-461.

_____. "Introduction". In: _____. *The Garden of Priapus. Sexuality & Aggression in Roman Humor*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1993a.

_____. "Not Before Homosexuality: The Materiality of the *Cinaedus* and the Roman Law against Love between Men". In: *Journal of the History of Sexuality*, vol. 3, n. 4, 1993b, p. 523-573.

SHARPE, J. "A história vista de baixo". In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992 [1991], p. 39-62.

SKINNER, M. *Sexuality in Greek and Roman Culture*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014 [2005].

VEYNE, P. "A homossexualidade em Roma". In: _____. *Sexo e poder em Roma*. Tradução: M. de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1981].

_____. "Vie de Trimalcion". In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 16, n. 2, 1961, p. 213-247.

WILLIAMS, C. *Roman Homosexuality*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2010 [1999].

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO E A CARACTERIZAÇÃO DOS PERSONAGENS NAS *RES GESTAE* DE AMIANO MARCELINO¹

*Cynthia Alves de Oliveira*²

RESUMO: Os aspectos geográficos do Mundo Antigo têm despertado o interesse de um número cada vez maior de pesquisadores ao redor do mundo, tendo em vista que entender como os antigos percebiam e se apropriavam do espaço circundante significa desnaturalizar certezas há muito enraizadas no senso comum – e que muitas vezes estão pautadas em interpretações anacrônicas. A produção e uso de mapas pictóricos pelas sociedades antigas foi um dos pressupostos que teve sua autoridade fortemente questionada neste início de século, quando uma corrente de pesquisadores que defende que os antigos representavam o espaço por meio de descrições verbais pautadas em listas de itinerários começou a ganhar cada vez mais adeptos. O grande mérito destes pesquisadores esteve em ampliar as possibilidades de estudo da geografia do Mundo Antigo, que já não mais depende apenas dos tratados geográficos e das fontes epigráficas sobreviventes: ao dizer que os antigos se apropriavam do espaço por meio de descrições esses pesquisadores tornaram possível o estudo dos aspectos geográficos da Antiguidade através de qualquer narrativa escrita. Este artigo tem como objetivo analisar a construção do espaço nas *Res Gestae* de Amiano Marcelino tendo como base os estudos produzidos por este grupo de pesquisadores e lançando mão do referencial teórico desenvolvido pela Geografia Cognitiva.

PALAVRAS-CHAVES: Amiano Marcelino – geografia cognitiva – representação espacial – itinerários.

ABSTRACT: The geographic aspects of the ancient world have aroused the interest of a growing number of researchers around the world, since understanding how the ancients perceived and appropriated the surrounding space means denaturalize certainties long rooted in common sense, which are often guided by anachronistic interpretations. The production and use of pictorial maps by ancient societies was one of the assumptions whose authority was strongly put into question early in this century, when the ideas of scholars who argued that the ancient represented the space through

¹ Este artigo faz parte da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Espaço imaginado, Espaço representado: rotas e itinerários em Amiano Marcelino”, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Juliana Bastos Marques.

²Graduanda em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Bolsista de Incentivo Acadêmico do Departamento de Assuntos Estudantis (DAE) da mesma instituição.

verbal descriptions guided by itineraries lists started to gain support. The great merit of these researchers was to widen the possibilities of studies on Ancient World Geography, which no longer depends just on geographical treatises and surviving epigraphic sources: in saying the ancient appropriated the space through such descriptions, these researchers have made it possible the study of the geographical aspects of antiquity through any written narrative. This article aims to analyze the construction of the space in *Res Gestae* of Ammianus Marcellinus based on the studies produced by that group of researchers and using the theoretical framework developed by Cognitive Geography.

KEYWORDS: Ammianus Marcellinus – cognitive geography – spatial representation – itineraries.

Introdução

Durante muito tempo se ergueu uma verdadeira muralha entre a História e a Geografia, tradicionalmente consideradas disciplinas distintas onde caberia à primeira estudar os fenômenos humanos no tempo e à segunda a dimensão espacial desses fenômenos, de maneira que o historiador não deveria interferir no domínio do geógrafo e vice-versa (Barrera, 2010). Ao conceber o espaço como uma construção subjetiva influenciada pelo momento histórico e as condições socioeconômicas a que estão submetidos os indivíduos, abandonando a ideia de um espaço físico, natural e imutável, a chamada *Geografia Cognitiva*³ contribuiu de maneira significativa para fraturar essa barreira aparentemente inabalável, estabelecendo um diálogo fecundo não apenas entre História e Geografia, mas englobando também a psicologia, o urbanismo e outras áreas do conhecimento. Essa ampliação do conceito de espaço geográfico por meio de uma abordagem interdisciplinar, operada sobretudo a partir da década de 1960 (Couclelis & Gale, 1986), abriu caminho para o desenvolvimento do conceito de “mapa mental” que embasa este trabalho. Cunhado pelo geógrafo Peter Gould e utilizado pela primeira vez em

³ Os estudos de uma geografia cognitiva, por assim dizer, tem como marco inicial o artigo de C. C. Trowbridge, “On fundamental methods of orientation and ‘imaginary maps’”, publicado em 1913. O próximo trabalho relevante será publicado em 1932 por P. Jaccard, intitulado *Le sens de la direction et l'orientation lointaine chez l'homme*, contudo, o interesse por este assunto só se desenvolverá de fato nos EUA no início na década de 1960, como uma das respostas às diversas tensões enfrentadas pela sociedade americana. Nesse contexto, o livro de Kevin Lynch, *The image of the city* (1960), ocupa um lugar de destaque em meio aos trabalhos que se aprofundaram no assunto. Lynch abre caminho para uma série de outros autores que irão abordar a representação do espaço de um modo diferente. A partir de então, o significado da atividade cartográfica será compreendido de maneira mais profunda, com tudo que ela representa para a evolução da mente humana e suas implicações filosóficas (Janni, 1984, pp. 11-14)

ensaio publicado no livro *Image and Environment: Cognitive Mapping and Spatial Behavior*, de 1973, este termo pode ser entendido como

(...) o resultado dos padrões de interação espacial determinados por percepções subjetivas advindas das necessidades pessoais, ou seja, os custos de trocas, de bens, de pessoas, de mensagens. Essas percepções subjetivas, sendo boas e desejáveis ou ruins e indesejáveis, determinam ideias de distâncias relativas, qualitativamente diferentes das distâncias reais. (Marques, 2009, p. 154)

Em outras palavras, um mapa mental é a forma como uma pessoa percebe e representa o espaço à sua volta, pontuando como importante aquilo que lhe convém – mesmo que de maneira inconsciente.

As últimas décadas do século XX presenciaram um crescente interesse dos historiadores que trabalham com a Antiguidade pela temática da representação espacial e do uso de mapas pelas sociedades antigas e, de maneira geral, os estudos sobre o espaço no mundo antigo podem ser divididos em dois polos opostos. Por um lado, existem as análises mais tradicionais das quais podemos citar os estudos de Claude Nicolet (1991) e Oswald Dilke (1998), que defendem a existência e o uso de mapas semelhantes aos atuais pelos povos da Antiguidade. Essa semelhança se daria tanto na forma como na utilização: os mapas teriam uso oficial, sendo indispensáveis para os comandos militares, e seriam uma forma de demonstração de poder; além disso, eles seriam usados por particulares, auxiliando deslocamentos individuais e comerciais. Estes autores estão preocupados em analisar as fontes epigráficas remanescentes – tais como a *Tabula Peutingeriana*, o *Itinerarium Antonini* e o Papiro de Artemidoro, além dos tratados geográficos produzidos por Eratóstenes e Ptolomeu – partindo do pressuposto de que existia no mundo romano uma consciência cartográfica do modo como entendemos hoje. No polo oposto se encontram autores como Pietro Janni (1984), Richard Talbert (2004) e Kai Brodersen (1995) que não consideram plausível a existência de uma consciência cartográfica no mundo romano. Para esses autores, a escassez de recursos técnicos para realizar medições precisas inviabilizava a produção e a circulação

de mapas na Antiguidade⁴; como contraponto, eles defendem que a representação do espaço naquele período ocorria no plano da descrição – partindo dessa premissa, a utilização de representações gráficas não era uma necessidade fundamental para o conhecimento e a apropriação do espaço (Marques, 2009, p. 153). Pietro Janni, em seu livro *La mappa e il periplo: Cartografia antica e spazio odologico*, desenvolveu a ideia de espaço *hodológico*: lançando mão do conceito de mapa mental e partindo da premissa de que a representação do espaço na Antiguidade ocorria por meio das descrições de itinerários – os caminhos que ligam as cidades –, este autor chegou à conclusão de que as representações cartográficas não são um imperativo para identificar os mapas mentais produzidos pelos antigos e que estes também podem ser identificados dentro das narrativas escritas. Segundo Janni, a representação do espaço no mundo romano se daria de maneira unidimensional, ou seja, o que importava de fato era a ligação entre dois pontos – A e B ou A e C –, de maneira que o espaço tridimensional entre esses pontos não constituiria um espaço relevante. Em outras palavras, no mundo antigo é o itinerário que permite o domínio e a definição do espaço que se quer representar.

Nosso objetivo é fazer uma leitura das *Res Gestae* de Amiano Marcelino – sobretudo a sua primeira parte – observando a maneira como o autor constrói o espaço em sua narrativa e como essa construção é influenciada pela maneira como os diferentes personagens reagem e interagem entre si e com o espaço à sua volta, tendo como base teórica o modelo desenvolvido por Pietro Janni. A narrativa construída por Amiano Marcelino tem como centro seus personagens; são os indivíduos que determinam os rumos de sua história - especialmente os imperadores, que estão sempre se movimentando pelo Império (Marques, 2011). Podemos afirmar que a obra de Amiano tem como elemento central o imperador Juliano – que a historiografia cristã batizou de “O Apóstata” em função das reformas religiosas promovidas durante seu reinado –, pois este teria sido o modelo ideal de governante para o autor. De uma maneira geral, as *Res Gestae* podem ser divididas em três grandes blocos, que narram os

⁴ Além disso, é importante ressaltar que a utilização dos mapas é um fenômeno relativamente recente na história da humanidade e que seu uso precisa ser desnaturalizado. A criação de uma “consciência cartográfica” percorreu um caminho muito mais longo e complicado do que se pode imaginar e, portanto, é algo que precisa ser historicizado, o uso de mapas não é algo inerente ao ser humano (Janni, 1984, p. 12).

acontecimentos antes, durante e depois do reinado de Juliano (Barnes, 1998, p. 25). A primeira parte, que reúne os livros de XIV a XXI, relata os acontecimentos de um período marcado por uma tensão permanente entre o César Juliano e o Augusto Constâncio II. Toda a construção retórica destes livros tem como finalidade enfatizar as qualidades e virtudes de Juliano em oposição aos vícios e defeitos de Constâncio e uma das formas utilizadas pelo autor para construir essa dicotomia entre o bom e o mau governante se dá através da descrição do espaço em que se desenrolam as ações e o modo como a caracterização desse espaço ajuda a construir o caráter dos personagens.

Amiano Marcelino e suas Res Gestae

Arnaldo Momigliano se referiu a Amiano Marcelino como dono de uma disposição quase indecente para falar de si mesmo em sua obra histórica, pois, se comparado aos seus predecessores, é o historiador latino do qual melhor conhecemos a trajetória pessoal em função das inúmeras referências biográficas contidas em seu relato (Momigliano, 2012, p. 128). Contudo, apesar da indecência aludida por Momigliano, existia um limite sobre o quanto um historiador poderia falar de si mesmo em sua obra e, como consequência, os fatos conhecidos sobre a vida deste autor são muito menos numerosos do que os pesquisadores gostariam. De maneira geral, sabemos que Amiano Marcelino nasceu entre 325 e 330 d.C. na cidade grega de Antioquia, um dos principais centros políticos do Império Romano naquele período. Existe uma lacuna de informações sobre a infância e adolescência do autor e, depois de seu nascimento, o próximo dado do qual dispomos é de que em 353 ele integrava um seleto grupo do exército romano, os *protectores domestici*⁵. Este fato nos

⁵ A classe social a que pertencia Amiano Marcelino ainda é um ponto de controvérsia entre os pesquisadores, contudo, o fato de ele integrar um grupo de alto prestígio social como os *protectores domestici* já no ano de 353 é um forte indicio de seu berço nobre - além disso, os *protectores domestici* geralmente eram filhos de militares de alto escalão (Barnes, 1998, p. 59). Apesar das discussões, existe certo consenso de que possivelmente Amiano tenha pertencido à ordem dos decuriões (Silva, 2007, pp. 167-168). Os decuriões representavam o terceiro escalão do Estado Romano, estando abaixo apenas das ordens senatoriais e equestre. Na teoria, podia integrar essa ordem qualquer cidadão entre vinte e cinco e trinta anos e que desempenhasse magistraturas municipais; na prática, o decurionato acabou adquirindo um cunho hereditário, já que os filhos dos decuriões herdavam a fortuna, a boa reputação e a honra dos pais. Os decuriões eram fundamentalmente proprietários de terra, porém, não podemos deixar de incluir entre eles homens que tiveram a origem de suas fortunas nas atividades mercantis. Além disso, o decurionato representava um alívio para o Estado, já que esta ordem arcou com o peso da administração local e contribuiu de forma decisiva para a integração e unificação do Império Romano (Mendes, 2002, pp. 106-107).

indica sua origem social elevada, tendo em vista que um simples soldado dificilmente chegaria a esse posto com menos de vinte anos de serviço militar (Silva, 2007, p. 167). Nos sete anos seguintes, Amiano participará de diversas campanhas militares sob as ordens do general da cavalaria no Oriente Ursicino, e em 363 fará parte da expedição de Juliano contra os persas – ocasião em que o imperador morre e depois da qual nosso autor se retira da vida militar. Especula-se que depois de abandonar o exército, Amiano tenha retornado para a sua cidade natal e tenha permanecido ali até o ano de 378.

Durante o período de relativa tranquilidade que passou em Antioquia, Amiano se dedicou à leitura de obras antigas e contemporâneas sobre geografia, história e ciências que mais tarde o irão ajudar a compor seu próprio relato (Harto-Trujillo, 2002, p. 16). Em 378 o autor deixa Antioquia e viaja para Roma seguindo pela rota terrestre através da Trácia (Silva, 2007, p. 169), com o objetivo de escrever sua obra na *urbs aeterna* – aproveitando essa viagem para recolher informações para as suas histórias. Assim, depois da agitada carreira militar que o levou de um canto a outro do Império, da Mesopotâmia ao norte da Gália, do Mar Negro ao Egito, Amiano se estabelece na cidade de Roma e se dedica à produção de suas *Res Gestae* (Guzmán Armario, 2006, p. 15). A data de falecimento do autor não é conhecida, todavia, existem indícios de que sua obra já estivesse finalizada por volta do ano de 397 (Thompson, 1969, p. 18), o que nos permite ter uma noção de seu tempo de vida. De maneira geral, pode-se dizer que Amiano Marcelino morreu por volta do ano 400 e que passou o fim de seus dias na cidade de Roma (Harto-Trujillo, 2002, p. 17).

Em si mesmas, as informações biográficas contidas no relato de Amiano Marcelino já transformam a obra em uma fonte de estudo preciosa para os pesquisadores, contudo, transcendendo a esfera individual, as *Res Gestae* se destacam em meio ao conjunto de narrativas históricas produzidas no Império Romano Tardio por seu excepcional valor historiográfico (Cameron & Cameron, 1964; Guzmán Armario, 2006), constituindo-se num dos documentos mais importantes para o estudo do século IV d.C. Amiano constrói um minucioso retrato da crise enfrentada pelo Império naquele momento e possibilita ao leitor apreender em profundidade a sociedade e a cultura do quarto século, além de fornecer preciosas informações para o estudo da história militar romana e da etnografia das diferentes regiões do Império. Nas *Res Gestae* estão refletidas as

categorias de pensamento e expressas as normas de comportamento, os estados de ânimo e as paixões do período, formando assim um verdadeiro mosaico de detalhes e informações, o que demonstra a preocupação do autor em retratar uma visão do Império em sua totalidade⁶ (Silva, 2007, p. 166).

Em seu plano original, as *Res Gestae* tinham como objetivo narrar os fatos ocorridos no Império Romano entre o principado de Nerva (96 d.C.) e a morte de Valente (378 d.C.), distribuindo-os em trinta e um livros dos quais somente os dezoito últimos se preservaram até os dias atuais. Somos informados do ponto de partida do relato escrito por Amiano no último parágrafo do livro XXXI, que funciona como um epílogo da obra e nos permite saber seu recorte cronológico:

Narrei os fatos compreendidos entre o principado de Nerva e a morte de Valente, na medida em que permitiram minhas forças, sendo eu como sou antigo militar e grego. Nunca tentei, em minha opinião, corromper a verdade intencionalmente, nem com omissões nem com mentiras. Que escrevam a continuação aqueles que estejam em condições de fazê-lo, seja por sua idade ou por seus conhecimentos. Porém se alguém tentar realizar esta tarefa, o conselho que aguce sua língua e adote um estilo mais elevado (Ammianus Marcellinus, *Res Gestae*, XXXI, 16.9).⁷

Além desse epílogo, o leitor é brindado com mais duas declarações que funcionam como prefácios dos livros XV e XXVI. No parágrafo XV,1.1, Amiano expõe o modo como está compondo sua obra, ele diz que tentou conhecer a verdade e que seguindo a ordem dos acontecimentos, narrou aquilo que presenciou ou que tomou conhecimento interrogando minuciosamente os protagonistas, além de afirmar que sua obra será alvo de críticas por sua extensão⁸. No parágrafo XXVI,1.19, o autor reafirma que sua obra receberá

⁶ Essa preocupação com o Império como um todo indica o tempo em que vive Amiano: um mundo onde a cidade de Roma conserva apenas sua importância simbólica, sendo inexpressiva politicamente, pois o centro de poder do Império é o imperador e nesse período ele já não mais reside em Roma (Marques, 2011).

⁷ “*Haec ut miles quondam et Graecus, a principatu Caesaris Nervae exorsus, ad usque Valentis interitum, pro virium explicavi mensura: opus veritatem professum numquam (ut arbitror) sciens silentio ausus corrumpere, vel mendacio. Scribant reliqua potiores, aetate et doctrinis florentes. Quos id (si libuerit) aggressuros, procudere linguas ad maiores moneo stilos*” (Amm. Marc. XXXI,16.9).

⁸ “*Utcumque potui veritatem scrutari, ea quae videre licuit per aetatem, vel perplexe interrogando versatos in medio scire, narravimus ordine casuum exposito diversorum; residua quae secuturus aperiet textus, pro virium captu limatius absolvemus, nihil*

críticas dos seus contemporâneos, mas que as falhas que poderiam ser apontadas em sua narrativa não corresponderiam às leis da historiografia, pois “a historiografia costuma narrar fatos essenciais e não esquadrihar minúcias e ações insignificantes” (Amm. Marc. XXVI,1.1). Esse conjunto de declarações supre, ainda que de maneira imperfeita, a perda do prefácio inicial da obra, fornecendo pistas sobre os objetivos e o método utilizado pelo autor, bem como a estrutura das *Res Gestae*.

A experiência de Amiano como militar aliada às viagens que ele empreendeu pelas diversas regiões do Império e que o permitiram recolher *in loco* muitas das informações contidas em seu livro fazem com que o espaço geográfico ocupe um lugar fundamental dentro da sua narrativa. Ao longo da obra encontramos várias digressões etnográfico-geográficas nas quais o autor descreve regiões e províncias do Império e os povos que nelas habitam ou que pressionam suas fronteiras¹⁰. Essas digressões cumprem uma função retórica na medida em que o público de Amiano é a elite da cidade de Roma, uma elite que não conhece todas as regiões sobre as quais o autor está falando, por isso uma descrição detalhada destes locais. Contudo, é interessante notar como o Amiano constrói o espaço em que se desenvolve a ação das personagens fora dessas digressões e o modo como a caracterização dessas personagens acaba se transformando na caracterização do próprio espaço em que se desenvolvem os acontecimentos.

A construção do espaço em Amiano Marcelino

obtretores longi (ut putant) operis formidantes. Tunc enim laudanda est brevis, cum moras rumpens intempestivas, nihil subtrahit cognitioni gestorum” (Amm. Marc. XV,1.1).

⁹ “*Dictis impensiore cura rerum ordinibus ad usque memoriae confinia propioris, convenerat iam referre a notioribus pedem, ut et pericula declinentur veritati saepe contigua, et examinatores contexendi operis deinde non perferamus intempestivos, strepentes ut laesos, si praeteritum sit, quod locutus est imperator in cena, vel omissum quam ob causam gregarii milites coerciti sunt apud signa, et quod non decuerat in descriptione multiplici regionum super exiguis silere castellis, quodque cunctorum nomina, qui ad urbani praetoris officium convenere, non sunt expressa, et similia plurima, praeceptis historiae dissonantia, discurrere per negotiorum celsitudines assuetae, non humilium minutias indagare causarum, quas si scitari voluerit quispiam, individua illa corpuscula volitantia per inane, ἀτόμους, ut nos appellamus, numerari posse sperabit.*” (Amm. Marc. XXVI,1.1).

¹⁰ De acordo com Lopez Ramos, (2008, p. 262-63), as *Res Gestae* contam com doze digressões etnográfico-geográficas, sendo elas: Incursões dos isaurianos 14.2/ Os sarracenos 14.4/ As províncias do oriente 14.8 / O lago Constanza 15.4.1-6 / A Gália 15.9-12/ Assedio de Amida 18.9/ O passo de Succo 21.10.2-4/ Trácia e o Ponto Euxino 22.8.1-4 / Egito 22.15-16/ Pérsia 23.6.1-84 / Trácia 27.4 Os hunos e alanos 31.2.

Os mapas mentais presentes no texto de Amiano Marcelino são profundamente influenciados pela maneira como os diferentes personagens reagem e interagem entre si e com o espaço à sua volta. Acreditamos que a descrição do deslocamento constante dos imperadores entre Ocidente e Oriente influi profundamente na dinâmica do poder imperial e na manutenção das fronteiras do Império. Levando em consideração essa característica da obra de Amiano e realizando a leitura crítica das passagens em que o autor descreve itinerários chegamos à conclusão de que essas passagens não são gratuitas dentro do texto. Em muitos casos, a descrição desses itinerários possibilita apreender não só o espaço físico como também pode ser utilizada como ferramenta para a caracterização dos personagens envolvidos na ação. A construção do espaço na narrativa está intimamente ligada à opinião pessoal do autor em relação aos personagens que participam de sua história e para ilustrar esta proposição vamos analisar dois deslocamentos descritos nos livros XV e XVI, recorte que se justifica pela tensão existente entre Constâncio II e Juliano dentro da primeira parte das *Res Gestae*.

O capítulo cinco do livro XV tem como plano de fundo a tentativa de usurpação de Silvano, comandante da infantaria que havia sido enviado para a região da Gália com a missão de combater os povos bárbaros que assolavam aquela região. Amiano nos deixa saber que Silvano foi vítima de uma conspiração e que só tomou a decisão de se autoproclamar imperador quando ficou sabendo que um mensageiro imperial deveria ter-lhe entregue uma carta na qual ele era chamado à presença do imperador e não o fez: a tentativa de usurpação teria sido, na verdade, uma tentativa de se manter vivo, tendo em vista a aludida inflexibilidade de Constâncio II em assuntos como este. Ao ser informado do que acontecia na Gália, Constâncio convoca seu conselho para tentar solucionar o problema e dessa reunião surge o nome de Ursicino como um grande conhecedor da arte da guerra e a pessoa mais indicada para combater Silvano, nas palavras de Amiano: “todos os oficiais se acudiram ao palácio e, como ninguém era capaz de pensar ou dizer qual era a melhor decisão,

começaram a mencionar Ursicino em voz baixa, como grande conhecedor de assuntos de guerra” (Amm. Marc. XV.5.18)¹¹.

Ursicino estava na corte imperial em *Mediolanum*¹² e parte para *Colonia*¹³, onde se encontrava Silvano, acompanhado de dez homens (dentro os quais se encontrava o próprio Amiano Marcelino). Amiano se refere ao caminho percorrido como um longo caminho¹⁴, mas ele não chega a descrever o caminho em si; o que ele deixa seu leitor saber é que Ursicino e seus homens percorreram as 608 milhas romanas¹⁵ que separavam *Mediolanum* de *Colonia*, correndo contra o tempo para chegar à zona de conflito antes que os rumores da usurpação se espalhassem pelo império. Numa leitura rápida do texto de Amiano esse episódio se perde em meio ao vívido quadro de ações e conflitos com o qual o autor brinda o seu ouvinte. Contudo, numa leitura mais aprofundada é possível perceber que a passagem se insere dentro de uma estrutura retórica muito bem construída cujo objetivo é duplo: engrandecer os feitos de Juliano (e, em menor, medida de Ursicino) e, sobretudo, denegrir a imagem de Constâncio II.

De maneira geral, o livro XV se estrutura da seguinte maneira: os capítulos XV.1 a XV.4 relatam os desvios de caráter de Constâncio II e daqueles que os cercam, demonstrando que o imperador, além de não ser um bom general, se cercava de pessoas tão inaptas quanto ele. No capítulo XV.2, o autor relata que Ursicino foi acusado de um crime de lesa-majestade e por muito pouco não foi assassinado por meio de um plano orquestrado por Arbitiã. Se referindo ao general da cavalaria como um homem magnânimo que permaneceu com ânimo imutável¹⁶ diante de tal situação – mesmo tendo sido abandonado por seus amigos, antes muito numerosos, e sabendo que ouvidos de Constâncio estavam sempre abertos para os sussurros de pessoas insidiosas e enganadoras, mas não escutavam defesas justas e dignas – Amiano ressalta que a inveja é sempre inimiga das pessoas íntegras. O plano de Arbitiã,

¹¹ “*properarunt omnes in regiam. Cumque nulli ad eligendum quid agi deberet, mens suppetere posset aut lingua, submissis verbis perstringebatur Ursicini mentio, ut consilis rei bellicae praestantissimi*” (Amm. Marc. XV, 5.18).

¹² Atual cidade de Milão, Itália.

¹³ Atual cidade de Colônia, Alemanha. O nome da cidade no período romano era *Colonia Claudia Ara Agrippinensium*, contudo, no decorrer do texto nos referiremos a ela apenas como *Colonia*.

¹⁴ “*itineribus magnis*” (Amm. Marc. XV, 5.24).

¹⁵ Aproximadamente 900 km, de acordo com mediação realizada no “*Barrington Atlas of the Greek and Roman World*” (Talbert, 2000).

¹⁶ “*magnanimus stabat immolis*” (Amm. Marc. XV, 2.3).

compartilhado apenas com um pequeno grupo de pessoas e desenvolvido com o conhecimento do imperador, era assassinar Ursicino à noite, longe de seus soldados e sem nenhum julgamento prévio, porém, a vontade de Constâncio se suavizou no último momento e Ursicino escapou da morte. Depois disso, as calúnias recaíram sobre Juliano, recém-chegado à corte de Constâncio, que foi acusado de ter colaborado com seu irmão Galo¹⁷ enquanto estava em Constantinopla e de buscar conhecimentos liberais¹⁸ – por mais que tenha demonstrado não ter cometido crime algum, Juliano só não foi executado pela intervenção da imperatriz Eusebia. No capítulo XV.4, Amiano narra a campanha de Constâncio II contra os Lentienses, povo que invadia com frequência a fronteira romana na região da Récia. O interessante dessa campanha reside no fato de que, ao chegar à zona de conflito, Constâncio e Arbitião se reúnem para uma deliberação na qual decidem que seria melhor se o imperador ficasse afastado da ação protegido por alguns soldados. Liderando o exército, Arbitião cai em uma emboscada e depois se acovarda ante o avanço bárbaro, diante disso, a derrota romana só não foi certa pela ação de três tribunos que se lançaram sobre os inimigos defendendo a causa comum como se fosse própria (XV.4.10) – enquanto isso, Arbitião só retornou ao campo de batalha quando a vitória já estava garantida. E Amiano comenta que Constâncio voltou para os quartéis de inverno em *Mediolanum* triunfante e feliz¹⁹.

No capítulo XV.8, Amiano informa que a região da Gália estava sendo devastada pelos povos bárbaros, sem que ninguém conseguisse impedi-los. O imperador Constâncio II buscava uma maneira de resolver a situação sem sair de Itália, pois segundo Amiano, ele não desejava se colocar em perigo numa terra tão distante. A solução encontrada para esta situação foi compartilhar o

¹⁷ Juliano era meio-irmão de Flavio Claudio Constâncio Galo, que havia sido nomeado César por Constâncio II em 351. O governo de Galo foi marcado por abusos do poder e por um clima de insegurança narrados por Amiano no livro XIV das *Res Gestae*, ao final do qual o César Galo é executado.

¹⁸ Juliano e seu irmão Galo cresceram sob a vigilância de Constâncio II: em um primeiro momento eles foram entregues aos cuidados de Eusébio de Nicomédia e, após a morte deste, enviados para a fortaleza de *Macellum*, na Capadócia. Juliano, que sempre nutriu um grande interesse pela filosofia e literatura gregas, desenvolveu seus estudos em *Macellum* e depois viajou para Nicomédia e Pérgamo, onde travou contato com filósofos neoplatônicos. Quando Galo foi executado, Juliano foi convocado à corte e colocado sob a custódia do imperador, pois, Constâncio II temia que ele nutrisse as mesmas pretensões que seu irmão (Pereira, 2009, pp. 34-42). A imperatriz Eusébia interveio em favor de Juliano e o enviou para a cidade de Como, próximo a Milão, onde ele permaneceu durante algum tempo e, posteriormente, recebeu permissão para se dirigir à Grécia e concluir seus estudos (Amm. Marc. XV, 2.8).

¹⁹ “*Hocque exitu proelioterminato, imperator Mediolanum ad hiberna ovans revertit et laetus*” (Amm. Marc. XV, 4.13).

governo do Império com seu primo Juliano e para legitimar essa decisão Constâncio profere um discurso frente ao exército. Nesse discurso, o imperador se refere a Juliano como um jovem de ações brilhantes, respeitado com justiça por sua moderação²⁰, dono de um caráter vigoroso e tranquilo, apesar de ser jovem (*adulescens*)²¹. Ainda em seu discurso, Constâncio incube Juliano de livrar a Gália dos povos que a destruíam, enfrentando o inimigo de frente se preciso fosse e, segundo Amiano, a decisão de elevar Juliano à posição de César foi aclamada com alegria pelos soldados. Logo depois disso, Juliano se casa com a irmã de Constâncio e segue para a Gália. Nesse caminho ele é informado que a cidade de *Colonia* havia sido tomada e destruída pelos bárbaros, depois de enfrentar um duro cerco.

Os últimos capítulos do livro XV constituem uma longa digressão²² sobre a região da Gália, onde Amiano relata a origem do povo que habita a região bem como seus costumes e as características físicas do lugar, com destaque para a descrição dos *Alpibus Cotti*²³ e do curso do rio Rhodes. Em relação aos Alpes, o autor enfatiza que sua travessia é difícil em qualquer época do ano, pois seus cumes estavam sempre cobertos de uma grande quantidade de neve, o que deixava o solo muito escorregadio, e nos períodos do ano em que essa neve derretia, pedras começavam a se desprender do solo: independentemente da situação, caminhar pelo local era uma tarefa altamente perigosa e o número de homens e animais que caíam do alto dos montes com seus carros era espantosa. De maneira geral, pode-se dizer que objetivo dessa digressão é apresentar ao público ouvinte a região para onde Juliano estava sendo enviado depois de ter sido empossado César do Império Romano. Nessa descrição da Gália, Amiano deixa clara a posição estratégica ocupada pela cidade de *Colonia*, tendo em vista que ela funcionava como um ponto fundamental na defesa da parte ocidental da província de Germânia Segunda – essa consideração é importante para entender alguns dos fatos narrados nos livros subsequentes.

²⁰ “*ianque ellucentis industriae iuvenem*” (Amm. Marc. XV.8.8).

²¹ “*adulescens vigoris tranquillii*” (Amm. Marc. XV.8.10).

²² A digressão é formada pelos seguintes capítulos: XV.9 – descrição da origem dos galos; XV. 10 – descrição das características físicas dos Alpes; XV.11- elenca as partes constituintes da Gália e descreve o curso do rio *Rhodani* e XV.12 – descrição dos costumes dos galos.

²³ Alpes Suíços.

Voltando ao percurso de Ursicino em sua ação contra Silvano, o caminho que o comandante da cavalaria atravessa não é descrito no capítulo cinco, contudo, a minuciosa descrição dos Alpes, fornecida pelo autor alguns capítulos depois, é extremamente significativa. Amiano nos diz que aquele é um caminho difícil de ser atravessado, que o número de mortes em acidentes no local é muito grande, seja lá qual for a época do ano em que se passe por ali. No entanto, Ursicino percorreu esse caminho correndo contra o tempo, acompanhado por apenas dez homens, para assegurar o poder de um imperador que, de acordo com o julgamento de Amiano, mantinha pouco ou nenhum compromisso com a virtude e a justiça. Além disso, chega a ser irônico que tenha sido Ursicino o escolhido para lidar com uma ameaça ao poder imperial, quando sua própria vida tinha estado por um fio pouco tempo antes em função de intrigas tramadas por indivíduos que contavam com a confiança do imperador e da inclinação deste para escutar tais intrigas. Ao ignorar os prováveis revezes que Ursicino e seu grupo encontraram pelo caminho (os quais Amiano poderia descrever detalhadamente, já que ele estava entre os dez militares que acompanhavam o general da cavalaria) e privilegiando o fato de que eles percorreram tal caminho da forma mais rápida possível, tentado chegar a Silvano antes que os rumores de usurpação se espalhassem pelo Império²⁴, Amiano está exaltando a figura de Ursicino e louvando seus feitos enquanto general do Exército Romano. O itinerário percorrido por Ursicino estava longe de ser fácil, mas isso não atrasou nem o impediu de cumprir a missão que lhe foi dada com louvor: ele não desiste porque é um bom general, ele é *ambitiosus*, o que quer dizer que ele procura agradar seu imperador (Faria, 2003). A representação do espaço nesse caso se pauta pela oposição entre um Constâncio II volátil, que se deixa levar por intrigas, sendo muitas vezes injusto e um Ursicino dedicado ao seu posto de general, que mesmo sendo injustiçado não mede esforços para fazer aquilo que lhe é demandado.

O segundo deslocamento com o qual trabalharemos se encontra no segundo capítulo do livro XVI e envolve a figura de Juliano em sua campanha na região da Gália. Depois de passar um inverno muito atarefado na cidade de

²⁴ “*Festinamus itaque itineribus magnis, ut ambitius magister armorum, ante allapsum per Italicos de tyrannide ullum Rumoren, in suspectis finibus appareret, verum cursim nos properantes aëria quandam via antevolans prodiderat Fama et Agrippinam ingressi, invenimus cuncta nostris conatibus altiora.*” (Amm. Marc. XV, 5.24).

*Viennam*²⁵, atuando como cônsul no ano de 356, Juliano toma conhecimento de que as muralhas da antiga cidade de *Augustuduni*²⁶, que já estavam desgastadas pela ação do tempo, haviam sido derrubadas pelos bárbaros em um ataque repentino. Segundo a narrativa de Amiano, depois de cuidar dos preparativos necessários, sem se esquecer das suas obrigações como cônsul e rejeitando os prazeres e luxos oferecidos pela corte, Juliano chega a *Augustuduni* como se fosse um general de força e prudência reconhecidas²⁷ com a intenção de combater os bárbaros assim que a oportunidade se apresentasse. Com esse objetivo, o César lança mão de um guia local que pudesse indicar qual era o caminho mais seguro para chegar à cidade de *Autosudorum*²⁸. Contudo, ao tomar conhecimento de que, pouco tempo antes, Silvano tinha percorrido com dificuldade o caminho entre as duas cidades por um itinerário mais curto, porém, mais perigoso por atravessar zonas de vegetação muito espessa, seguido por oito mil soldados, Juliano decide fazer o mesmo trajeto. Amiano ressalta que Juliano não só imita o feito de Silvano, como o faz com mais prudência, já que vai acompanhado por apenas alguns soldados – o restante do exército é enviado para a cidade de *Remos*²⁹ com ordens para armazenar alimentos suficientes para um mês e esperar a sua chegada (Amm. Marc. XVI, 2).

Nesse ponto, é interessante notar que Juliano resolve imitar o feito de um general que havia morrido em função da volatilidade de Constâncio II em matéria de intrigas e conspirações. Amiano deixa muito claro em sua narrativa que não considera a morte de Silvano justa: este teria sido um comandante da infantaria que demonstrou grande eficácia em acabar com as revoltas dos bárbaros³⁰, um inocente que perdeu a vida³¹ por ter sido vítima de uma teia de mentiras e intrigas. E o mais importante, o caos que imperava na região da Gália quando Juliano foi mandado para lá se estabeleceu após a morte de Silvano, pois, enquanto estava vivo, este general conseguiu manter as revoltas locais sob controle. O que Amiano faz em sua narrativa é destacar o caráter vicioso de Constâncio II, que teria se apresentado em dois momentos consecutivos: (1) quando ele permitiu que um inocente morresse de forma indigna por dar

²⁵ Atual cidade de Viena, Áustria.

²⁶ Atual cidade de Autún, França

²⁷ “*velut dux diuturnus viribus emínens et consiliis*” (Amm. Marc. XVI, 2.2).

²⁸ Atual cidade de Auxerre, França.

²⁹ Atual cidade de Reims, França.

³⁰ “*Silvanus pedestris militiae rector, ut effícax ad haec corrigenda*” (Amm. Marc. XV, 5.2).

³¹ “*vitam pulsaturum insontis*” (Amm. Marc. XV, 5.5).

ouvidos a intrigas tramadas por pessoas traiçoeiras e não averiguar os fatos com a devida propriedade e (2) por mandar Juliano resolver uma situação que ele mesmo tinha provocado, pois ele desejava pacificar a Gália sem ter que sair da Itália.

Voltando ao trajeto percorrido por Juliano, ao chegar a *Autosudorum* César faz uma parada para que seus soldados pudessem recobrar as forças – algo que era seu costume³² -; depois disso, os flancos são reforçados por temor a um ataque inimigo e o grupo parte para *Tricasinos*³³. Nessa parte do percurso, Amiano nos conta que Juliano e os poucos soldados que o acompanhava enfrentam alguns grupos bárbaros que encontram pelo caminho, vencendo a muitos e deixando que outros fugissem ilesos – pois o peso das armas tornava uma perseguição inviável. Em *Tricasinos*, Juliano se depara com uma população em pânico pela multidão de germanos que cercavam a cidade, depois de conseguir atravessar os portões e garantir que os cavalos estivessem descansados, e não considerando prudente permanecer muito tempo naquela cidade, Juliano se coloca em marcha para *Remos*, onde o seu exército o aguardava. A partir daí, Juliano e suas tropas continuam avançando pela Gália controlando o caos que imperava na região e a todo o tempo o César “se mostrava sempre precavido e prudente, qualidade essencial nos grandes generais, que costumam proteger a vida e os recursos dos exércitos”³⁴. Cabe ressaltar que no capítulo XVI.3, Juliano marcha para *Colonia* com o objetivo de retomar a cidade e só parte dali quando consegue firmar a paz com os reis francos e de restaurar as fortificações da cidade.

Amiano compara Juliano a um experto general de força e prudência reconhecida, contudo, ele deixa a entender que isso é apenas uma comparação, já que Juliano era muito jovem para ter tamanha experiência; Constâncio II também se refere a Juliano como um *adulescens* no discurso que o nomeia como novo César, (XV, 8.10). Ambas as caracterizações são tendenciosas: por um lado, o objetivo de Amiano é enaltecer a figura de Juliano e ao fazer referência à sua pouca idade, ele procura passar para o seu público a ideia de que, apesar da juventude, o César agia com prudência e sabedoria, cuidando de

³² “*ubi brevi (sicut solebat) otio cum milite recreates*” (Amm. Marc. XVI, 2.6).

³³ Atual cidade de Troyes, França.

³⁴ “*erat providus et cunctator, quod praecipuum bonum in magnis ductoribus, opem ferre solet exercitibus et salutem*” (Amm. Marc. XVI, 2.11).

seus soldados e sendo leal aos interesses do Império, ansiando por combater e derrotar os povos que pressionavam as fronteiras – e ele realiza essa tarefa estando à frente do exército, sendo o primeiro a se expor aos perigos da batalha, e não atrás em segurança; por outro lado, a caracterização feita por Constâncio³⁵ coloca Juliano como *adulescens* com o intuito de desvalorizá-lo: ele era muito jovem para conseguir cumprir a missão que lhe estava sendo dada já que generais mais experientes não tinham conseguido livrar a Gália dos ataques bárbaros que a estavam destruindo sistematicamente. A distância total entre *Viennan* e *Remos* é de aproximadamente quatrocentas e trinta e duas milhas romanas³⁶ ao longo das quais Juliano não deixou de cumprir o papel de um bom comandante, sempre tomando as decisões mais prudentes e nunca deixando de se ater às necessidades de seus soldados, apesar de sua pouca idade tão cantada na obra. Nesse caso, a representação do espaço se constrói por meio da oposição entre as figuras de Juliano e de Constâncio II, onde a descrição dos itinerários percorridos pelo primeiro tem como objetivo caracterizar o César como um comandante sábio, justo e que coloca o bem dos seus soldados acima de tudo.

Conclusão

A análise da construção do espaço nas *Res Gestae* de Amiano Marcelino demonstra que Geografia e História estão mais interligadas do que podemos imaginar. Peter Gould e Rodney White definiram a construção de um mapa mental a partir de elementos subjetivos, como as informações disponíveis sobre os diferentes lugares, a atratividade pessoal por determinados cenários em detrimento de outros, além de fatores culturais, políticos e econômicos. Amiano Marcelino foi um militar grego que é lembrado como o último grande representante da historiografia latina, ele tinha uma visão de mundo característica de sua época, vivendo no século IV d.C., período em que a cidade de Roma tem uma importância simbólica muito maior que uma importância de fato no que diz respeito à administração imperial. O Império tinha uma nova capital, Constantinopla e, no entanto, a cidade permanece inexpressiva na obra

³⁵ Aqui é preciso lembrar que é Amiano quem coloca essas palavras na boca de Constâncio II e, tendo em vista que Juliano é o modelo de governante para o autor, que essas palavras são altamente tendenciosas no intuito de dar espaço a interpretações negativas das atitudes do imperador.

³⁶ Aproximadamente 640 km, de acordo com mediação realizada no “*Barrington Atlas of the Greek and Roman World*” (Talbert, 2000)

de Amiano, como uma tentativa negar a perda de importância de Roma. Conforme aponta Juliana Marques (2011, p. 173),

ao mesmo tempo em que Roma permanece como centro inquestionável do Império Romano, os acontecimentos narrados por ele revelam o verdadeiro caráter da cidade, quase irrelevante como centro político. De fato, o que se sobressai para Amiano é, em última instância, o caráter simbólico da cidade de Roma, *urbs aeterna*.

Essa inexpressividade política de Roma faz com que os centros do poder imperial da narrativa de Amiano Marcelino não sejam locais fixos, mas residam nos próprios imperadores e nos elementos que o circundam, tais como suas cortes e seus exércitos. E é exatamente essa situação de centros de poder constantemente deslocados que conferem uma riqueza de descrições itinerárias que permitem identificar mapas mentais presentes no texto. Nesse sentido, o espaço em Amiano seria a junção da maneira como ele utiliza os princípios da tradição historiográfica, que determinam o que e, principalmente, como ele deve escrever sua história, com a *desirability* proposta por Gould e White, que é fruto de sua experiência e compreensão individual do mundo a sua volta, de sua condição enquanto *miles et Graecus*.

A representação da realidade na narrativa passa pela subjetividade do autor, de forma que nunca podemos tomar seu relato por verdade incontestável ou fiel expressão da realidade, levando sempre em consideração seu momento histórico e a posição social que ocupava, na tentativa de entender as motivações por trás da produção de suas *Res Gestae*. A construção do espaço em Amiano Marcelino não pode ser dissociada das atitudes subjetivas do autor em relação aos personagens de sua narrativa. As *Res Gestae* não escondem que Juliano era o seu modelo ideal de governante: todos os outros imperadores presentes no texto não são dignos o suficiente, sempre cometendo faltas e se entregando aos prazeres da vida. Juliano seria a exceção, o imperador filósofo e pagão tão louvado por Amiano e odiado pelos cristãos.

As abundantes descrições presentes na narrativa de Amiano evocam uma imagem das regiões descritas nas mentes dos leitores, mesmo em relação aos elementos mais dinâmicos, essas frequentes descrições do espaço geográfico corroboram a preferência dos antigos pela descrição verbal em detrimento da

representação pictórica do espaço (Janni, 1984, p. 17). A noção de espaço do mundo antigo é *hodológica*, um espaço centrado no ego onde, a cada momento, o viajante se posiciona em relação à sua própria orientação espacial, buscando referencias que sejam capazes de orientar o seu caminho e transpor para esse mundo antigo as concepções de espaço presentes na atualidade seria negar aos antigos a posse de uma visão de mundo própria, o que de maneira alguma pode ser feito.

Bibliografia

Fontes:

AMMIANUS MARCELLINUS. *Roman History*. 3 vols., Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985. (The Loeb Classical Library)

AMIANO MARCELINO. *Historia*. Edición y traducción de M^a Luisa Harto Trujillo, Madrid: Akal-Clásica, 2002.

Obras gerais:

BARNES, Timothy D. *Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998.

BARRERA, José Carlos Bermejo. Pensando el espacio: entre la geografía y la historia. *Gallaecia*, vol. 29, 2010, pp. 285-298.

BRODERSEN, Kai. The representation of geographical knowledge for travel and transport in the Roman world: *itineraria non tantum adnotata sed etiam picta*. In: ADAMS, Colin; LAURENCE, Ray. *Travel and Geography in the Roman Empire*. London and New York: Routledge, 2001, pp. 7-21.

_____. Mapping (In) the Ancient World. *The Journal of Roman Studies*, vol. 54, 183-190, pp. 2004.

_____. *Terra Cognita: Studien zur römischen Raumerfassung*. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1995.

CAMERON, Averil; CAMERON, Alan. Christianity and Tradition in the historiography of Late Antiquity. *The Classical Quarterly*, New Series, vol. 14, n. 2, Nov. 1964, pp. 316-328.

CARVALHO, Margarida Maria de. A heroificação do imperador Juliano no relato de Amiano Marcelino. *LPA: Revista de História*, n. 6, 1996, pp. 169-174.

CARVALHO, Margarida et al. Barbarização do exército romano e renovação historiográfica: novas perspectivas sobre o tema. *História Questões & Debates*, n. 48/49, Curitiba: Editora UFPR, 2008.

COUCLELIS, Helen; GALE, Nathan. Space and Spaces. *Geografiska Annaler*, Series B, Human Geography, vol. 68, n. 1, 1986, pp. 1-12.

DILKE, O. A. W. *Greek and Roman Maps*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1998.

DOWNS, Roger; STEA, David (Eds.). *Image and Environment: Cognitive Mapping and Spatial Behavior*. Ney Jersey: Aldine Transaction, 2009.

FARIA, Ernesto. *Dicionário Latino-Português*. Belo Horizonte: Garnier, 2003.

GUZMÁN ARMARIO, Francisco Javier. *Romanos y bárbaros en las fronteras del Imperio romano según el testimonio de Amiano Marcelino*. Madrid: Signifer, 2006.

HARTO TRUJILLO, M^a Luisa. Introducción. In: AMIANO MARCELINO. *Historia*. Edición y traducción de M^a Luisa Harto Trujillo. Madrid: Akal-Clásica, 2002, pp. 13-93.

JANNI, Pietro. *La mappa e il periplo: Cartografia antica e spazio odologico*. Roma: Università di Macerata, Pubblicazioni della Facoltà di Lettere e Filosofia, 1984.

KELLY, Gavin. *Ammianus Marcellinus – The Allusive Historian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LÓPEZ RAMOS, Jorge. Excursus, etnografia y geografía: un breve recorrido por la tradición historiográfica antigua (de Heródoto a Amiano Marcelino). *NOVA TELLVS*, vol. 26, n. 1, 2008, pp. 259-319.

MARQUES, Juliana Bastos Muito além da geografia, o espaço cognitivo de Amiano Marcelino. *Clássica* (São Paulo), vol. 22, pp. 148-160, 2009.

_____. As faces de Roma e os centros do poder em Amiano Marcelino. *Dimensões*, Revista de História da UFES, 2011, pp. 173-178.

MENDES, Norma Musco. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. The Lonely Historian Ammianus Marcellinus. In: _____. *Essays in Ancient and Modern Historiography*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012, pp. 127-140

NICOLET, Claude. *Sapace, Geography, and Politics in the early Roman Empire*. Michigan: University of Michigan Press, 1991.

PEREIRA, Fernanda Coimbra da Costa. *Filosofia política, resistência e identidade no Baixo Império romano: um estudo sobre a reação dos filósofos neoplatônicos ao avanço do cristianismo (361-363)*. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SILVA, Gilvan Ventura da. História, verdade e justiça em Amiano Marcelino. In: JOLY, Fabio Duarte (Org.). *História e retórica*. Ensaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007, pp. 165-182.

TALBERT, Richard. Greek and Roman mapping: twenty-first perspectives. In: _____.; UNGER, Richard. *Cartography in antiquity and the Middle Age: fresh perspectives, new methods*. London: Brill, 2008, pp. 9-27.

_____. (Ed.). *Barrington Atlas of the Greek and Roman World*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

_____.; BRODERSEN, Kai. *Space in the Roman World, its Perception and Presentation*. LIT: Munster, 2004.

THOMPSON, E. A. *The historical work of Ammianus Marcellinus*. London: Cambridge University Press, 1969.

WOODWARD, David; HARLEY, J. B. *The History of Cartography*. Volume 1: Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

PODE-SE FALAR DE REVOLUÇÕES SOCIAIS NA ANTIGUIDADE TARDIA?

Uiran Gebara da Silva.¹

RESUMO: Este artigo busca ser uma apresentação de síntese dos resultados finais de minha pesquisa de doutorado. Tal pesquisa se constituiu em um estudo comparativo de duas revoltas rurais do Império Romano tardio: os bagaudas na Gália e os circunceliões na África. O eixo de construção dessa síntese é a busca dos horizontes políticos dessas revoltas, levando em consideração as diferenças de motivação e de atuação das revoltas nas duas regiões. Além disso, considera-se também a transformação na historiografia social das regiões rurais do Império Romano nos séculos III, IV e V d.C. que permite explicitar os limites e potenciais políticos dessas revoltas de acordo com a experiência vivida dos rebelados e também que se qualifique bem mais precisamente o lugar dessas revoltas em uma história das classes subalternas.

PALAVRAS-CHAVE: Revoltas rurais; Campesinato romano; Bagaudas; Circunceliões; Antiguidade Tardia;

ABSTRACT: This paper presents a synthesis of the author's doctoral research results. That research was a comparative study of two sets of rural rebellions of the Later Roman Empire: the bagaudae in Gaul and the circumcellions in Africa. The basis on which that synthesis is constructed is the political horizons of those rebellions, taking into consideration the differences of motivation and agency of the rebels in the two Roman provinces. Moreover, the paper regards also the changes in the social historiography of the 3rd to 5th centuries Roman countryside, putting into context the class experience of the rebels, and making explicit the rebellions political limits and potentials. It also allows a better evaluation of the place of those rebellions in the attempt of production of History of the subaltern classes.

KEYWORDS: Rural rebellions; Roman Peasantry; Bagaudae; Circumcellions, Late Antiquity.

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Pós doutorando do Departamento de História da USP.

Pode-se falar de revoluções sociais na Antiguidade Tardia? A resposta direta e sem rodeios é não. Não se pode. Muito embora uma pergunta semelhante tenha sido feita há cerca de 30 anos por Santo Mazzarino, um dos maiores historiadores desse período, ela foi feita em um contexto social e historiográfico que dava um enorme sentido a tal questão; a resposta foi semelhante (Mazzarino, 1961, pp. 410-425). Acredito que, nos tempos atuais e depois de algumas transformações na historiografia social do Mundo Antigo, seja possível e necessário reformular essa questão para fazer jus aos horizontes de atuação dos homens e mulheres de sociedades pré-capitalistas.

Tenho estudado há algum tempo um conjunto de revoltas rurais que aconteceram na Gália, na Hispânia e na África romanas dos séculos III a V d.C., movimentos que eram centrais para a apresentação da questão feita por Santo Mazzarino em 1980: os bagaudas (*baacaudae*) e os circunceliões (*circumcelliones*), estes também chamados de agonísticos (*agonistici*).

As revoltas dos bagaudas apareceram no final do século III nas regiões rurais da Gália, e foram combatidas por Maximiano pouco tempo depois da ascensão de Diocleciano. No século V, após a crise militar causada pela travessia do rio Reno pelos povos bárbaros, novamente ocorrem revoltas rurais em diferentes lugares da Gália e posteriormente na Hispânia, às quais a documentação identifica com o mesmo termo: os bagaudas. Já as ações dos assim chamados circunceliões distribuem-se entre meados do século IV até inícios do século V, em sua maior parte nas regiões interioranas da Numídia. As ações destes, no entanto, aparecem dentro de um contexto documental bem específico: os textos de polêmica entre o grupo de Agostinho e aquilo que ele denomina “cisma” donatista. Por causa disso, é necessário ter em mente a conexão dessas revoltas rurais com as práticas e as disputas do(s) cristianismo(s) africano(s).

Minha investigação buscou comparar os dois movimentos para verificar em que medida o contexto social e a experiência de classe (no cotidiano de vida e de trabalho) das comunidades das zonas rurais foram fatores determinantes para a ocorrência dessas revoltas. Essa hipótese se contrapunha inicialmente à maior parte da historiografia recente sobre ambas as revoltas, que acentua ou se concentra em outros fatores como elementos determinantes, e que, simultaneamente, ignora ou desqualifica explicitamente a experiência de classe

e o conflito de classes como elementos de compreensão dessas revoltas. A historiografia sobre bagaudas do século XIX e XX pode ser dividida em três temas enfatizados em diferentes proporções dependendo do autor: a dimensão “nacional” ou étnica em termos de uma resistência celta ou gaulesa à dominação romana, uma interpretação dessas revoltas em termos do fenômeno do banditismo, ou o seu caráter camponês de resistência aos impostos e, em alguns autores, ao desenvolvimento das leis do colonato no Império tardio.² Já a historiografia correspondente sobre os circunceliões também apresentava uma ênfase diferenciada entre as seguintes opções: heresia, na forma de um braço armado do cisma donatista, um movimento religioso com um forte caráter também “nacional” ou étnico transitando entre o berbere e o púnico, ou o movimento de resistência de trabalhadores rurais.³

Contudo, as respectivas historiografias mais recentes (das últimas três décadas) sobre os bagaudas e os circunceliões se caracterizaram pela recusa da perspectiva de classe como fator de compreensão das ações desses movimentos. A historiografia sobre os bagaudas abandonou a perspectiva étnica/nativista e reduziu a condição de classe dos revoltosos, como camponeses, à sua submissão aos potentados locais gauleses, de forma que os bagaudas formariam com esses uma espécie de aliança contra o Estado imperial, opressor de *honestiores* e *humiliores* locais. E, por sua vez, a historiografia sobre os circunceliões, abandonando a ideia de conexões imediatas e orgânicas entre os circunceliões e os donatistas, assim como as perspectivas nativistas, voltou-se cada vez mais para uma problemática da violência religiosa e para uma interpretação anacrônica dos circunceliões como monges errantes fanáticos.⁴

É importante notar que, nas fases anteriores de ambos os conjuntos historiográficos, as condições de pertença a classes subalternas concorriam com os outros fatores explicativos e uma sobreposição de fatores era bem comum. E nesse contexto, as teorias com maior vigência foram aquelas que reconheciam, dentre inúmeros fatores, a centralidade das expectativas e interesses das classes subalternas rurais em suas diversas configurações: camponeses, escravos ou

² Pode-se citar como exemplo do primeiro tema, Hubert (1932), do segundo tema, Julian (1926) e do terceiro tema, Thompson (1952).

³ É importante ter em mente que a questão social estava presente em todos esses autores, cf. respectivamente Brisson (1958), Calderone (1967), Frend (1951), Saumagne (1934).

⁴ Cf. como mais emblemáticos para os bagaudas, Van Dam (1985), e para os circunceliões, Pottier (2008).

trabalhadores sazonais. Nas interpretações mais recentes, inversamente, quase nenhum valor cognitivo se dá para essas expectativas e interesses, e busca-se entender as revoltas sempre a partir de determinações externas ao cotidiano das comunidades rurais. E mesmo quando se reconhecem as condições de classe, elas nunca são configuradas em termos de capacidade de ação própria: ora são apropriadas pela instrumentalização feita pelos patronos locais, como é o caso com a ortodoxia mais recente sobre os bagaudas, ora são naturalizadas, de forma a colocar a ênfase da iniciativa das revoltas puramente em termos de conflito e violência religiosa, como é o caso dos circunceliões.

Essas historiografias mais recentes distanciaram-se de uma história vista de baixo, isto é, de uma busca pela história desses levantes do ponto de vista da iniciativa, da capacidade de organização e do impacto das ações das classes subalternas.⁵ Tal distanciamento foi resultado principalmente do esforço dos historiadores mais recentes em desenraizar essas revoltas, de forma que, por meio de leituras engenhosas da documentação, das quais não pretendo realizar a crítica neste texto, foram considerados pouco importantes os claros indícios de pertença dos revoltosos de ambas as regiões a comunidades rurais, assim como as evidências de que as revoltas respondiam a questões colocadas pelo contexto de exploração do trabalho rural dessas comunidades.⁶ E é nesse último ponto que me concentrarei, esboçando os horizontes políticos das revoltas nas duas regiões, o que me auxiliará, por fim, a recolocar a pergunta que intitula este texto.

As teorias de explicação dessas revoltas de um ponto de vista do conflito de classes tendiam a situá-las dentro de um cenário que articulava uma profunda crise econômica da formação social do Império, uma crise pautada pela crise do escravismo ou do modo de produção escravista, na forma da interrupção do fornecimento da mão de obra no século II, e que desembocava em um processo de reforço linear da dominação aristocrática sobre os trabalhadores rurais, concluído e estabilizado no século VI.⁷ Esse reforço se baseava na interpretação do aparecimento de uma legislação fiscal sobre os

⁵ Aqui me ateno primordialmente ao sentido dado por Harvey Kaey a esta abordagem, cf. Kaye (1984).

⁶ Entendo a organização social e as relações de trabalho dessas comunidades basicamente nos termos de sociedades camponesas, nas quais a exploração e a extração do excedente se dão pela renda por contrato ou por tributação, cf. Vera (1986), Ste. Croix (1998), Garnsey (1998).

⁷ Dois trabalhos são particularmente explícitos: Staerman, (1980) e Anderson (2000 [1975]).

camponeses não proprietários como uma redução de seus direitos e liberdades, que seria articulada, com a queda do Estado imperial no “Ocidente”, com o desenvolvimento de formas de dominação pessoal direta pela aristocracia. Esse cenário era bem consensual até os anos 1980, mas não é mais, tendo sido posto em questão por um conjunto de estudos que partem tanto do refinamento da compreensão das estruturas literárias das fontes textuais, quanto da profusão de estudos arqueológicos na área da Antiguidade Tardia.⁸

O cenário social que adoto para a compreensão dessas revoltas surgiu em resposta a mudanças na historiografia e na arqueologia desses três séculos. Nesse novo cenário, a crise do século III é fundamentalmente política e militar, com a reorganização da potência persa sob os sassânidas reconfigurando o equilíbrio de poder e exigindo uma respectiva reorganização do Estado romano.⁹ A dimensão social e econômica dessa crise, ao se olhar a formação social como um todo, está muito mais próxima de um processo de reajuste do crescimento excepcional dos séculos I a.C. a II d.C. a padrões típicos de sociedades pré-capitalistas do que uma crise de mão de obra escrava (interpretação que ainda valeria, talvez, para as regiões rurais da Itália).¹⁰ No que diz respeito às relações de produção e circulação entre os séculos III e V, o conjunto das evidências tem permitido uma interpretação que encontra processos de intensificação da produção e desenvolvimento em grande escala de comércio inter-regional, regional e até mesmo local, um padrão que é encontrado com muita força na África e com menor intensidade na Gália e na Hispânia. Tal padrão de intensificação pode ser desdobrado nos seguintes fatores: a) reorganização do sistema tributário estatal; b) crescimento de assentamentos; c) monetarização e presença de produtos artesanais em larga escala em regiões previamente não monetarizadas e nas quais tais produtos estavam ausentes. Esses fatores podem expressar as seguintes relações sociais: 1) desenvolvimento de estruturas legais de maior controle da mão de obra camponesa a partir do Estado; 2) concentração de propriedades (não na forma de latifúndios, mas na posse fragmentada de inúmeras parcelas em escala inter-

⁸ Há obras de síntese dessas mudanças, cf. Grey (2011) e Bowden, Lavan & Machado (2004).

⁹ Heather, Peter. *The Fall of the Roman Empire. A new History of Rome and the barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

¹⁰ Teve grande impacto sobre essa questão o artigo de Richard Saller (2005).

regional); 3) expansão de mercados locais, regionais e inter-regionais.¹¹ Esse desenvolvimento de mercados locais com impacto inclusive nas regiões rurais tem permitido algumas interpretações de que isso se refletiu em uma melhora dos padrões de vida no campo.¹² Tal leitura não leva em conta, no entanto, que tal intensificação parece acompanhar um processo de aumento das taxas de exploração do trabalho camponês, na forma de maior controle da extração das rendas rurais e da concentração da propriedade. É importante enfatizar que esse processo é profundamente dependente do Estado romano.

Nesse cenário, o conceito chave para a compreensão das revoltas é a crise da hegemonia aristocrática no campo.¹³ Mas isso aparece de forma diferenciada nos dois conjuntos de revoltas.

As ações dos bagaudas no fim do século III d.C. ocorrem em um momento de resolução de uma profunda crise política e militar no Império Romano como um todo, mas que teve impactos importantes na Gália. Em meio a uma série de conflitos militares contra povos bárbaros, houve uma série de generais locais que se intitularam imperadores e que tentaram lidar com a crise militar e política. Com esses homens derrotados, e com o Império unificado sob o comando de Diocleciano, as revoltas dos bagaudas são mencionadas pela primeira vez. As revoltas iniciais dos bagaudas, no século III, estariam localizadas no início dos processos acima descritos e parecem ser mais uma resposta à crise política e militar do século III e à instabilidade da dominação ideológica.¹⁴ As ações dos bagaudas que são descritas pelas fontes neste contexto são o ataque a cidades e a plantações. Um dos documentos, um panegírico a Maximiano, detalha que eles teriam atacado os seus próprios cultivos, inclusive.¹⁵ Embora a falta de detalhamento das fontes torne difícil delinear de forma definitiva as razões para esse tipo de ataque, essas ações podem ser explicadas em termos de insatisfação dos *rustici* com o grau de extração das rendas fundiárias ou até mesmo a tributação. Uma outra

¹¹ Reproduzo aqui a argumentação de Chris Wickham (2005), que penso ser a síntese que melhor responde as questões levantadas até agora.

¹² Cf. a defesa da civilização romana nesses termos de Brian Ward-Perkins (2005) assim como seu artigo sobre assentamentos rurais na Cambridge Ancient History: Ward-Perkins (2000). Especificamente para a África romana, cf. Dossey (2010).

¹³ A crise da hegemonia aristocrática também está presente no modelo proposto por Chris Wickham (2005).

¹⁴ *Panegirici Latini* 2 (10) 4.1-4, 5.1, 6.1; 3 (11) 3.4-5 5.3 ; 7 (6) 8.3 Eutropius, *Breviarium*: IX, 20 Aurelius Victor, *Liber de Cesaribus*: XXXIX, 17.

¹⁵ *Panegirici Latini* 2 (10) 4.3-4.

possibilidade de explicação é que tais ações podem ser entendidas como reação à reorganização das relações de propriedade (concentração) que teriam se iniciado em meados do século III. A repressão contra eles é feita diretamente por Maximiano, como uma das primeiras intervenções de Diocleciano, e é sistematicamente rememorada nos panegíricos em homenagem a Maximiano quando este se torna augusto. Ao contrário do que se esperaria, a repressão de Maximiano é rápida e busca antes a dispersão do que a aniquilação dos revoltosos, o que concorda com a ênfase que os panegíricos dão à ideia de perdão e misericórdia da parte de Maximiano. Essa ênfase no perdão dos revoltosos condiz à necessidade de pacificação da mão de obra camponesa e restabelecimento da normalidade de trabalho da parte do Estado.

No final do processo social de intensificação descrito acima, as revoltas dos bagaudas no século V são claramente associadas à insatisfação com a tributação por Salviano de Marselha.¹⁶ Esse polemista cristão aponta como a origem dos bagaudas a insatisfação, mas ela não recai numa recusa pura e simples da tributação, como se o Estado romano fosse um ente distante; em sua descrição, o problema reside na manipulação da cobrança de impostos feita pelos responsáveis locais pela cobrança, a aristocracia local, que operacionaliza e distorce o sistema de cobrança e isenções a seu favor. Isso é acrescido da manipulação dos limites e fronteiras entre terras de grandes e pequenos proprietários, o que acarretaria o empobrecimento dos pequenos proprietários para a condição de arrendatários. Assim, na descrição de Salviano, o que se vê é a íntima relação entre as formas de dominação da aristocracia local sobre as regiões rurais e o aparato estatal romano.¹⁷ Adicionalmente, o que se encontra no conjunto documental do século V é uma sequência de revoltas que vão paulatinamente se encaminhando na direção da sedição, na criação de um domínio territorial autônomo da “Sociedade Romana”.¹⁸ Nestes termos, é possível interpretar isso como um processo de constituição de um programa de autonomia política das comunidades de trabalhadores rurais em relação à ideologia e às formas da política aristocrática romana. Outro elemento

¹⁶ Salviano de Marselha, *De Gubernatione Dei*: 5.21-26.

¹⁷ Salviano de Marselha, *De Gubernatione Dei*: 5. 27-37

¹⁸ Rutilio Namatiano, *De Redito Suo*: I. v.213-216; Zozimus, *Historia Nova*: 6.2.5; 6.5.2-3; *Chronica Gallica de 452*, *Chronica Minora*, *Monumentae Germanicae*: 117.119, 127, 133; Constantius, *Vita S. Germani*: 28.40; Merobaudes, *Panegyricus*: 2.8-22; Sidonio Apolinario. *Carmina v 210-3; vii 246-8*; Jordanes, *Getica*: XXXVI .191. A retirada da sociedade romana é descrita explicitamente pelo cronista gaulês.

significativo que aparece na documentação é a perspectiva de aliança de classe dos *rustici* e *agricolae* (a composição social dos bagaudas, segundo a documentação) com os *servi* de algumas das fontes. Isso corresponde a outro fator que sinalizaria um processo de constituição política autônoma das comunidades rurais, na forma embrionária de uma construção ideológica contra-hegemônica. A hegemonia das relações de patronagem rural da aristocracia romana estaria sendo posta em cheque. Assim, é possível dizer que as relações de dominação que dependiam dialeticamente da existência do Estado romano estariam enfrentando a oposição desses grupos rebeldes, tendo como base a descrição de Salviano dos mecanismos de exploração como geradores das revoltas, assim como os fatores de desenvolvimento econômico mencionados anteriormente, que podem ter acirrado as tensões de classe até mesmo no interior de comunidades rurais da Gália, quando se dá a crise do Estado romano no século V, uma crise que resultou em uma efetiva desarticulação do Estado inter-regional romano e na criação de unidades políticas e econômicas de menor escala.

As revoltas rurais dos circunceliões por parte da documentação ocorrem de meados do século IV a inícios do V. Mas é necessário ressaltar uma importante distinção: as menções às ações dos circunceliões foram registradas em meio a uma disputa pela legitimidade como a Igreja Cristã africana entre dois partidos, os cecilianistas (que a historiografia moderna costuma naturalizar como os “católicos”) e os donatistas.¹⁹ Dentro desse conjunto de menções produzidas majoritariamente pelos cecilianistas, uma leitura pouco crítica produz a impressão que os circunceliões seriam uma espécie de braço armado dos donatistas.²⁰ Essa leitura não dá conta de certas contradições internas dos textos polêmicos e da documentação legal do mesmo período,²¹ que sustentam uma interpretação mais ampla do termo “circunceliões”: como uma categoria de trabalhadores sazonais, que erravam pelos mercados em busca de emprego na

¹⁹ A obra clássica sobre os donatistas é o já mencionado trabalho de Frensd (1951). O estudo mais metuculoso atualmente é o de Brent Shaw (2011). Acompanho aqui a desconfiança de Maureen Tilley quanto à ortodoxia do “catolicismo” do partido de Agostinho, cf. Tilley (1997).

²⁰ Optatus de Milevis, *Contra donatistas*. III.4; Agostinho, *Epistolae*: 23.6-7; 29.12; 35.2; 43.24; 51.3; 53.6; 76.3; 76.2; 81.1-7; 86; 87.4-8; 87.8-12; 88.10; 93.17; 100; 100.2; 105.1-7; 105.3-4; 106; 107; 108. 5, 14, 16,18; 111.1; 131.1; 134.2; 139.1-2; 185; 185.8, 12, 15, 25-27, 30, 40; *Contra Gaudent*. I 6.7; 22.25; 27.30; 28.32; 31.37; 36; 46; *Enar. In Psalm.*: 54.26; 132.3, 4, 6; Possídio, *Vida de Agostinho*: Cap 10;12

²¹ *CTh* 16, 5, 52

época da colheita, principalmente das uvas. Esses grupos de trabalhadores seriam sistematicamente utilizados (seja por contrato, seja por genuína militância cristã, as dimensões podem se complementar) como milícias violentas. Os contextos de sua aparição seriam: a tomada de propriedades eclesiásticas alheias, sempre fazendo valer a decisão *ad hoc* do poder público, que ora decidia em favor dos cecilianistas, ora em favor dos donatistas; e o espancamento com a eventual morte ritual de clérigos que passavam de um lado para o outro, esse espancamento contra traidores também aparece como recorrente em ambos os lados e exibe uma característica clara de violência ritual.²² E nesse sentido, Agostinho, um dos principais responsáveis pela construção da vitória dos cecilianistas e da sua consolidação como ortodoxia, parece estar sistematicamente escondendo ou justificando o uso desses bandos violentos pela parte que apoiava. Agostinho e, antes dele, Optato de Milevis conseguiram habilmente esconder suas associações com bandos violentos e construir uma associação orgânica entre os donatistas, os circunceliões que os apoiavam como bandos violentos e um tipo bem específico de circunceliões, que são os responsáveis pelas revoltas rurais, os agonísticos. Essa construção foi um dos pilares de convencimento para o Estado romano considerar os donatistas uma ameaça à ordem social e transformá-los em heresia.²³

A denominação “agonísticos” ocorre precisamente nos relatos de rebelião rural. Esses relatos, presentes em Optato e Agostinho,²⁴ apresentam múltiplas ações que podem ser consideradas de resistência à exploração das comunidades rurais: o controle da cobrança de dívidas por meio da escrita de cartas de ameaça e a ação coletiva para a expulsão dos credores; o ataque a homens bons (*pater familias*), com a libertação de escravos e até mesmo a colocação dos senhores na posição dos servos; e a expropriação de terras. Todas essas ações parecem ter sido coordenadas a partir de uma cosmovisão e uma ritualística cristã que se aproximaria do cristianismo organizado com base no culto aos mártires da perseguição de Diocleciano, no qual também se baseava o cisma donatista. As principais evidências dessa dimensão religiosa das ações

²² Shaw (2011), *Passim*.

²³ O que fica claro nas declarações de Marcelino, o oficial imperial responsável pelo encaminhamento e aplicação das sanções na conferência de Cartago em 411, cf. *Atas da Conferência de Cartago de 411*. Capítulos das Atas: III. 297; Atas: III. 174; Edito.

²⁴ Optatus de Milevis, *Contra donatistas*. III.4; Agostinho, *Epistolae* 108, 185; *Contra Gaudent.*: I.

dos agonísticos são a sua liderança, que é imputada a alguns homens denominados “generais dos santos”, e o grito de “Deus é louvado (*Deo laudes*)”. Por outro lado, o confronto e o discurso contra as autoridades seculares é um elemento que tende a diferenciar a atuação do clero donatista da dos agonísticos, o que Optato e Agostinho precisam reconhecer algumas vezes.²⁵ Quando tomadas em conjunto, essas ações situam-se muito mais dentro de um paradigma reivindicatório e de controle popular da justiça, pensada em termos de uma justiça cristã, do que do modelo de sedição que se encontra nos bagaudas, já que não se pode falar da construção de um domínio territorial ou estruturas de governo local. O horizonte político dos circunceliões agonísticos pode ser entendido em termos de construção de um programa de autonomia dos interesses das comunidades rurais em relação aos da classe dominante, contando com a apropriação de certos instrumentos legais de negociação, como as cartas, e a perspectiva de aliança com os escravos, configurando-se nos termos de uma economia moral da multidão. Tal política deve ter sido considerada ameaça suficiente à ordem social romana para que fosse reprimida. E conseqüentemente, a construção da associação entre essa ameaça à ordem e os donatistas foi muito importante na economia do argumento dos cecilianistas contra os donatistas, porque a ameaça contra a ordem social nas regiões rurais da Numídia que os agonísticos representavam provavelmente foi o que inclinou o Estado a apoiar de forma definitiva o lado dos cecilianistas.

Pode-se enfim, falar de revoluções sociais na Antiguidade Tardia? Novamente, não. Mas isso não quer dizer que se possa fazer uma narrativa histórica na qual as classes subalternas não tenham se insurgido ou resistido à dominação de classes proprietárias. Há pelo menos dois conjuntos documentais que mostram ao historiador processos de rebeliões rurais e que podem ser interpretadas em termos de crise de hegemonia da dominação aristocrática sobre as comunidades camponesas. O que não há na Antiguidade Tardia é um processo revolucionário, isto é, um projeto prático e ideológico de transformação radical da formação social que coincida com a crise generalizada de um modo de produção. Dessa forma, qualquer tentativa de refletir sobre esses movimentos apenas a partir de uma concepção de consciência de classe

²⁵ Optatus de Milevis, *Contra donatistas*. III.4; Agostinho, *Enar. In Psalm*. 132.

adjudicada, ou como possibilidade objetiva,²⁶ é problemática, pois não dará conta do processo histórico e das experiências políticas efetivamente apresentados na documentação. Esse tipo de categoria é fundamental como ponto de partida da análise, mas deve ser integrada, problematizada e reconfigurada pelas ações políticas e a organização expressa nos vestígios. O caminho metodológico que busquei desenvolver foi a análise dos dois movimentos de revolta rural por meio das teorias da escrita da história das classes subalternas de Antonio Gramsci.²⁷ Assim, tomei como linha de desenvolvimento da argumentação a possibilidade de se entender os bagaudas e os circunceliões com base nos fatores de desenvolvimento de autonomia de programa em relação ao da classe dominante e da criação de alianças, passos derradeiros na busca da constituição da classe como sociedade política, como Estado, nos termos de Gramsci, um caminho de análise que penso ser aquele mais frutífero para entender ambos os grupos de revoltosos a partir da ótica da experiência de classe e da luta de classes.

²⁶ Como nas propostas de Georg Lukács (2003 [1923]) e que ecoa no trabalho de Ste.Croix (1998).

²⁷ Gramsci (2002).

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1975].

BOWDEN, William; Lavan, Luke; Machado, Carlos. *Recent Research on the Late Antique Countryside*. Leiden: Brill, 2004.

BRISSON, Jean-Pierre. *Autonomisme e Christianisme dans l'Afrique romaine de Septime Sévère à l'invasion vandale*. Paris: E.de Boccard, 1958.

CALDERONE, Salvatore. "Circumcelliones." *Palavra del Passato*, vol. 113, 1967, p. 94-109;

DOSSEY, Leslie. *Peasant and Empire in Christian North Africa*. Berkeley: University of California Press, 2010.

FREND, W.H.C. *The Donatist Church*. Oxford: Oxford University, 1951.

SAUMAGNE, Charles. "Ouvriers agricoles ou rôdeurs de celliers?" *Annales HE*, 1934, p. 355-364.

GARNSEY, Peter. *Peasants in Ancient Roman Society & Non-Slave Labour in the Roman World*. In: *Cities, Peasants and Food in Classical Antiquity. Essays in Social and Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 91-106; 134-150.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 5: *Il Risorgimento italiano e notas sobre a História da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, caderno 25.2.

GREY, Cam. *Constructing Communities in the Late Roman Countryside*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HEATHER, Peter. *The Fall of the Roman Empire. A new History of Rome and the barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Hubert, Henri. *Les Celtes depuis l'époque de La Tène et la civilisation celtique*. Paris: Renaissance du livre, 1932

JULLIAN, Camille. *Histoire de la Gaule*. VIII vols. Paris: Hachette, 1926.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classes*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923]

KAYE, Harvey J. *The British Marxist Historians: An Introductory Analysis*. Cambridge: Polity Press, 1984.

MAZZARINO, Santo. *Si può parlare di rivoluzione sociale alla fine del mondo antico?* In: *Il passaggio dall' antichità al medioevo in occidente*. (Setimane di studio del Centro Italiano sul' Alto Medioevo IX). Spoleto: CISAM, 1961. pp. 410-425.

POTTIER, Bruno. "Les Circoncelions. Un mouvement ascétique itinérant dans l'Afrique du Nord des IV^e et V^e Siècles." *Antiquités Africaines*, 2008, p. 43-107.

SALLER, Richard. "Framing the Debate over Growth in the Ancient Economy". In: Morris, Ian. & Manning, J.G. *The Ancient Economy. Evidence and Models*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

SHAW, Brent D. *Sacred Violence. African Christians and Sectarian Hatred in the Age of Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

STAERMAN, Elena M. "La caída del regimen esclavista." In: Estepa, Carlos. *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madrid: Akal, 1980, p. 59-107

STE. CROIX, G. E. M de. *The class struggle in the Ancient Greek World*. Ithaca: Cornell University, 1998;

THOMPSON, E. A. *Peasant revolts in Late Roman Gaul and Spain*. In: *Past and Present*. November, 1952.

TILLEY, Maureen. *The Bible in Christian North Africa. The Donatist World*. Minneapolis: Fortress, 1997.

VAN DAM, Raymond. *Leadership and Community in Late Antique Gaul*. Berkeley: University of California, 1985.

VERA, Domenico. "Forme e Funzioni della Rendita Fondiaria nella Tarda Antiquità." In: GIARDINA, Andrea. *Società Romana e Impero Tardo Antico*. Vol. I: *Instituzioni, Ceti, Economie*. Roma-Bari: Laterza, 1986, p. 367-447;

WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome: and the end of civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. *Land, Labor and Settlement*. In: Cameron, Averil; Ward-Perkins, Bryan; Whitby, Michael. *The Cambridge Ancient History*. Vol. XIV: *Late Antiquity: Empire and Successors A.D. 425-600*, 2000, p. 315-345.

WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

RESENHA

GUARINELLO, NORBERTO L. *HISTÓRIA ANTIGA*. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2014. 173 p. ISBN: 978-85-7244-794-2.

*Caroline Morato Martins*¹

Diferentemente do que indica o título, Norberto Guarinello, professor de História Antiga da Universidade de São Paulo (USP), tem como objetivo central criticar e desconstruir a definição tradicional de Antiguidade. O autor pensa o sentido consolidado de História Antiga, especialmente sobre seu vínculo com uma História Universal e noções como a de progresso, nação e civilização ocidental. Outro objetivo central do autor é interpretar o Mediterrâneo entre os séculos X a.C e V a.C, fazendo uma ampla análise dos processos de integração nesse recorte espacial e temporal específico, que é tendência forte da historiografia atual.

O autor revê a ideia enraizada de História Antiga partindo de um conceito que é fundamental em seu livro, apresentado já no início e que ao fim une estes dois objetivos principais, concluindo sua análise: identidade coletiva. Desde o fim do século XVIII, mas principalmente no XIX, com a consolidação da história científica e da disciplina em si, a História ganha, como nos é apresentado de modo instigante pelo autor, um novo e importante lugar na produção da memória e identidade social. O autor lembra com muita pertinência a posição decisiva do Estado, o grande legitimador social nesse processo. Desse modo, Guarinello analisa criticamente a forma tradicional da História Antiga, pautada na perspectiva eurocêntrica e consolidada junto das ideias de civilização, nação e progresso.

No livro é desenvolvido um panorama da História Antiga desde o Renascimento até o século XX. Na análise do processo de integração do Mediterrâneo, o autor tem como conceito básico o “trabalho morto”. Tal noção, vinculada a análises marxistas, diz respeito a um processo de acumulação de conhecimentos ao longo do tempo, relacionados à agricultura e à produção de objetos, por exemplo.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2011-2015) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ (2013-2015); membro do Laboratório de Estudos do Império Romano da Universidade Federal de Ouro Preto (LEIR-UFOP).

Na análise do autor é notável a associação entre o processo de integração mediterrânea em tais séculos e a conjuntura moderna, especialmente o processo de globalização. Além disso, ele apresenta os principais debates da historiografia sobre a Antiguidade, como aquele entre modernistas e primitivistas, representado, sobretudo, pelos historiadores Rostovtzeff e Finley.

Com o questionamento das unidades históricas tradicionais originadas, sobretudo, no século XIX e exclusivamente no contexto europeu de afirmação da ideia de Estado-nação, o autor nos apresenta o atual momento da História Antiga, reivindicando a necessidade de análises que abarquem a diversidade das sociedades da Antiguidade, com painéis da integração econômica, política e cultural. Nesse sentido, no âmbito dos estudos mediterrânicos, o livro expressa forte diálogo com a obra de Nicholas Horden e Peregrine Purcell, *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History* (2000), apesar da interpretação de Guarinello não se aproximar de uma ecologia histórica, como tal obra propôs. O autor é completamente claro sobre sua interpretação do Mediterrâneo: espaço onde uma progressiva integração histórica vinculou comunidades diversificadas, produzindo sistemas sociais que se complexificavam, principalmente devido ao trabalho morto acumulado.

Assim, capítulos em sequência do livro trazem sínteses que visam descrever tal processo de integração. Os capítulos mantêm um sentido cronológico e espacial na análise do mundo mediterrâneo: “Navegações”, “Cidades-Estados”, “Hegemonias”, “O imperialismo romano”, “O Império” e “Antiguidade Tardia”. Iniciando então no século X, após a queda dos sistemas palacianos, o autor indica uma reintegração do Mediterrâneo, marcada pela produção do ferro, escrita alfabética e maior capacidade de navios, sendo a navegação de maior porte fundamental para a conexão e circulação entre comunidades e mercadorias. Já no século VI, o autor nos apresenta um novo elemento fundamental na integração mediterrânea: a cidade-estado. Com o surgimento da pólis, tipo de comunidade mais bem delineada, ocorrem transformações definidoras, como a ampliação do direito à propriedade privada para todos os habitantes, que impôs fronteiras mais claras entre os membros das comunidades e também frente aos estrangeiros. O fechamento das pólis e a competição ocasionou o investimento por parte das cidades na expansão de seus

territórios, com o objetivo específico de resolver conflitos internos. Com isto, entre os séculos V e II a.C. emergem grandes centros de poder no Mediterrâneo, que transformam e definem o processo da integração. O Império é apresentado, desse modo, como resultado desse longo período de integração, com estruturas remanescentes dos séculos anteriores. Apesar do lugar estruturador das cidades, segundo o autor, não há de modo algum uma plena unificação da sociedade, o que leva à discussão sobre uma identidade romana. De acordo com a análise do autor, as tentativas de criação dessa identidade, assim como a presença dos exércitos nas províncias, apontam justamente para a instabilidade da unidade, mas confirma a posição do Estado como principal administrador econômico do Império. Nesta interpretação, somente no século IV d.C. parece haver um momento de grandes mudanças no que se refere a esse problema específico, devido especialmente a uma divisão do Império, ampliação da influência militar e maior burocratização na administração, além da consolidação de uma identidade romana, delineamento da cultura pela cristianização e absorção no interior do Império de populações originárias de outros lugares.

Notamos a ênfase do autor na proposta em repensar os limites da História Antiga tradicional, e em sua justificativa sobre o recorte consciente escolhido. Apesar do controle sob o recorte mediterrânico, do qual o autor detém amplo conhecimento bibliográfico e leitura analítica das fontes, a exclusão de áreas - mesmo que de forma consciente - reconhecidas pelo próprio autor como fundamentais para compreensão do próprio Mediterrâneo e sua integração, talvez confirme o enraizamento a esta História tradicional que tenta refutar. A análise pautada em centros de poderes específicos e legitimados pela historiografia tradicional, ainda que reconhecidas as exclusões, sugere dúvidas. Tais escolhas podem tanto indicar continuidades dessa História Antiga tradicional, como podem “apenas” ser consequência do ofício do historiador, que precisa e deve selecionar e delimitar um recorte para análise.

RESENHA

SMITH, Christopher. *The Etruscans: a very short introduction*. Oxford, Great Britain: Oxford University Press, 2014. ISBN 978-0-19-954791-3. (SVI Series #389).

Márlcio Aguiar¹

A coleção *A Very Short Introduction (VSI Series)* da OUP é bastante conhecida entre os estudantes de Humanidades (ainda que não se limite a eles): o catálogo é vasto e costuma comportar mais de uma dezena de publicações por ano, entre títulos de história, ciências sociais e literatura. O seu objetivo é o de oferecer introduções concisas, mas não superficiais, de temas e discussões centrais em um determinado tópico, recorrendo, na maioria das vezes, a especialistas e estudiosos que devotam certa centralidade ao tema em questão (e, por isso, nomes importantes de filósofos, classicistas e historiadores como Peter Singer, Quentin Skinner, Mary Beard, David Gwynn, Julia Annas, Paul Cartledge e Christopher Kelly figuram na lista da série VSI da OUP²).

Os méritos e os limites dos livros da série VSI geralmente coincidem: são livros voltados para a introdução do estado de coisas de um determinado assunto, apontando ainda para os possíveis desenvolvimentos da área de pesquisa e as recentes publicações acadêmicas e científicas. Os livros possuem também uma marca na sua linguagem, voltada não apenas aos estudantes que estão ingressando nas faculdades, mas ao público curioso em geral. Se tais introduções podem, legitimamente, ser opostas a trabalhos acadêmicos de maior vulto – por vezes, dos mesmos autores que as escrevem – ou ter sua utilidade limitada aos especialistas, seu maior valor se revela, pelo menos ao público brasileiro, na inserção e atualização de temas que, entre nós, não costumam receber grandes atenções.

É nesse sentido, levando em conta a especificidade do tema e a dificuldade de sua inserção na historiografia em *terrae brasilis*, que devemos

¹ Mestrando em Teoria, Filosofia e História do Direito pelo PPGD/UFSC. Bacharel em direito pela UFSC. Graduando em história (bacharelado/licenciatura) pela UDESC. Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Latim e Fontes de Direito Romano: *Ius Dicere* (CNPq/UFSC).

² Ainda que de modo não sistemático, algumas obras da série VSI foram vertidas para o vernáculo. Podemos citar como exemplos a introdução *Machiavelli* (OUP, 2000) de Quentin Skinner (*Maquiavel*, L&PM, 2010); *Plato* (OUP, 2003) de Julia Annas (*Platão*, L&PM, 2012); e a introdução *The Cold War* (OUP, 2003) de Robert J. McMahon (*Guerra Fria*, L&PM, 2012).

considerar o lançamento recente de *The Etruscans* (OUP, 2014) do professor Christopher John Smith. O autor atualmente dirige a *British School at Rome* e leciona história antiga na Universidade de St. Andrews. Smith é um pesquisador ativo no que se refere à história do mundo romano e da historiografia antiga: foi um dos contribuidores e membros do comitê editorial da recente coleção editada por T. J. Cornell (*The Fragments of Roman Historians*, 3 vol., 2013, OUP³) e autor de obras importantes da área, das quais destacamos *The Roman Clan: the gens from ancient ideology to modern anthropology* (Cambridge University Press, 2006)⁴. O pequeno livro tem sua serventia reforçada diante de um tema relativamente inóspito ou – como Smith faz questão de desmistificar – “misterioso” até mesmo entre os pesquisadores da história do mediterrâneo antigo.

O livro é organizado em doze capítulos, e iremos brevemente nomeá-los – em tradução livre, com maior preocupação dirigida à temática do capítulo do que a nomenclatura original em si – por entendermos ser útil à compreensão da abordagem de Smith: (1) As origens dos etruscos; (2) a linguagem etrusca; (3) Rumo à “cidade-estado” etrusca; (4) a revolução de Villanova; (5) a transformação da Etrúria; (6) a arte e as pinturas tumulares etrusca; (7) Império, crise e respostas 600-500 a.C.; (8) a religião etrusca; (9) a conquista romana; (10) vestimentas e corpos etruscos; (11) epílogo imperial; (12) etruscologia: suas origens e desenvolvimento. O livro conta ainda com algumas ilustrações, tabelas e mapas (estes últimos particularmente úteis por darem destaque à malha de cidades etruscas antes das conquistas romanas). Notadamente, a abordagem é muito mais temática do que tão somente cronológica, particularmente naqueles campos em que os vestígios materiais foram mais duradouros e numerosos (o que explica a numerosa produção a respeito das cerâmicas, artes e tumbas etruscas se comparadas, por exemplo, com sua cultura política e suas questões sociais).

³ Christopher Smith foi responsável, nessa obra, pela introdução e tradução de vários autores e seus textos fragmentários de história, dos quais destacamos Cornelius Sulla, Rutilius Rufus e Cornelius Balbus.

⁴ Ao leitor interessado, maiores detalhes das publicações e áreas de atuação de Christopher Smith – inclusive seu correio eletrônico – podem ser acessadas em sua página na Universidade de St. Andrews. Disponível em: < <http://www.st-andrews.ac.uk/classics/staff/cjs6/> >. Acesso: 04/04/2015. Além disso, o primeiro capítulo de *The Etruscans*, “As origens dos etruscos”, está disponível gratuitamente no site da coleção da OUP, a qual também remetemos o interessado. Disponível em: < <http://www.veryshortintroductions.com/> >. Acesso: 04/04/2015.

Segundo Smith, é plenamente possível investigar e contar a história dos povos etruscos; investigando um panorama que se inicia no fim da Idade do Bronze até o período da dominação romana, os aspectos da organização social e política, o desenvolvimento urbano e econômico e a cultura etrusca são explicados pelas fontes remanescentes e em suas conexões com o restante do mundo mediterrânico. A ausência de uma tradição ou historiografia literária dos próprios etruscos colaborou para que, por muito tempo, as considerações acadêmicas a seu respeito não passassem de meras citações do que escreveram muito posteriormente historiadores como Dionísio de Halicarnasso ou Tito Lívio. Com a ajuda da arqueologia e de uma nova sensibilidade aos vestígios da cultura material nas últimas décadas, Smith introduz os aspectos cotidianos das populações etruscas de cidades como Tarquínia, Veios e Volterra, não se limitando apenas ao que às fontes romanas têm a dizer sobre o assunto.

Claramente, o professor Smith quer se distanciar de uma abordagem meramente “curiosa” ou antiquária a respeito dos etruscos⁵: as descobertas arqueológicas são realmente utilizadas para ir além da história da arte e das representações culturais dos etruscos, buscando adentrar nos aspectos econômicos e sociais de suas principais cidades – e, principalmente, tentar entendê-los e situá-los, a despeito das dificuldades, em seus próprios termos. No capítulo cinco, dedicado à “transformação da Etrúria”, por exemplo, o autor destaca a densidade das interações e trocas comerciais travadas com os assentamentos e colônias fenícias e gregas, e o modo como as diversas culturas foram recebidas – não de modo passivo – nas manifestações e orientações culturais das famílias aristocráticas, afastando uma tese historiográfica mais antiga da absorção passiva de uma cultura grega mais “civilizada” pelos povos etruscos, meros “imitadores” de sua arte, epigrafia ou arquitetura⁶. A abordagem metodológica de Smith, ainda que dita de modos simples e com poucos adornos teóricos, busca identificar os etruscos dentro de um mosaico

⁵ Smith é mais conciso em nomear a historiografia mais “antiga” do que em nomear obras recentes. Aponta, contudo, ao menos duas obras que se encaixam nesta concepção: *Tour to the Sepulchres of Etruria* (1839), de Hamilton Gray, e *Cities and Cemeteries of Etruria*, de George Dennis.

⁶ Um exemplo dessa tese historiográfica “clássica” por um autor contemporâneo é a obra *The First Western Greeks* (Cambridge, 1992) de D. Ridgway, ao que Smith contrapõe à obra de Corinna Riva, *The Urbanisation of Etruria: Funerary Practices and Social Change: 700-600 BC* (Cambridge, 2010) e à coletânea de artigos de Corinna Riva e Nicholas C. Vella, *Debating Orientalization: multidisciplinary approaches to process of change in the Ancient Mediterranean* (London, 2006).

mais rico e complexo da península itálica pré-romana (e mesmo pré-grega), em escala local e comercial.

Maria Cristina Biella, em resenha a outra obra dedicada aos etruscos⁷, faz alusão a esta introdução aos etruscos de Christopher Smith como parte de um “interesse renovado” pelos etruscos, motivado em grande parte pelo desenvolvimento de novas áreas científicas de pesquisa, como a bioquímica arqueológica e a aplicação das análises de DNA aos vestígios materiais. As contribuições mais recentes nos estudos etruscos tendem a enfatizar, justamente por conta disso, não apenas uma catalogação enfadonha ou meramente descritiva da cultura material, mas como, a partir dela, seria possível contar o itinerário da história etrusca desde os primeiros assentamentos na península itálica e como, nesse trajeto, podem ser consideradas de modo mais complexo as relações entre os etruscos e seus vizinhos e contatos comerciais. Uma das contribuições mais interessantes do livro, nesse sentido, está no último capítulo, no qual Smith delinea o desenvolvimento da etruscologia e da persistente fascinação – especialmente entre os italianos – por seus “mistérios” desde as principais escavações e sítios arqueológicos montados a partir do século XIX. Em um apêndice, nas últimas páginas do livro, Smith comenta a bibliografia e a literatura contemporâneas a respeito da história etruscas e de tópicos específicos da etruscologia contemporânea.

É possível apontar que, somado aos limites de uma introdução aos moldes da série VSI, Smith tem dificuldade em criar um panorama ou quadro orgânico no desenvolvimento de seu livro. Apesar das incessantes advertências do autor para as especificidades de uma história efetivamente *etrusca* (e não, como já se disse, meramente àquela contada do ponto de vista das fontes greco-romanas), a própria organização do livro revela o caráter ainda fragmentário e incerto do que sabemos sobre as populações da antiga Etrúria. A passagem de alguns capítulos – por exemplo, do período da revolução de Villanova até a redução das atividades dos maiores centros etruscos e cidades-estados nos séculos V e IV a.C. – ocorre por vezes de modo forçado e difícil, no

⁷ A autora resenha outra obra recente, a coletânea *The Etruscan World*, editada por Jean MacIntosh Turfa (2013, Routledge). BIELLA, Maria Cristina. <http://bmcr.brynmawr.edu/2014/2014-07-07.html>.

que se pode apontar os espaços ainda incertos e vazios a respeito do que seria a civilização antiga etrusca.

Enfatizamos, no entanto, que o objetivo de Smith não é o de oferecer um manual exaustivo da história etrusca, mas o de apontar de modo claro, breve e sucinto o que as atuais pesquisas e trabalhos acadêmicos têm apontado a respeito do tema, e indicar ao leitor o que tem sido produzido a respeito dos principais tópicos que circundam a etruscologia. Se, apesar do esforço, Smith não consegue afastar de todo a pecha de “misteriosos” dos etruscos – conduzindo o leitor, por vezes, para becos sem saída e ainda longe de serem resolvidos pelas pesquisas –, isso não significa, contudo, que a obra perca em sua intenção original de oferecer um compêndio sintético e informativo. Os etruscos podem ainda parecer, ao final da breve leitura, um ponto fora da curva do que tradicionalmente é abordado na história antiga ocidental: e essa talvez seja a principal razão para devotar mais atenção e sensibilidade às vozes aparentemente caladas da história etrusca.

Bibliografia

BIELLA, Maria Cristina. “Review: Jean MacIntosh Turfa (ed.), *The Etruscan World*. Routledge *worlds*. London; New York: Routledge, 2013. Pp. xviii, 1167. ISBN 9780203526965”. **Bryn Mawr Classical Review (BMCR)**, 2014.07.07. Disponível em: < <http://bmcr.brynmawr.edu/2014/2014-07-07.html> >. Acesso: 04/04/2015.

SMITH, Christopher. **The Etruscans**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2014.

RESENHA

VEYNE, Paul. Quando o nosso mundo se tornou cristão (312-394). trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010, 288 p.

ISBN 8520008232.

Márlío Aguiar¹

Historiadores como Paul Veyne costumam, entre nós – por contar o francês com um número razoável de obras traduzidas e publicadas no Brasil e em Portugal –, dispensar grandes apresentações. Autor de reflexões teóricas a respeito da história (*Como se escreve a história*, UnB) e conhecidos livros sobre história antiga e, especialmente, história do mundo romano (ficando apenas em dois conhecidos: *História da Vida Privada*, v. 1., Cia das Letras; e *O Império Greco-Romano*, Ed. Campus), as obras de Veyne costumam repercutir nos bancos dos cursos de graduação e pós-graduação em história. Mantendo-se ativo na vida intelectual a despeito de sua idade avançada – Veyne deve completar 85 anos no corrente –, publicou em 2007 o livro *Quand notre monde est devenu chrétien (312-394)* (Paris, Albin Michel), traduzido em 2010 para o vernáculo pela editora Civilização Brasileira com o título *Quando o nosso mundo se tornou cristão (312-394)*. Com o objetivo de apresentar as potencialidades da obra, faremos, nesta resenha, uma análise sintética dos principais capítulos e argumentos apresentados na construção historiográfica do autor.

O título do livro é bastante elucidativo: Veyne constrói sua narrativa histórica para explicar como, em quais condições e por quais motivos a conversão e as ações do imperador Constantino a partir de 312 transformaram a religião cristã numa das pontas de lança culturais do tardio império romano. Ou, em suas palavras: “o tempo avançara: em 312 a religião *tolerada* era o cristianismo, em 324 o paganismo” (VEYNE, 2010, p. 20). Como tamanha mudança – que repercute não apenas na esfera da moral individual religiosa, mas no plano das instituições, costumes e política – se verificou e por que o cristianismo, com Constantino, triunfou como religião oficial? Como os

¹ Mestrando em Teoria, Filosofia e História do Direito pelo PPGD/UFSC. Bacharel em direito pela UFSC. Graduando em história (bacharelado/licenciatura) pela UDESC. Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Latim e Fontes de Direito Romano: *Ius Dicere* (CNPq/UFSC).

cristãos, que mal representariam dez por cento da população e eram alvo de ferrenha perseguição entre 303 e 311 puderam, após a conversão de Constantino, deitar suas raízes no Império? Com seu estilo próprio – caracterizado possivelmente por palavras como provocativo, polêmico, impertinente², como qualificou Patrick Le Roux –, Veyne dá ao corpo de seu estudo espaço não apenas para a figura de Constantino (que recebe, sem dúvidas, destaque nos primeiros capítulos), mas para as representações e práticas coletivas que acompanharam essa etapa da história da religião cristã.

No primeiro capítulo (“O salvador da humanidade: Constantino”), Veyne adianta uma tese que é mais debatida no final da obra: a adesão sincera e de plena fé de Constantino; sem ele, o cristianismo teria permanecido uma “seita de vanguarda” (VEYNE, 2010, p. 14). Após um breve resumo factual da luta entre os imperadores no Ocidente – primeiro, Constantino contra Maxêncio, derrotado na batalha de Ponte Mílvio, em 312; depois, de Constantino contra o coimperador do Ocidente, Licínio, derrotado em 324 –, Veyne se dedica aos fatores que permitiram ao cristianismo se enredar na história da Roma tardia.

Constantino foi pragmático ao não coibir nem proibir o paganismo após 324, ou forçar à conversão os habitantes do Império. Mesmo ao unir Oriente e Ocidente, exaltando o cristianismo, não faz sofrer os pagãos. Clamando para si o tom e a voz de um ser superior, chefe do poder civil, de primeiro do Senado (o significado original de *princeps*) e magistrado, somou a voz de príncipe cristão. Não aceitou sacrifícios em seu nome – um costume antigo –, e dispensou os magistrados cristãos da obrigação do rito de lustração (purificação) por exigirem sacrifício. Os escravos de Roma que fossem cristãos passaram a não ser obrigados a ser gladiadores, pela “lei divina”, e direcionados a outros trabalhos forçados (como aponta Veyne ao citar passagens do Código de Teodósio). O primeiro imperador cristão quebrou o “equilíbrio entre as duas religiões”, menos se voltando contra o paganismo do que favorecendo os cristãos, mostrando qual era o lado vantajoso a se estar como súdito. De seita, a Igreja se torna um costume e uma religião, favorecida no ponto de vista social e fiscal, e que desprezava publicamente o paganismo, ainda que tolerado durante a vida e reinado de Constantino.

² LE ROUX, Patrick in SALES, Véronique (org.), 2011, p. 363 ss.

No segundo capítulo (“Uma obra-prima: o cristianismo”), Veyne credita a algumas “superioridades relativas” características que fizeram com que o cristianismo fosse abraçado pelo imperador, inspirando debates entre os intelectuais da época. Contudo, “essa foi a história da cristianização: só uma autoridade exterior conseguiria fazer com que um costume suplantasse outro costume” (VEYNE, 2010, p. 36), sendo esse o papel de Constantino na história do cristianismo.

O cristianismo foi original por inaugurar uma relação de amor e de relação entre homem e mortal. Como nas seitas filosóficas da Grécia clássica e helênica, tornava-se um estilo de vida, contudo, com a diferença que era direcionado a um Deus e a um futuro numa outra existência (no que claramente diverge, por exemplo, do estoicismo que ainda era difundido em Roma). Os deuses pagãos não se importavam com os homens e suas existências terrenas. O monoteísmo do cristianismo, em si, nada trazia de novo: na filosofia grega, entre platônicos e estóicos, já havia espaço para um monismo e a presença de subdeuses. A grande novidade continuava sendo a relação mútua entre Deus e humanidade, o gigantismo de um Deus metafísico, mas antropomorfizado, vivo e protetor; uma religião é de amor e de família (Pai, Filho, Mãe...), na qual a divindade tem preocupação direta com as almas, e por isso é ora severo, ora pronto a perdoar. O senso moralizador da religião cristã, segundo Veyne, tinha, por essas razões, maiores aptidões para o sucesso do que um senso símile, aquele do estoicismo pagão: era apto a atingir multidões, não apenas aos intelectuais³, e por isso era dotado de uma sensibilidade que explica sua amplitude. A religiosidade que o cristianismo propunha não era apenas uma busca pela explicação psicológica das coisas, o temor da vida futura ou a tessitura de perguntas filosóficas consoladoras⁴ (evidentemente, podemos

³ O filósofo tem a carga de um “clérigo leigo/laico”: ele é um intelectual que forma opiniões e trabalhos (se vive adequadamente com os próprios ensinamentos); ninguém se rebaixa a fazer filosofia (o que despertava zombarias ou invejas). Os dogmas vieram daí e não do cristianismo; cada seita se mantinha fiel ao que o fundador introduzira. Os dogmas são feitos para serem *postos em prática diariamente*, em atitude e nas *reflexões*. Aos ricos, ainda vira curiosidade intelectual somada à natural ideologia: se pouco era posto em prática, a soma intelectual era vital para a criação da classe letrada e a busca pela tranquilidade, refúgio no autodomínio e controle (inclusive, defesa do suicídio que nada mais é que controle). VEYNE, 2007, p. 216-218.

⁴ VEYNE, 2007, p. 213-216. Para o autor, uma seita ou escola filosófica não era um lugar de aprendizado geral, de conhecimento cultural difundido: era onde se buscava um método racional e prático para a tranquilização e felicidade. Estoicos e epicuristas se baseavam na *natureza das coisas* para viver sem temor e possibilitar a *felicidade individual independente*. As diferenças entre dois estão nas nuances. Ambas também desdenham o medo da morte; os

ilustrar essas considerações com o exemplo das *Meditações* de Marco Aurélio). Para Veyne, o sentimento religioso em si é uma “realidade irreduzível”, uma qualidade primária, uma característica intrínseca de certa cultura e que precisa ser, desse modo, cuidadosamente avaliada pela historiografia que se debruça sobre essas questões.

Como é de seu costume, Veyne utiliza expressões analógicas para sintetizar seu pensamento: o cristianismo no século III foi um *best-seller*. A epopeia histórica que o discurso religioso cristão oferecida era em si mais fim do que meio, mais importante que a ideia de Salvação; entregava-se a uma ideia muito mais ampla que uma breve passagem pela Terra de uma maneira mais intensa que, por exemplo, derivava do “intelectualismo impessoal” das filosofias helênicas. Assim, com os signos da coletividade e fraternidade – dotando a própria vida de sentido, de *télos*, num sentido radicalmente novo –, o cristianismo inovava (um “*best-seller* inovador”), e não meramente seguia seu tempo ou a sociedade como que num caminho inevitável (VEYNE, 2010, p. 53-54).

A Igreja também é analisada por Veyne de modo mais detido (no capítulo três: “Outra obra-prima: a Igreja”) em suas características inovadoras, que acompanhavam a doutrina. Se para os pagãos, os cultos poderiam ser proibidos por serem imorais – mas não se preocupariam em si com sua existência *verdadeira*⁵, uma pergunta que careceria um pouco de sentido para os gregos dos tempos de Homero – o cristianismo, contudo, apresentou-se desde logo como uma profissão de fé: era preciso professá-lo expressamente declará-lo e fazê-lo avançar. Mais que religião (como o paganismo), o cristianismo englobava uma crença, espiritualidade, moral metafísica; tinha seus dogmas, querelas, a Lei divina, sacramentos, ocupava uma parcela maior da vida cotidiana, em todas as esferas da vida. Exercia autoridade, apoiada numa hierarquia. Sob Constantino, a Igreja vira uma máquina com pretensão universalista, de alcançar todos. Por isso as pregações mais falavam de obediência/castidade que da caridade e da humanidade de Cristo.

estoicos se concentravam na melhora constante e autodomínio do homem e os epicuristas, em sua libertação de tolices, superstições. Para ambos, um enfermo que não possa aproveitar da vida não tem desonra em se suicidar. As escolas davam a iniciação e as seitas o intelectualismo àqueles que o pretendiam: contudo, entregar-se por completo era coisa para poucos; a maioria mudava alguns símbolos e lia os autores adequados durante seu ócio.

⁵ VEYNE, 2007, p. 189-193; 202-210.

É no capítulo quarto (“O sonho de Ponte Mílvio, a fé de Constantino, sua conversão”) que Veyne lida com uma das principais questões do livro: a espontaneidade da conversão de Constantino em 312 após o sonho que precedeu a batalha de Ponte Mílvio. Afirma o historiador que, ao contrário de uma tradição que remonta a Jacob Burckhardt⁶, que Constantino não se tornou cristão calculadamente, mas que fora sincero em sua conversão⁷. Constantino acreditaria legitimamente no seu papel perante a religião cristã, em ser o salvador da humanidade e a professar as virtudes contra os demônios e antigos deuses pagãos. “Constantino instalou a Igreja no Império, de ao governo central uma função nova, a de ajudar a verdadeira religião” (VEYNE, 2010, p. 86) e, por conta disso, “não mudou a sociedade nem cristianizou o direito e seria excesso de otimismo esperar que a cristianização tivesse melhorado os costumes” (VEYNE, 2010, p. 87).

O famoso episódio do sonho que antecedeu a batalha só indicou de forma alegórica uma decisão já tomada anteriormente; uma imagem onírica que, crente, Constantino pôs na literalidade no seu capacete e nos escudos dos soldados. Não foi um “contrato”, como um imperador pagão faria com Apolo⁸; ele acreditou na Providência, e que era um servidor por Ele escolhido na trajetória de mundo cristão. Suas vitórias entre 312-324 foram certas porque é

⁶ Veyne não a cita diretamente, mas deve estar pensando em *Die Zeit Constantins des Grossen* (Leipzig, 1853; reeditado em 1880 e 1889), escrito durante os anos de Jacob Burckhardt em pesquisas na Itália (pouco mais tarde, o mesmo autor publicaria uma obra sobre Cícero, em 1855). O livro de Burckhardt sobre Constantino pode ser acessado em < https://archive.org/details/gri_33125007829944 >. Acesso: 27/09/2015. Outros historiadores citados por Veyne se alinham a esta forma de interpretação da religiosidade de Constantino. A título de exemplo, cite-se *Constantine and Eusebius* (Harvard, 1981) de Timothy D. Barnes e o recente *Constantine and the Christian Empire* (Routledge, 2004) de Charles Matson Odahl. Com a obra de Veyne, todas se caracterizam pela presença da *Vida de Constantino*, de Eusébio, como uma fonte primordial.

⁷ Em passagem significativa, elucida Veyne: “Esse cérebro político não buscava aprovação e apoio de uma minoria cristã desprovida de influência, sem importância política e detestada pela maioria. Ele não podia ignorar que adorar uma outra divindade em relação à maioria de seus súditos e à classe dirigente e governante não seria a melhor maneira de conquistar-lhes os corações” (VEYNE, 2010, p. 83).

⁸ Como Veyne explicita melhor nos aspectos da *História da Vida Privada* (no qual Veyne dá destaque ao período pagão do Império), relacionar-se com os deuses é como relacionar-se com um patrono: saudação, bajulação, contratos firmados... poder-se-ia admirá-los, mas temê-los era coisa de “gentinha supersticiosa” (ou cristã, pensariam homens como Marco Aurélio). O deus pagão, cada um deles, é um protetor: cada relação é particular, da extrema devoção e amor ao desinteresse ou indelicadeza. O hábito faz muitas das práticas, assim como a doação e o voto simples. Ao povo simples, se assemelha muito à devoção dos santos durante a idade média (conversar com a estátua, fazer-lhe confidências – aos olhos dos ricos, servir como um escravo). Quando um imperador era elevado a deus, todos sabiam que não atirava raios ou controlava os mares, não o faziam por submissão ou tinha personalidade carismática: apenas estava engrandecido em uma esfera maior que os outros por sua posição. VEYNE, 2007, p. 202-206.

campeão de Deus. Acredita ter recebido uma graça pessoal de Deus, para reunificar o Império e estender a graça cristã. O Concílio de Nice (325) foi seu marco da renovação do mundo por Cristo.

Cristianismo e paganismo se tornaram, assim, a partir de 312, religiões em pé de igualdade. Constantino ainda era um imperador, magistrado e *pontifex maximus* do Império, mas era também, cristão. Veyne destaca no capítulo seis (“Constantino ‘presidente’ da Igreja”) as qualidades pessoais de Constantino são relevantes para compreender esse período de fortificação da Igreja e do cristianismo: por ser imperador um homem prudente, político e estatuto e que fizera da moderação aparente seu instrumento para não assustar a (ainda) maioria pagã. Tornou-se Constantino um cristão por suas ações públicas, guerras, leis, praticar o sinal da cruz e as orações. Por isso, foi um “presidente” da Igreja, de igual para igual com o alto clero, mesmo a ele não pertencendo: assumiu como prioridade a tarefa de dar a conhecer seu Deus no Império, enriquecendo e dando amplitude à Igreja, somado ao seu exemplo pessoal. Na prática, igualou o cristianismo com o que o paganismo já tinha, como as isenções fiscais e militares ao clero. Interiorizou também o exclusivismo da Igreja pela Verdade e pela autoridade, que permaneceu uma marca durante todo o medievo.

Só se pode falar de um Império cristão, contudo, após 394. Em boa parte do tempo, houve um Império bipolar no quesito religioso (ou até tripolar, com o judaísmo), mantendo bem vivo ambos os lados, cristão e pagão. Permaneceu, mesmo sob Constantino, um paganismo de fachada do imperador, que é cristão, mas também é romano. Veyne aponta a numismática da época como evidência; Constantino não abusou nem utilizou as moedas para propaganda cristã mais do que pagã, por exemplo (VEYNE, 2010, p. 143-149). Mesmo que o paganismo fosse no entender de Constantino e da nova elite cristã uma coisa ultrapassada, nunca será alvo de totalitarismo antes de 390, ainda sendo ativo na maioria da população; Constantino classificava as práticas pagãs como uma autorizada forma de *superstitio*.

Haveria em 394 uma luta final e decisiva pelo cristianismo. Teodósio reinava no Oriente; no Ocidente o germânico pagão Arbogast, de mero conselheiro, passa a usar um fantoche (Eugênio) para realmente governar. A recusa de Teodósio por aceitar esse coimperador deu início a “primeira guerra

religiosa”, um “duelo mortal do paganismo com o cristianismo” (VEYNE, 2010, p. 170). A batalha do Rio Frio ocorre em 6 de setembro de 394, aniquilando o contingente do Ocidente de Arbogast. A partir daí reina uma política de silêncio: o paganismo não é extinto, mas não se reabilita nem grita mais.

Os últimos capítulos – em especial o capítulo décimo, “Existe a ideologia?” – sintetizam a abordagem de Veyne, que rejeita novamente a tese que Constantino buscou o cristianismo por uma base monoteísta mais “conveniente” para sua dinastia. O que Veyne quer demonstrar e rejeitar com mais ênfase no final da obra é a ideia de que a ideologia e a política engoliriam o fenômeno religioso. Para Veyne, a noção de ideologia aplicada apressadamente comporta o erro de achar que o conteúdo é o mais importante para a obediência, e que a propaganda, por quaisquer meios, só incute convencimento a quem já está convencido porque indivíduo e agrupamentos são tecidos em conjunto. “O que se chama ideologia é um pouco de óleo nas engrenagens, não é uma mensagem que leva a obedecer, é apenas um prazer, uma pragmática que serve como lenitivo aos povos subjugados por aí” (VEYNE, 2010, p. 211). O cristianismo se torna religião do trono e apenas mais uma fraseologia junto ao resto: não é um abstrato poder retórico “ideológico” que explica ou é capaz de compreender o complexo fenômeno de cristianização do Império e, a partir dele, da Europa ocidental medieval.

Bibliografia

JURKEVICS, Vera Irene. “Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)”. *Mneme: Revista de Humanidades*, 11 (28), ago./dez. 2010, p. 89-92.

LE ROUX, Patrick in SALES, Véronique (org.). *Os historiadores*. trad. Christiane Gradwohl Colas. São Paulo: UNESP, 2011, p. 351-369.

VEYNE, Paul (org.). *História da Vida Privada v.1: Do Império Romano ao Ano mil*. trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 19-224.

VEYNE, Paul. *Quando o nosso mundo se tornou cristão (312-394)*. trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.